



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM LETRAS  
ESTUDOS LINGUÍSTICOS

TEREZA TAYNÁ COUTINHO LOPES

**ONOMÁSTICA EM PARKATÊJÊ: UM ESTUDO MORFOSSINTÁTICO E  
SEMÂNTICO SOBRE OS NOMES PRÓPRIOS**

Belém  
2017

TEREZA TAYNÁ COUTINHO LOPES

**ONOMÁSTICA EM PARKATÊJÊ: UM ESTUDO MORFOSSINTÁTICO E SEMÂNTICO SOBRE OS NOMES PRÓPRIOS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Letras - Estudos Linguísticos - da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Linguística.

Área de concentração: Análise, descrição e documentação das línguas naturais.

Orientadora: Profa. Dra. Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira.

Belém  
2017

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Biblioteca do ILC/ UFPA-Belém-PA**

---

Lopes, Tereza Tayná Coutinho, 1992-

Onomástica em Parkatejê : um estudo morfossintático e semântico sobre os nomes próprios / Tereza Tayná Coutinho Lopes ; orientadora, Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira. — 2017.

Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras, Mestrado em Letras, Belém, 2017.

1. Línguas indígenas - Semântica. 2. Índios Gavião do Pará – Morfologia. I. Título.

CDD 22. ed. – 498

---

TEREZA TAYNÁ COUTINHO LOPES

**ONOMÁSTICA EM PARKATÊJÊ: UM ESTUDO MORFOSSINTÁTICO E SEMÂNTICO SOBRE OS NOMES PRÓPRIOS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Letras - Estudos Linguísticos - da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Linguística.

Área de concentração: Análise, descrição e documentação das línguas naturais.

Orientadora: Profa. Dra. Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira.

Data de aprovação: 23/02/2017

Banca Examinadora

\_\_\_\_\_ - Orientadora  
Profa. Dra. Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira

\_\_\_\_\_ - Avaliadora externa  
Profa. Dra. Flavia de Castro Alves (UNB)

\_\_\_\_\_ - Avaliadora interna  
Profa. Dra. Ana Vilacy Moreira Galucio (MPEG)

\_\_\_\_\_ - Membro suplente  
Profa. Dra. Ângela Fabíola Alves Chagas (UFPA)

## DEDICATÓRIA

A Toprãme Krôhókrenhũm Jõpaipaire (*in memorian*) pelo exemplo de generosidade, sabedoria e liderança que deixou a todos que tiveram a honra de com ele conviver e aprender.

## AGRADECIMENTOS

Existem muitas formas de expressar o sentimento de gratidão. Acredito que todas se realizem por meio de outro sentimento: a felicidade. Assim, é com felicidade que agradeço a todos que fizeram parte da construção do presente trabalho.

Primeiramente, a Deus, por guiar meu caminho todos os dias, por me conceder saúde e oportunidades para que eu conquiste meus objetivos, por cuidar de mim e ser sempre o meu maior refúgio nos momentos de aflição. Obrigada, Senhor, pela vossa infinita bondade!

À minha família, minha base e alicerce. Especialmente, à minha mãe, Rosemary, e ao meu pai, Leonardo, por todo incentivo aos meus estudos, pelo amor e apoio incondicional. Tudo o que sou devo a vocês.

Ao meu melhor amigo e amor, George Morais. Lembro-me, sorrindo, do início do nosso mestrado, quando compartilhávamos as angústias sobre as disciplinas do curso. Nesse tempo, eu já sabia que contava com uma pessoa muito especial; agora, eu nem imagino como seria percorrer esse caminho sem o seu apoio, sem os seus braços sempre abertos para me receber nos momentos de alegria e de tristeza, sem o seu amor. Obrigada por tornar essa trajetória mais doce e por sonhar junto comigo!

À Professora Marília Ferreira, orientadora querida, a quem devo muito do meu crescimento profissional e pessoal. Obrigada pelas valiosas lições de vida, pelas orientações incansáveis, verdadeiras aulas em que, juntas, íamos descobrindo os caminhos a seguir. Também lhe agradeço imensamente por ter me apresentado, de forma apaixonante, o trabalho com línguas indígenas e por acreditar em mim, desde o começo.

Em especial, à Comunidade Indígena Parkatêjê, pela carinhosa acolhida durante esses anos de pesquisa. Sobretudo, ao Capitão *Krôhókrenhûm* (*in memoriam*), pelas lições de generosidade, sabedoria e paciência que levarei para a vida toda. À *Pojarêtetí*, minha querida madrinha. À *Jôhapy*, amiga sempre disposta a ajudar a esclarecer minhas dúvidas. A todos os demais membros da Comunidade com quem tive a honra de conviver.

Às minhas companheiras de pesquisa, verdadeiros presentes que ganhei ao ingressar na sala sete do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPA. À Cinthia Neves, amiga sempre disposta a ajudar, ensinar e compartilhar experiências com a alegria que lhe é inata. À Nazaré Moraes, grande amiga e mãezona, a quem tantas vezes recorro. À Luciana Vieira, minha companheira da IC para a vida. À Jaqueline Reis, amiga que o mestrado me deu para dividir as aflições, as aventuras e as alegrias. Às demais pessoas com as quais convivi naquela sala.

Aos amigos do curso de graduação em Letras que continuaram a fazer parte da minha história no mestrado, Juliana Yeska, Sindy Ferreira, Daniele Santos e João Paulo. Obrigada por me ajudarem sempre que preciso, pelas risadas marcantes em nossos encontros, pela torcida e incentivo. Que não nos falte motivos para sorrirmos juntos.

Às professoras Flávia de Castro Alves e Ana Vilacy pelas valiosas contribuições em meu exame de qualificação e por aceitarem fazer parte da banca examinadora do meu trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro concedido por meio da bolsa de estudos durante o curso de mestrado.

Enfim, a todos que de alguma forma contribuíram para a realização do presente estudo,

*Ate imã tajyr to are!*

‘Obrigada!’

Chega mais perto e contempla as palavras  
Cada uma  
tem mil faces secretas sob a face neutra  
e te perguntas, sem interesse pela resposta,  
pobre ou terrível que lhe deres:  
Trouxeste a chave?

(Carlos Drummond de Andrade)



## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar questões linguísticas e culturais relacionadas ao sistema onomástico do povo Parkatêjê, também conhecido na literatura especializada como Gavião do Pará. Atualmente, o referido povo vive em aldeias na Reserva Indígena Mãe Maria (RIMM), às proximidades do município de Marabá. A língua Parkatêjê, denominada do mesmo modo que sua comunidade, filia-se ao Complexo Dialetal Timbira, tronco linguístico Macro-Jê e, tal como é comum aos povos Timbira, exhibe elaborados sistemas de nomenclatura. O estudo dos nomes próprios de diferentes tipologias é o interesse central da disciplina denominada Onomástica, sendo a antroponímia, isto é, o estudo dos nomes próprios de pessoa, a área da Onomástica em foco neste trabalho. Inicialmente, após algumas considerações gerais a respeito do povo Parkatêjê, realizou-se um levantamento sobre o estado da arte do campo de estudo da onomástica, a partir das perspectivas de autores como Dick (1996; 1997; 1999; 2000; 2001), Lyons (1977), Ullmann (1964), Seabra (2006), Carvalhinhos (2007), entre outros. Em seguida, apresentou-se uma visão geral a respeito do sistema de nomenclatura de línguas Timbira, com base principalmente em Coelho de Souza (2002), Nimuendajú (1946), Melatti (1938), Arnaud (1964) e Carneiro da Cunha (1986). Por fim, foram apresentados diversos aspectos morfossintáticos e semânticos verificados em nomes próprios da língua Parkatêjê. No que diz respeito às características morfossintáticas os trabalhos de Araújo (1989), Ferreira (2003), Booij (2007) e Diniz (2010) foram os principais aportes teóricos, enquanto em relação às questões semânticas foram utilizados pressupostos da Semântica Cultural e da Semântica Cognitiva para empreender as análises realizadas que são inéditas na presente dissertação. A metodologia utilizada neste trabalho consistiu em pesquisa bibliográfica, além de pesquisa etnográfica com coleta de dados realizada na comunidade da língua em estudo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Onomástica. Morfossintaxe. Semântica. Parkatêjê.

## ABSTRACT

This work aims at introducing linguistic and cultural issues related to the onomastic system from Parkatêjê people, also known in specialized literature as Gavião do Pará. Currently, the referred people live in villages at the Indian reserve Mãe Maria (RIMM), in the surroundings of Marabá town. The Parkatêjê language, named as its own community, belongs to the Complexo Dialetal Timbira, Macro-jê stock and, such as it is common to the Timbira people, it displays elaborated systems of nomination. The study of the proper names from different typologies is the central interest of the discipline named Onomastic, being anthroponymy, in other words, the study of personal proper names, the field of Onomastics is the focus of this work. Initially, after some general considerations about the Parkatêjê people, this work carried out a review of the studies on onomastics based on the perspective of authors like Dick (1996; 1997; 1999; 2000; 2001), Lyons (1977), Ullmann (1964), Seabra (2006), Carvalhinhos (2007), among others. Then, it was introduced a general overview about the nomination system of Timbira languages, based mainly on Coelho de Souza (2002), Nimuendajú (1946), Melatti (1938), Arnaud (1964) e Carneiro de Cunha (1986). Therefore, it was exhibited several morphosyntactic and semantic aspects verified in proper names of the Parkatêjê language. In regard to the morphosyntactic characteristics the works from Araújo (1989), Ferreira (2003), Booij (2007) and Diniz (2010) they were the main theoretical subsidies, while in concern of the semantic issues it was utilized assumptions of the Cultural Semantics and Cognitive Semantics to undertake the analysis carried out which are unpublished in the present dissertation. The Methodology used throughout this work was made through bibliography research, moreover of ethnographic research with data assortment carried out on the languages' community in study.

**Keywords:** Onomastics. Morphosyntax. Semantics. Parkatêjê.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Aldeia Parkatêjê.....	18
Figura 02 – Onomástica.....	33
Figura 03 - Relação Triádica.....	35
Figura 04 - Referência e Onomástica.....	36
Figura 05 - Atributos transmitidos pela nominação.....	53
Figura 06 - Jogo de flechas no acampamento Parkatêjê.....	114
Figura 07 - Chefe Krôhokrenhũm no acampamento Parkatêjê.....	114
Figura 08 - Pojarêtetí ensinando a fazer Kuputi .....	115
Figura 09 - Kuputi de Poraquê sendo preparado .....	115
Figura 10 - Coleta de dados com Nãkôti .....	116

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Distribuição de aldeias na Reserva indígena Mãe Maria.....	21
Quadro 02 - Família Jê.....	22
Quadro 03 - Inventário fonológico das vogais Parkatêjê, segundo Araújo (1977).....	24
Quadro 04 - Inventário fonológico das vogais Parkatêjê, segundo Neves (2010) .....	24
Quadro 05 - Inventário fonológico das consoantes Parkatêjê, segundo Araújo (1977).....	25
Quadro 06 - Amostra de nomes compostos em Tupinambá que se tornaram nomes de lugares .....	48

## LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Localização do território Parkatêjê.....	19
--	----

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

1 = primeira pessoa do singular  
Aum = aumentativo  
Agent = agentivo  
Com = comitativo  
Dim = diminutivo  
Intens = intensificador  
Loc = locativo  
Neg = negação  
Neg. Exist = negativo existencial  
Pos = posse  
Rec = recíproco  
Rel = relacional  
Reflex = reflexivo  
SC = Semântica Cultural  
SCog = Semântica Cognitiva  
SPI = Serviço de Proteção ao Índio

## SÍMBOLOS

- **Ortografia da língua Parkatêjê**

**i** [i]

**ê** [e]

**e** [ɛ]

**y** [i]

**ỳ** [ə]

**à** [ɜ]

**a** [a]

**u** [u]

**ô** [o]

**o** [ɔ]

**p** [p]

**t** [t]

**x** [tʃ]

**k** [k]

**h** [ʔ]

**h** [h]

**m** [m]

**n** [n]

**w** [w]

**j** [y]

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	14
<b>1.1 Condições de pesquisa</b> .....	14
<b>1.2 Justificativa</b> .....	15
<b>1.3 Metodologia</b> .....	16
<b>1.4 Estrutura do trabalho</b> .....	17
<b>2 POVO PARKATÊJÊ: CONSIDERAÇÕES GERAIS</b> .....	18
<b>2.1 Os Parkatêjê</b> .....	18
<b>2.2 Notas sobre a língua e a cultura Parkatêjê</b> .....	22
2.2.1 Aspectos linguísticos .....	22
2.2.2 Situação Sociolinguística .....	26
2.2.3 Conhecimento cultural .....	27
<b>3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS</b> .....	31
<b>3.1 O estudo da Onomástica</b> .....	31
<b>3.2 Nomes próprios</b> .....	36
3.2.1 Antroponímia .....	40
<b>3.3 A relação entre língua(gem) e cultura na Onomástica</b> .....	43
<b>3.4 A Onomástica e as línguas indígenas</b> .....	47
<b>4 ONOMÁSTICA TIMBIRA</b> .....	51
<b>4.1 Os Timbira</b> .....	51
<b>4.2 Sistema de nomenclatura Timbira</b> .....	53
4.2.1 Nomenclatura Parkatêjê .....	58
<b>5 ASPECTOS MORFOSSINTÁTICOS E SEMÂNTICOS DOS NOMES PRÓPRIOS EM PARKATÊJÊ</b> .....	64
<b>5.1 Nomes masculinos, femininos ou para ambos os sexos</b> .....	64
<b>5.2 Aspectos morfosintáticos</b> .....	66
5.2.1 Algumas informações sobre as classes de palavras existentes na Língua Parkatêjê .....	66
5.2.2 Nomes compostos e sintagmas .....	70
5.2.3 Constituição morfosintática dos antropônimos em Parkatêjê .....	73
5.2.3.1 Antropônimos com núcleo nominal .....	74
5.2.3.2 Antropônimos com núcleo verbal .....	79
5.2.4 Partícula 'Jô' : algumas considerações .....	85
<b>5.3 Questões semânticas</b> .....	88
5.3.1 O conteúdo dos nomes próprios em Parkatêjê .....	89
5.3.2 Nomes próprios denotativos .....	89
5.3.3 Nomes próprios figurativos em Parkatêjê: metafóricos e metonímicos .....	90
<b>5.4 Tabu linguístico: análise de um antropônimo Parkatêjê</b> .....	97
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	100
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	103
<b>ANEXOS</b> .....	109

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

### 1.1 Condições de pesquisa

Iniciei meu trabalho com a língua Parkatêjê no ano de 2012, quando, a convite da Profa. Dra. Marília Ferreira, assumi uma bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) pelo projeto “Descrição dos aspectos fonético-fonológicos, lexicais e morfossintáticos da língua Kÿikatêjê”. O projeto objetivava realizar uma primeira descrição de aspectos da língua Kÿikatêjê e meu plano de trabalho investigava a formação de palavras na língua Parkatêjê em comparação com o Kÿikatêjê. Nesse meu primeiro contato com a pesquisa em línguas indígenas, não foi viável a realização de trabalho de campo, de forma que a pesquisa foi desenvolvida com base nos dados oriundos das teses de Araújo (1989) e Ferreira (2003), além de dados do acervo da Profa. Marília Ferreira.

Em meu segundo ano como bolsista de Iniciação Científica na área de línguas indígenas, escolhi como plano de trabalho estudar a terminologia de parentesco da língua Parkatêjê, mais especificamente a composição dos termos de parentesco da língua. Minha pesquisa anterior se centrava em aspectos morfológicos e, assim, decidi seguir esta mesma linha. O trabalho com os termos de parentesco da língua Parkatêjê se expandiu e inspirou o tema de minha monografia de conclusão de curso de graduação que, posteriormente, resultou em um artigo intitulado “Terminologia de Parentesco em Parkatêjê”, publicado na Revista Espaço Ameríndio em junho de 2015 (LOPES; FERREIRA, 2015).

A curiosidade acerca dos nomes próprios da língua Parkatêjê surgiu ainda durante o trabalho com os termos de parentesco, uma vez que, diante das especificidades que a coleta de uma terminologia de parentesco exige, foram montadas durante os trabalhos de campo as árvores genealógicas da família do chefe *Krôhôkrenhum* e da família de sua segunda esposa, *Jôhapy*, para auxiliar na coleta de dados e também estabelecer, primeiramente, as relações de nominação que ocorriam, de modo que assim pude verificar em que medida tais relações modificavam a terminologia de parentesco. Com base no desenho de sua árvore genealógica os colaboradores podiam responder com maior segurança como designavam cada parente, uma vez que o nome indígena de cada parente foi transcrito conforme a ortografia da língua Parkatêjê.

Diante do interesse inicial sobre a temática dos nomes próprios, verifiquei que, dentre os trabalhos mais expressivos sobre a língua Parkatêjê, a onomástica, isto é, o

estudo dos nomes, era um dos aspectos que ainda não havia sido objeto de uma pesquisa sistemática.

Dessa forma, a presente Dissertação de Mestrado nasceu com o objetivo descrever e documentar o sistema onomástico da língua Parkatêjê e o comportamento morfossintático e semântico que os nomes próprios apresentam, uma vez que este é um aspecto linguístico-antropológico que merece ser estudado e descrito, tal como o presente trabalho se propõe a realizar.

## 1.2 Justificativa

Este estudo se justifica, primeiramente, por ser um passo rumo a suprir a carência de pesquisas científicas relacionadas à documentação e descrição de diferentes aspectos relacionados às línguas indígenas brasileiras.

É sabido que as línguas indígenas brasileiras são minoritárias em relação à língua portuguesa. Espaços antes destinados à língua materna estão sendo substituídos gradualmente pela língua portuguesa em contextos diversos, o que gera uma situação bastante preocupante, já que diante disso, diversas línguas encontram-se em acelerado estado de obsolescência. Todavia, observa-se que a nomenclatura é um dos aspectos culturais que ainda se mantém forte na comunidade indígena Parkatêjê.

Trabalhos realizados com o intuito de descrever, documentar e/ou revitalizar línguas indígenas são de importância ímpar para a preservação e resgate de toda a riqueza cultural e científica que as línguas carregam, pois:

A perda de uma língua implica na perda de uma cultura e de um conhecimento de mundo ao qual ela está diretamente ligada, por isso, nunca é demais reforçar a importância do estudo dessas línguas, seja para a ciência da linguagem ou para o conhecimento de nossa realidade sócio-cultural, pois a descrição de cada língua constitui um avanço para compreender a linguagem humana (SEKI, 2007, p. 17).

Nesse sentido, a ideia de escrever uma Dissertação de Mestrado acerca dos nomes próprios da língua Parkatêjê, especificamente, surgiu a partir da necessidade de se documentar e conhecer melhor esse aspecto da língua.

Conforme mencionado anteriormente, os estudos mais expressivos sobre a língua Parkatêjê, entre os quais estão os de Araújo (1977, 1989, entre outros), Ferreira (2003, entre outros), Neves (2012), Ribeiro-Silva (2016) e Vale (2016) descrevem diversos aspectos linguísticos do Parkatêjê. Todavia, a Onomástica é um dos aspectos



que não foi explorado em nenhum dos mencionados trabalhos, uma vez que tal assunto não era o foco de nenhum deles.

Além disso, no decorrer das pesquisas para a realização deste estudo foi possível verificar que ainda é bastante reduzido o número de trabalhos na área da Onomástica, principalmente relacionados às línguas indígenas no Brasil. A maior parte das publicações que abordam questões onomásticas de línguas indígenas estão concentradas na área da antropologia, de forma que ainda são muito incipientes as tentativas deste tipo de estudo na área da Linguística.

### 1.3 Metodologia

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo seguiu conforme a habitual em Linguística Descritiva e Antropológica, que trabalha com generalizações no nível dos fatos, e pesquisa etnográfica, seguindo as seguintes etapas:

- a) Levantamento e leitura de materiais bibliográficos referentes à morfologia, sintaxe, semântica, línguas indígenas, onomástica e antropologia;
- b) Análise crítica das referências bibliográficas levantadas, tais como Lyons (1977, 1981), Ullmann (1964), Dick (1996, 1997, 1999a; 1999b e 2000), Coelho de Souza (2002), Araújo (1977, 1989), Ferreira (2003), Melatti (1938), Booij (2007), Diniz (2010), Ferrarezi Jr. (1997, 2010, 2012 e 2013), entre outras;
- c) Trabalho de campo para coleta: os dados foram coletados por meio de entrevistas e arquivados em áudio e vídeo. Todos os dados foram gravados na Comunidade Indígena por meio de perguntas feitas diretamente aos informantes, para isso foram utilizados câmera digital e gravador de áudio. Foram realizadas duas viagens ao campo, a primeira compreendeu o período de 09 a 18 de setembro de 2015, enquanto a segunda ocorreu de 16 a 22 de junho de 2016. A maior parte dos dados da pesquisa foi coletada em entrevistas com o então chefe da Comunidade, *Krôhôkrenhum*, que ocorriam a partir das 3 horas até meados das 6 horas da manhã. Tal horário é preferido pelo chefe Parkatêjê em virtude da tranquilidade, uma vez que durante o dia há grande movimento de pessoas em sua casa, além de seus outros compromissos cotidianos. *Krôhôkrenhum* era falante bilíngue de Parkatêjê e Português, além de ter sido um dos maiores conhecedores dos saberes linguísticos e culturais do seu povo. Além do chefe, houve ainda outros falantes nativos que contribuíram como colaboradores nesta pesquisa, são eles: *Pojarêtetí*, primeira esposa do chefe; *Nākôti*, curador da comunidade; *Japênprâmti*, sobrinho de *Krôhôkrenhum*; *Jôhapy*, segunda esposa de *Krôhôkrenhum*, entre outros. O auxílio e a colaboração de cada falante foram de importância ímpar durante todo o processo de pesquisa de campo;
- d) Transcrição e organização dos dados: o material coletado em campo foi transcrito ortograficamente, tanto em português, quanto na ortografia Parkatêjê;

- e) Segmentação morfológica dos dados: os dados foram devidamente segmentados de forma a facilitar as análises empreendidas, no entanto, não foi possível realizar a segmentação completa do total de dados obtidos, de forma que há dados que apresentam apenas a tradução dada pelo falante;
- f) Análise morfossintática e semântica do *corpus* de pesquisa;
- g) Apresentação e análise da constituição dos nomes próprios em Parkatêjê, questões relacionadas à semântica dos nomes e discussão dos resultados obtidos.

#### **1.4 Estrutura do trabalho**

Este trabalho se constitui da seguinte maneira: introdução, na qual apresento, em linhas gerais, informações sobre a pesquisa, a justificativa do trabalho, a metodologia e a estrutura do trabalho; quatro itens que serão abaixo resumidos, além das considerações finais.

Inicialmente, apresento um capítulo a respeito do povo Parkatêjê, a fim de contextualizar sua história e situação atual, bem como dar informações gerais relevantes sobre a língua e cultura do povo em questão. No próximo capítulo, abordo considerações de caráter teórico sobre o campo de estudo da onomástica, com foco no estudo dos chamados antropônimos. Em seguida, retrato a importância da relação língua/cultura na Onomástica e exponho algumas considerações acerca dos estudos Onomásticos em línguas indígenas. Posteriormente, desenvolvo um capítulo centrado nas características do sistema de nomenclatura de línguas Timbira, com especial atenção à nomenclatura Parkatêjê. No capítulo final apresento questões a respeito de aspectos morfossintáticos e semânticos observados nos antropônimos da língua Parkatêjê.

## 2 POVO PARKATÊJÊ: CONSIDERAÇÕES GERAIS

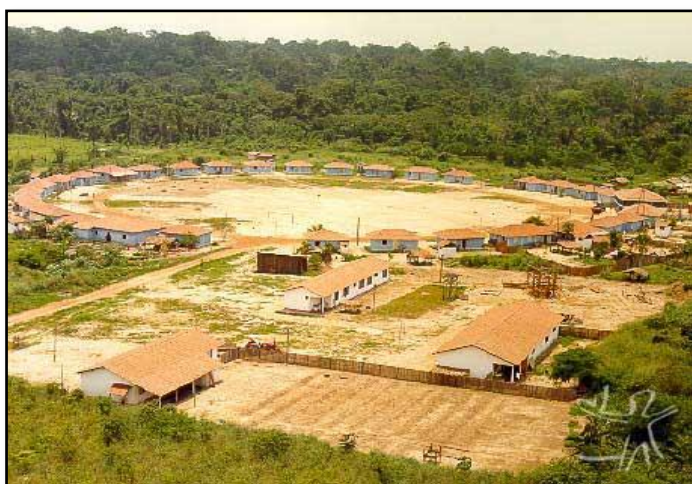
A relação entre língua e cultura há séculos chama a atenção de inúmeros linguistas, antropólogos, entre outros estudiosos. Silva (2014) afirma que é impossível falar sobre a língua e cultura de um povo sem primeiro conhecer sua história, seu modo de viver e de pensar. Diante disso, o presente capítulo pretende traçar algumas considerações sobre o povo Parkatêjê, com base, principalmente, em Araújo (1977; 1989; 2008), Ferraz (1984), Ferreira (2003), Jõpaipare et al (2011), Neves (2012), Silva (2014) e Rodrigues (1986).

### 2.1 Os Parkatêjê

O povo Parkatêjê – também conhecido na literatura especializada como Gavião Parkatêjê ou Gavião do Pará – é uma comunidade composta por remanescentes dos grupos indígenas *Rõhõkatêjê* (grupo do cocal), *Akrãtikatêjê* (povo da serra) e *Kyikatêjê* (turma do Maranhão) que viviam na região sudeste do Pará e do Maranhão.

Em meados do ano de 1970 esses grupos uniram-se em prol de sua sobrevivência, uma vez que se encontravam devastados, tanto no que diz respeito aos aspectos físicos, quanto aos aspectos culturais. Juntos somam, atualmente, cerca de 627 pessoas<sup>1</sup> e formam a comunidade indígena Parkatêjê.

Figura 01: Aldeia Parkatêjê



Fonte: Instituto Socioambiental

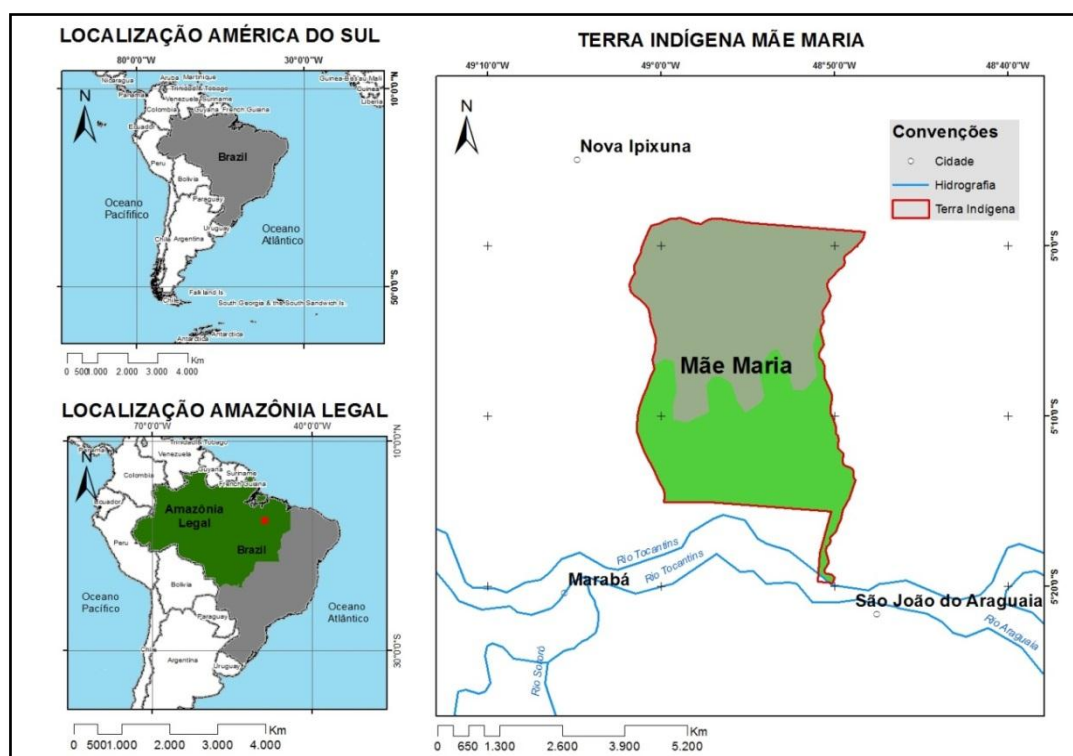
---

<sup>1</sup> Siasi/Sesai, 2012.

O território habitado pelos Parkatêjê é uma área denominada Terra Indígena Mãe Maria, localizada a 30 km do sul da cidade de Marabá, às margens da rodovia BR-222, sudeste do estado do Pará. De acordo com informações do site do Instituto Socioambiental<sup>2</sup>, a reserva indígena apresenta como limites os igarapés Flecheiras e Jacundá, afluentes da margem direita do curso médio do Rio Tocantins. O referido território foi concedido ao povo Parkatêjê no ano de 1943, por meio do Decreto-Lei n. 4.503 de 28 de dezembro de 1943.

O mapa 01<sup>3</sup>, apresentado a seguir, foi elaborado por meio do programa de geoprocessamento *ArcGis*. Nele é possível observar mais claramente a localização da Terra indígena Mãe Maria dentro da Amazônia Legal, bem como as cidades que rodeiam a reserva, por exemplo, Marabá, Nova Ipixuna e São João do Araguaia. Os dados utilizados para a elaboração do mapa foram adaptados de IBGE (2013).

Mapa 01: Localização do território Parkatêjê



Fonte: Elaboração própria

<sup>2</sup> [www.pib.socioambiental.org](http://www.pib.socioambiental.org)

<sup>3</sup> Mapa elaborado pela autora deste trabalho durante o curso “Introdução ao Geoprocessamento aplicado a pesquisas científicas”, ministrado por Ronaldo Almeida Pereira – Arquiteto e Urbanista, do IEPA: Instituto Estadual de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá.

A Terra Indígena pertencente ao povo Parkatêjê foi alvo de inúmeros projetos de impacto ambiental ao longo dos anos. Tal fato contribuiu fortemente para o maior contato desse povo com a sociedade envolvente, contribuindo para a invasão da língua portuguesa na comunidade e prejuízo para a língua tradicional.

Araújo (2008) enumera algumas dessas iniciativas, dentre as quais se destacam a construção da PA 70 (atual BR-222), que cortou o território de modo a ligar a cidade de Marabá e a Rodovia Belém-Brasília; a linha de transmissão entre Marabá/PA e Imperatriz/MA pela Eletronorte; e a construção da ferrovia Carajás-Ponta de Madeira (Itaqui/MA) pela Companhia Vale do Rio Doce.

Apesar das inúmeras pressões as quais os Parkatêjê foram submetidos pela sociedade majoritária, eles conseguiram reagir e protagonizar suas decisões, conforme pode ser observado no curso de sua história.

No passado, o povo Parkatêjê enfrentou um difícil período de sobrevivência na floresta, em consequência de lutas internas e de várias epidemias que quase resultaram na extinção do grupo. Diante dessa devastadora situação, os indígenas precisaram tomar uma importante decisão: talvez eles não soubessem, mas recorrer ou não à sociedade nacional definiria a sua sobrevivência ou o seu desaparecimento como um grupo.

Conforme Ferreira (2003), decidir pela aproximação definitiva com a ‘civilização’ foi a chance de sobrevivência dos índios Parkatêjê. A partir de então, iniciou-se o primeiro momento de intenso contato desse povo com a sociedade envolvente.

Nesse período, o grupo tinha cerca de quinze componentes, dentre os quais a metade eram crianças e adolescentes. Destes, três meninas (*Jôhôre*, *Totore* e *Kwỳikwỳire*) foram entregues a famílias de Itupiranga e Marabá. Já os mais velhos foram levados pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) para o Posto Indígena Mãe Maria, por volta do ano de 1964.

Foi então que se deu novamente a união dos Parkatêjê (*Rôhôtejê*) com os grupos *Akrâtikatêjê* e *Kyikatêjê*, com o objetivo de garantir a sobrevivência física e cultural de tais grupos. Naquela época, o jovem líder *Krôhôtekrenhum*, foi o principal intermediador dessa união. Juntos, em uma mesma comunidade, partilham de costumes, festas e até mesmo a língua com diferenças dialetais aparentemente mínimas.

Tanto a união dos Parkatêjê com os outros grupos indígenas, quanto sua aproximação com os não índios, deu condições de sobrevivência e fortalecimento da comunidade como um todo. As palavras do chefe *Krôhôtekrenhum* corroboram esse

acontecimento: “Então nós misturamos. Hoje nós estamos seguros que nem capim, nós estamos fortes que nem capim. [...]. Nós não estamos puros, mas nós aumentamos de novo [...]” (JÕPAIPARE, 2011, p. 94).

De acordo com Beltrão (1998), os Parkatêjê conseguiram vencer a crise populacional. Em 1998 eles apresentavam uma população de cerca de 338 indivíduos, que incluía crianças e jovens. Atualmente esse número é quase o dobro.

É importante ressaltar que a situação sociocultural e sociolinguística dos grupos anteriormente citados eram bastante diferentes entre si. Os que se autodenominavam Parkatêjê (Rõhõkatêjê e Akrãtikatêjê) já falavam a língua portuguesa maciçamente por influência/imposição de funcionários do posto indígena, de modo que já haviam adotado costumes dos não índios em detrimento aos costumes tradicionais. Os Kyikatêjê, por outro lado, eram um grupo quase completamente monolíngue (ARAÚJO, 1989; FERREIRA, 2003 e NEVES, 2012).

De acordo com Ferreira (2003), em meados de 1970, o povo Parkatêjê conseguiu dar início a um novo momento de sua história. Reestabelecidos e com as experiências adquiridas, passaram a assumir o controle definitivo sobre a economia dos produtos de seu território e a protagonizar suas decisões. Deu-se, assim um novo movimento entre eles no sentido de reavivarem sua cultura e tradições que pareciam esquecidas diante de tantas dificuldades enfrentadas e novas influências.

Atualmente, em virtude de conflitos internos, novas aldeias surgiram geograficamente situadas ao longo da Rodovia BR-222. São elas desmembramentos dentro dos três grupos existentes: *Akrãtikatêjê*, *Kyikatêjê* e *Parkatêjê*. O quadro a seguir demonstra a distribuição de aldeias observadas na Reserva Indígena Mãe Maria até o momento:

Quadro 01 – Distribuição de aldeias na Reserva indígena Mãe Maria

<b>Rodovia BR- 222</b>	
<b>Nome da Aldeia</b>	<b>Localização</b>
Akrãti	Km 15
Akrãkyitêjê	Km 15
Kojakati	Km 16
Gavião Kriamretijê	Km 22
Krãpeitijê	Km 25
Gavião Kyikatêjê	Km 25
Krijõhêrekatêjê	Km 29
Gavião Parkatêjê	Km 30

Akrākaprekti	Km 35
Rohōkatêjê	Km 36
Akrôtikatêjê	Km 37

Fonte: Notas de campo da autora (2016)

Como é possível observar no quadro acima existem, atualmente, 11 aldeias distribuídas na Reserva Indígena Mãe Maria. As aldeias são frutos de separações entre os grupos *Akrâtikatêjê*, *Kyikatêjê* e *Parkatêjê*, conforme mencionado.

No subitem a seguir, serão abordadas questões gerais acerca da língua e cultura Parkatêjê.

## 2.2 Notas sobre a língua e a cultura Parkatêjê

### 2.2.1 Aspectos linguísticos

A língua Parkatêjê é falada pelo povo indígena, denominado do mesmo modo. De acordo com Rodrigues (1986), a língua Parkatêjê pertence ao complexo dialetal Timbira, família Jê, tronco linguístico Macro-jê. Também fazem parte deste complexo dialetal línguas como *Krahô*, *Apaniêkra*, *Krenye*, *Pykobiê-gavião*, *Apinajé* entre outras que apresentam aspectos bastante semelhantes entre si.

No quadro 02, a seguir, adaptado de Moore; Galucio e Gabas Jr. (2008)<sup>4</sup>, é possível observar informações referentes às línguas da família Jê. O referido quadro considera questões como o número de falantes, transmissão da língua para gerações posteriores, número de estudos sobre a língua etc.

Quadro 02 – Família Jê

Unidade Linguística	Dialetos, Grupos	Nº Falantes	População	Transmissão	Estudos
Akwén	Xacriabá	?	7.665	sem	
	Xavánte	maioria	9.602	alta	2
	Xerénte	maioria	1.814	alta	2
Apinayé			1.262	alta?	2
Kaingáng	Kaingáng do Paraná Kaingáng Central		25.000 tota		3 total

<sup>4</sup> O quadro original de Moore, Galucio e Gabas Jr. (2008, p. 38) aborda todo o tronco Macro-Jê.

	Kaingáng do Sudoeste				
Kayapó (Mebengokre)	Gorotire Kararaô Kokraimoro Kubenrankegn Menkrangnoti Mentuktíre (Txukahamãe) Xikrin		7.096 total		
Panará (Kren-akore, Kren-akarore)		todos	202	alta	2
Suyá (Kisêdje)	Suyá Tapayúna (Beißode-Pau)	todos	334 58	alta ?	2
Timbóra	Canela		458	alta	2
	Apaniekra				
	Canela		1.337	alta	
	Ramkokamekra				
	Gavião do Pará (Parkatejê, Kÿikatêjê, Akrâtikatêjê)		338	?	2
Gavião do Maranhão (Pukobiyé)		473	?	2	
Krahô		1.900	alta	1	
Krikatí (Krinkatí)		682			
Xoklêng			757	baixa	1

Fonte: Adaptado de Moore, Galucio e Gabas Jr. (2008, p. 38).

Dentre os estudos, de cunho linguístico/descritivo, mais expressivos sobre a língua Parkatêjê, estão os de Araújo (1977, 1989, entre outros), Ferreira (2003, entre outros), Neves (2012), Ribeiro-Silva (2016) e Vale (2016). Tais pesquisas possibilitaram a sistematização de valiosas informações a respeito da língua Parkatêjê, além de embasarem outros estudos.

Araújo (1977) em seu trabalho *Semântica gerativa da língua gavião-jê* apresenta um quadro fonológico para a língua Parkatêjê no qual o número de vogais ultrapassa o número de consoantes, fato esse comum em línguas do tronco linguístico Macro-jê.

Segundo a autora acima mencionada, a língua Parkatêjê possui 27 fonemas, sendo 16 vogais e 11 consoantes. As vogais se distribuem em 10 orais e 6 nasais que



contrastam quanto a articulação nas posições anterior, média e posterior, conforme pode ser observado no Quadro 03.

Quadro 03- Inventário fonológico das vogais Parkatêjê, segundo Araújo (1977 *apud* SILVA, 2014)

	ANTERIORES		CENTRAIS		POSTERIORES	
Altas fechadas	i	ĩ	ɨ	ɥ	u	ũ
Médias fechadas	e	ẽ	ə	ɘ	o	õ
Médias abertas	ɛ		ɜ		ɔ	
Baixas abertas			a			

Fonte: Silva, 2014.

Em uma nova análise das vogais Parkatêjê, pautada nas propriedades acústicas dos segmentos em questão, Neves (2010) detectou 09 qualidades vocálicas que se diferenciam em anteriores, centrais e posteriores e se distribuem em altas, médias e baixas. Tal análise foi ratificada por Neves, Picanço e Ferreira-Silva (2011).

O quadro 04, a seguir, apresenta a referida proposta:

Quadro 04 – Inventário fonológico das vogais Parkatêjê, segundo Neves (2010 *apud* SILVA, 2014)

	ANTERIORES		CENTRAIS		POSTERIORES	
Altas fechadas	i	ĩ	ɨ	ɥ	u	ũ
Médias fechadas	e	ẽ			o	õ
Médias abertas	ɛ		ɜ		ɔ	
Baixas abertas			a			

Fonte: Silva, 2014.

Já as consoantes, conforme descrito por Araújo (1977), se distribuem em oclusivas bilabial, alveolar, palatal, velar e glotal; nasais bilabial e alveolar; líquida; semiconsoantes bilabial e palatal; e a semiconsoante glotal tal como é demonstrado no Quadro 05:

Quadro 05 - Inventário fonológico das consoantes Parkatêjê, segundo Araújo (1977 *apud* SILVA, 2014)

	BILABIAL	ALVEOLAR	PALATAL	VELAR	GLOTAL
Oclusiva	p	t	tʃ	k	ʔ
Nasal	m	n			
Líquida		r			
Semiconsoante	w		y		h

Fonte: Silva, 2014.

Além dos quadros fonológicos semelhantes aos de outras línguas Jê, há ainda outras peculiaridades comuns entre os Jê que se fazem presente na língua Parkatêjê. Ferreira (2003) destaca a ordem básica dos constituintes em orações independentes (Sujeito - Objeto - Verbo), a ocorrência de prefixos relacionais, e a ocorrência da locução genitiva antes do nome.

No que diz respeito à morfologia observa-se a distinção entre classes abertas (Nomes, verbos, advérbios) e classes fechadas (Pronomes, partículas, posposições, conjunções, interjeições). De modo geral, segundo Ferreira (2003), nota-se o seguinte:

- a) Os nomes podem ser classificados em termos de posse como não-possuíveis, alienavelmente possuídos e inalienavelmente possuídos<sup>5</sup>;
- b) O sistema pronominal da língua constitui basicamente duas categorias: pronomes livres e pronomes dependentes;
- c) Os verbos apresentam pelo menos duas formas. Da perspectiva semântica podem ser ativos ou estativos. Eles ocupam a posição final da oração e constituem o núcleo da locução verbal. A distinção semântica se relaciona

<sup>5</sup> No grupo de nomes não-possuíveis estão os elementos relacionados a nomes de pessoas, a nomes de plantas e fenômenos da natureza em geral. Os alienavelmente possuídos englobam, em sua maioria, objetos da cultura material. Já os inalienavelmente possuídos referem-se a partes do corpo, partes de um todo e aos termos de parentesco (FERREIRA, 2003).

diretamente com a distinção morfossintática em que os verbos ativos ocorrem com pronomes livres e os verbos descritivos ocorrem com pronomes dependentes.

Quanto à sintaxe, as construções são basicamente do tipo Sujeito-Predicado, com possível topicalização do objeto de uma sentença de modo a poder alterar a ordem canônica da oração: Sujeito-Objeto-Verbo. Neste caso, o objeto pode ocorrer na primeira posição da sentença.

A seguir serão apresentadas algumas notas acerca da situação sociolinguística da comunidade Parkatêjê.

### 2.2.2 Situação Sociolinguística

A atual situação sociolinguística da comunidade Parkatêjê reflete a história de vida deste povo. A inevitável proximidade entre os Parkatêjê e os não índios culminou em danos para a língua tradicional da aldeia.

O contato com o mundo dos *kupê*<sup>6</sup> garantiu a sobrevivência do povo Parkatêjê e os possibilitou a independência em termos econômicos, no entanto, esse fato permitiu que a língua portuguesa ocupasse espaços cada vez maiores na comunidade (Ferreira, 2010; Neves, 2012).

Diante disso, Ferreira (2003, p. 22) relatou um preocupante fato, já em 2003, pois “as crianças não estão mais aprendendo o Parkatêjê como sua primeira língua, mas sim o português. Isso coloca o Parkatêjê em uma situação de risco”.

Ferreira (2003) apresentou um quadro em que pretendeu representar as gerações e as faixas etárias aproximadas dos indígenas da atual comunidade no momento de seu estudo. Dessa forma foi possível realizar uma análise genérica do modo como cada geração Parkatêjê daquele momento sincrônico utilizava a língua tradicional. A autora registrou que a maior parte dos índios da primeira geração (50 a 70 anos) interagiu intensamente entre si por meio da língua Parkatêjê. Com os demais índios, a primeira geração, geralmente utilizava a língua portuguesa. Já os indígenas da segunda geração (30 a 49 anos) apresentavam diferentes graus de bilinguismo e se comunicavam tanto em Parkatêjê quanto em português, dependendo da situação. Por fim, os índios da

---

<sup>6</sup> Termo em Parkatêjê que significa “não índio”.

terceira geração (0 a 29 anos) se comunicavam apenas em português, embora entendessem partes distintas da língua Parkatêjê.

Com base em minha vivência na comunidade é possível afirmar que a situação permanece semelhante. No entanto, há o agravante de que a camada de indígenas mais idosos vem sendo reduzida devido a inúmeras mortes.

Além disso, em virtude da delicada situação sociolinguística encontrada na aldeia Parkatêjê, ações de revitalização e documentação da língua indígena são necessidades imperativas. Conquanto, Araújo (2008) alerta que é somente por meio de uma política linguística interna e um adequado planejamento que os Parkatêjê definirão a revitalização de sua língua. A comunidade tem demonstrado grande preocupação nesse sentido.

Adiante serão apresentados alguns aspectos relacionados à cultura do povo Parkatêjê.

### 2.2.3 Conhecimento cultural

Ferreira (2003) afirma que os índios Parkatêjê, bem como outros povos da família Jê, possuem uma concepção de mundo bastante centrada em si mesmo e na concretude de tal mundo. Segundo a autora, essa concepção pode ser compreendida a partir da visão “nós”, referidos quase sempre por palavras como o formativo ‘mê’, que ocorre em diversos contextos, como por exemplo, com termos de parentesco para indicar a noção de plural; e ‘jê’ que também é amplamente utilizado e tem como sentido aproximado ‘gente’, ‘índios’.

Essa visão baseada no coletivo também pode ser observada na organização tradicional dos Parkatêjê, que se pautava na reciprocidade. Conforme Ferreira (2003):

Se um homem vai para o mato caçar, o que ele conseguir pegar nunca será seu. Ao contrário, ele vai caçar para os outros, um amigo, um parente, sendo mesmo proibido que ele coma daquilo que conseguiu trazer para a aldeia. Ao chegar da caçada, ele deixará o animal capturado no centro do pátio ou ainda em frente da casa da pessoa escolhida para receber aquele ‘presente’. O dono da casa e seus parentes devem, então, receber o ‘presente’, e o recebedor fica ‘devendo’ um outro ‘presente’ àquele que lhe ofereceu a caça, o qual lhe será ‘pago’ tão logo seja possível. Nesse esquema, é possível um amigo declarar ao outro seu desejo de comer carne de paca ou de tatu, por exemplo (FERREIRA, 2003, p. 29).

No entanto, o contato com a sociedade envolvente provocou algumas alterações nesse sistema, como relata Ferraz (1984) ao mencionar as mudanças percebidas no que diz respeito ao envolvimento desses índios com as questões econômicas dos não índios.

Os índios Parkatêjê são famosos por possuírem os sentidos da visão e audição bastante apurados. Segundo Ferreira (2003), não é próprio da cultura Parkatêjê a falta de precisão, uma vez que os indígenas são muito observadores e dão especial atenção a detalhes referentes a formas, localização e direção.

Existem algumas regras de bom comportamento na aldeia ou no mato que são facilmente ouvidas ao se conversar com os ‘velhos’. Uma delas é “nunca andar sozinho” para que os sinais de perigo que nos rodeiam sejam mais facilmente identificados. Dessa forma, os índios aconselham que seja sempre preferível andar com um companheiro ou em trio.

Tudo na aldeia é realizado em dupla ou em parceria, com um “companheiro” como eles dizem. O jogo de flechas é em dupla; no mito da criação, o Sol e a Lua são parceiros. Enfim, estar acompanhado é uma das regras de ouro do bom comportamento parkatêjê (FERREIRA, 2003, p. 29).

Dentre as atividades tradicionais mais facilmente presenciadas entre os Parkatêjê estão a corrida de tora e o jogo de flechas. Ambas são atividades que ocorrem ao longo do ano inteiro.

Na corrida de tora costumam participar homens, mulheres e até mesmo crianças Parkatêjê. Conforme Vieira (2015), as corridas são caracterizadas pela comunidade Parkatêjê como uma atividade de força, cooperação, resistência física e herança cultural que integra e fortalece a cultura do povo indígena.

As toras utilizadas são escolhidas pelos mais velhos que adentram a mata para buscar a espécie vegetal mais adequada para a atividade a ser realizada. Geralmente a árvore utilizada é samaumeira, cuja medida diametral pode chegar a quase dois metros.

Após os primeiros procedimentos de corte e preparação da tora, ela é pintada de urucum e deixada no lugar onde se dará a largada da corrida. A chamada dos corredores é feita por meio de um instrumento de sopro conhecido como *hõhĩ*.

A corrida se dá sempre no sentido de fora para dentro da aldeia, em um caminho reto que leva o corredor até o pátio da aldeia. Os participantes, que podem ser homens ou mulheres, se revezam ao correr carregando a tora sem, em nenhum momento, realizar uma pausa na atividade. Ao final da corrida algumas mulheres, no pátio,

aguardam os corredores com vasilhas de água fria para jogar nos corredores a fim de lhes refrescar o corpo e contribuir para aliviar o cansaço físico.

Por fim, após um breve descanso, inicia-se o chamado ‘Canto dos corredores’ que ocorre no centro da aldeia, cujo Capitão, *Krôhôkrenhum*, era o cantor oficial.

Já o jogo de flechas ‘*majpênjôky*’ é outra importante atividade tradicional inserida no arcabouço cultural indígena. Ele pode ser geralmente observado nos dias de sexta, sábado e domingo. Homens e mulheres jogam separadamente, de modo que cada grupo ocupa um lado do acampamento onde costumam se reunir.

Durante o jogo é comum ver os velhos trocando informações em Parkatêjê entre si e até mesmo com os mais novos, que apesar de não falarem a língua com fluência, comportam-se como bilíngues passivos e entendem boa parte da língua tradicional.

Outro aspecto cultural diz respeito ao artesanato Parkatêjê que conforme Silva (2014) é bastante variado. A autora cita entre os artefatos comumente produzidos os seguinte: *kâha* ‘cofo’, *kai* ‘cesta’, *kuwê* ‘arco’, *kruwa* ‘flecha’, adornos de penas de arrara e de gavião, *hahĩ* ‘tipoia para carregar criança’, *kraxê* ‘adorno para a cabeça’, *tupre* ‘cintos para a festa da moça’, instrumentos musicais (buzinas e maracás), esteiras, peneiras etc.

Dentre as matérias primas utilizadas para a confecção dos artigos supramencionados estão: penas de arara, penas de gavião, linha, cabaças, palhas, talas, entre outras.

No decorrer do ano os Parkatêjê também costumam realizar festas tradicionais. De acordo com Jõpaipaire (2011), as festas obrigatórias são duas: *Pàn* e *Hàk* (Arara e Gavião) e *Tep*, *Xêxêêrê* e *Terê* (Peixe, Arraia e Lontra). Destaca-se ainda a festa do *Pôhytetet* (festa do milho verde), *Wakmêre* ‘festa do cipó’ e *Ropkrã* ‘festa da cabeça de onça’.

Os sistemas de nomeação e parentesco, que serão mais bem detalhados no decorrer deste trabalho, estão diretamente relacionados. De modo geral, ao se receber um nome Parkatêjê, o nominado recebe também virtualmente todos os relacionamentos de seu nominador.

Diante disso, as relações de nomeação e parentesco também acarretam em inúmeras regras de evitação entre os Parkatêjê. No entanto, como relata Ferreira (2003) e conforme pôde ser confirmado em trabalho de campo, há muitas queixas dos mais velhos quanto a não obediência dessas regras pelas gerações mais jovens, uma vez que a

cultura tem-se modificado devido às diferentes circunstâncias já anteriormente apresentadas.

No decorrer desta dissertação o sistema de nomenclatura Parkatêjê será retomado e os nomes serão abordados da perspectiva onomástica, apresentando também uma análise morfosintática e semântica de tais nomes.

O próximo capítulo apresentará considerações teóricas pertinentes a respeito do campo de estudo designado Onomástica.

### 3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Neste capítulo será apresentado o campo de estudo da Onomástica. Pretende-se aqui esclarecer os limites, interesses, principais conceitos e contribuições do ramo em questão para os estudos linguísticos e culturais. Este estado da arte foi feito com base em Dick (1996; 1997; 1999a; 1999b; 2000; 2001), Lyons (1977, 1981), Ullmann (1964), Seabra (2006), Carvalhinhos (2007), entre outros autores citados.

#### 3.1 O estudo da Onomástica

Antes de adentrar na conceituação e principais questões da onomástica, é pertinente situá-la dentro dos estudos da linguagem, ou, mais especificamente, dentro das ciências do léxico.

O léxico é tradicionalmente definido nos estudos linguísticos como o conjunto de palavras de uma língua. É a partir dele que se pode nomear e exprimir o universo de determinada sociedade por meio de um patrimônio lexical que reflete as percepções, experiências, sentimentos e ideias de um povo.

Biderman (2001) define o léxico como a parte da língua que configura a realidade extralinguística, além de conservar o saber linguístico da humanidade. De acordo com a autora, “o léxico de uma língua natural pode ser identificado com o patrimônio vocabular de uma dada comunidade linguística ao longo de sua história” (2001, p.14).

A ciência linguística responsável pelo estudo do léxico chama-se lexicologia<sup>7</sup>. Biderman (2001) apresenta como objetos essenciais do estudo e análise da lexicologia a palavra, a categoria lexical e a estruturação do léxico.

Nesse sentido, Ullmann (1964) afirma que a lexicologia trata, por definição, das palavras e dos morfemas que as formam, ou seja, de suas unidades significativas. Logo, a investigação lexicológica leva em conta a forma e o significado. O autor explica ainda que a lexicologia tem, por conseguinte, duas subdivisões: “a morfologia, estudo das formas das palavras e dos seus componentes, e a semântica, estudo dos seus significados” (ULLMANN, 1964, p. 64).

---

<sup>7</sup> “Do grego *lexis* <<palavra>>, *lexicos* <<de ou para as palavras>>” (ULLMANN, 1964, p.62)



Já Dubois et al. (1973) concebe a lexicologia como o estudo científico do vocabulário. Diante disso, é possível entender a onomástica como uma parte integrada à lexicologia que tem por objeto de estudo os nomes próprios de diferentes tipologias.

Eckert (2016) explica que a origem do termo onomástica encontra-se nas formas gregas *onoma* (nome) e *tékne* (arte) que resultaram o termo *onomastiké*, cujo significado é ‘a arte de nomear’. A forma grega foi incorporada ao latim como *onomasticon* que posteriormente entrou para o vocabulário português como *onomástica*.

A Onomástica se constitui como uma disciplina que está em constante diálogo com outras áreas da linguística e do conhecimento humano. Dentre tais áreas podemos citar a Linguística Histórica, a Linguística Antropológica, a Semântica, a Lógica e a Filosofia da Linguagem. Acerca da interdisciplinaridade necessária à Onomástica, Zamariano (2012) afirma o seguinte:

Um trabalho que se dedique ao nome próprio suscita uma investigação que não se encerra em uma disciplina específica, visto que atravessa por campos teóricos distintos e as fronteiras que, aparentemente, isolam os campos, se dissolvem diante das primeiras reflexões sobre esse tema (ZAMARIANO, 2012, p. 359).

Nessa mesma perspectiva, Martins (1994 *apud* LINHARES, 2003, p. 28) destaca que o nome próprio “[...] pode evocar um mundo de representações possíveis. Ele pode elucidar, na verdade, mundos que são estudados pelas disciplinas mais diversas, desde a linguística, a antropologia, o direito, até a biologia, a psicologia, a psicanálise”.

As duas principais áreas de estudo da Onomástica, conforme Seabra (2006), entre outros autores, são: a Antroponímia e a Toponímia. Nas palavras da autora “ambas se constituem de elementos linguísticos que conservam antigos estágios denominativos” (SEABRA, 2006, p. 1953).

Conquanto, Guérios (1973) acrescenta que existem outros campos de investigação que também pertencem aos estudos onomásticos, dentre eles, a saber, estão os de:

“Teonímia – estudo dos nomes de deuses e seres sobrenaturais; de Zoonímia – dos nomes dos animais; de Astronímia – dos nomes de astros e símiles. Mais recentemente, introduziu-se a seção Onionímia – estudo dos nomes de produtos comerciais” (GUÉRIOS, 1973 p. 15).

Linhares (2003) também cita outros campos ainda mais desconhecidos, por exemplo: de bibliônimos, referente às obras clássicas e religiosas; de mitônimos, referentes a entidades mitológicas e crendices em geral; de prosônimos, que designam os cognomes e os apelidos, entre outros.

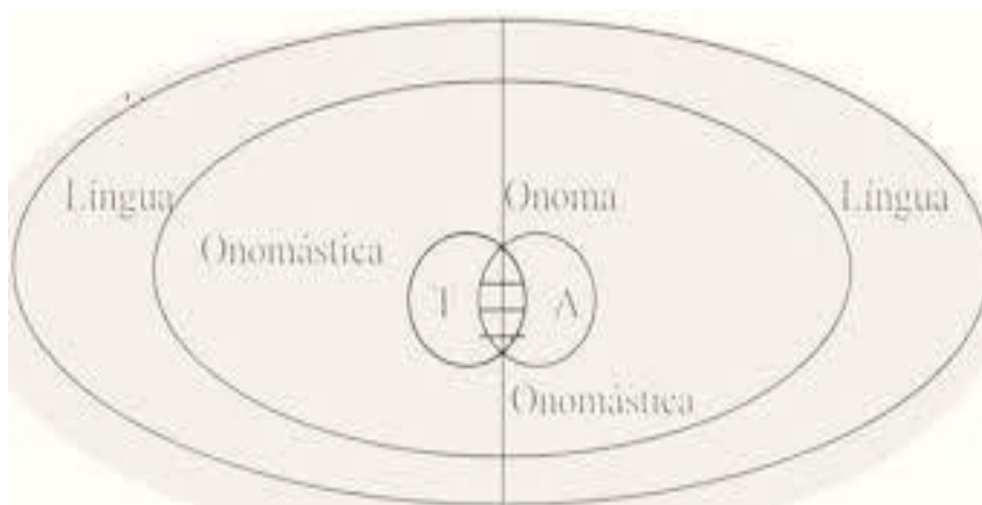
Levando em consideração as duas áreas principais da Onomástica, Antroponímia e Toponímia, Seabra (2006) afirma que a primeira tem como objeto de estudo os nomes próprios individuais, os nomes parentais ou sobrenomes e os apelidos, enquanto a segunda interessa-se pelo estudo das motivações dos nomes próprios de lugares.

Antroponímia e Toponímia são áreas que apresentam grande confluência, bem como explica Seabra (2006),

apesar de se constituírem em campos semânticos de dimensões variáveis da *Onomástica – pessoa e lugar* – têm na mesma uma relação de inclusão, uma vez que se encontram no *onoma*, em uma área de intersecção: o vocábulo deixar o seu uso pleno na língua, transitando para o uso onomástico, reveste-se de caráter denominativo – em uso dêitico ou anafórico – e passa a ser referencializado como topônimo ou antropônimo, seguindo direções opostas e complementares (SEABRA, 2006, p. 1954, grifos da autora).

Para ilustrar a ideia explanada na citação acima é pertinente observar a Figura 02, proposta por Dick (1999a), na qual podemos ver claramente que uma vez dentro do *onoma*, Topônimos e Antroponíomos se interseccionam de modo a terem pontos de convergência, mas também de divergência.

Figura 02 - Onomástica



Fonte: Dick (1999a, p. 145).

Seabra (2006) ressalta que é impossível se falar em Onomástica sem esbarrar na questão da referência, uma vez que esse tipo de estudo envolve a função referencial ou denotativa da linguagem. Dessa forma, creio ser pertinente uma breve discussão a esse respeito antes de avançar para as seções seguintes.

Para Lyons (1977, p. 145), o termo referência “tem a ver com a relação existente entre uma expressão e aquilo que essa expressão designa ou representa em ocasiões particulares da sua enunciação”.

No entanto, existe na literatura uma grande variedade de posicionamentos diferentes acerca da definição de referência. Sobre isso, Milner (2003 *apud* SEABRA, 2006, p. 1954) afirma que a noção de referência “não deixa de dar lugar a discussões desde que a língua foi concebida como um conjunto bem definido, tendo pelo menos uma propriedade distintiva: justamente a que consiste em ‘designar’”.

O termo referência está diretamente relacionado a diversas questões acerca do sentido/significado. Frawley (1992, p. 6) afirma que “All things are appropriately named because all linguistic forms, words as signifiers, directly reflect their origin in pure being, their signifieds”<sup>8</sup>. Essa perspectiva remonta às ideias de Platão, entre outras versões mais atuais.

No entanto, muitas vezes, ao mencionarmos um nome, o plano do significado seja tão vago que não conseguimos chegar a nenhuma conclusão nesse sentido. Tal ideia acorda com outra perspectiva acerca da relação sentido e referência, na qual nem sempre há uma conexão direta entre os conceitos em questão.

Um dos mais famosos trabalhos que abordam a questão da referência é o de Gottlob Frege (1952 *apud* FRAWLEY, 1992), em que o autor propõe uma distinção entre referência e sentido. Para o autor, a referência é um processo por meio do qual o significante se relaciona com o significado.

De acordo com Seabra (2006), uma das maneiras de se chegar ao significado é considerá-lo como parte do conhecimento linguístico do falante, de modo que em um determinado universo discursivo, o nome, o referente e o sentido estão associados em forma e conteúdo.

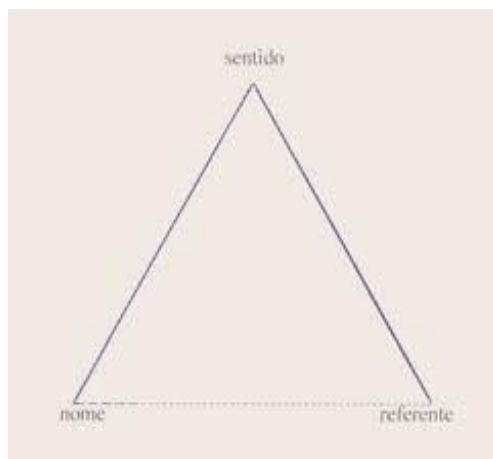
A ideia explicitada acima foi representada no famoso triângulo de Ogden e Richards (1923 *apud* SEABRA, 2006). Muitos outros autores como Ullmann (1957, p.

---

<sup>8</sup> “Todas as coisas são apropriadamente nomeadas porque todas as formas linguísticas, palavras como significantes, refletem diretamente sua origem no mundo puro, seus significados” (Frawley, 1992, p. 6. Tradução minha).

12) e Lyons (1977, p 89) o replicaram, subsequentemente, e tal triângulo é amplamente utilizado em estudos lexicológicos, semânticos e onomásticos. A tríade proposta pelos mencionados autores pode ser representada da seguinte maneira:

Figura 03 – Relação triádica

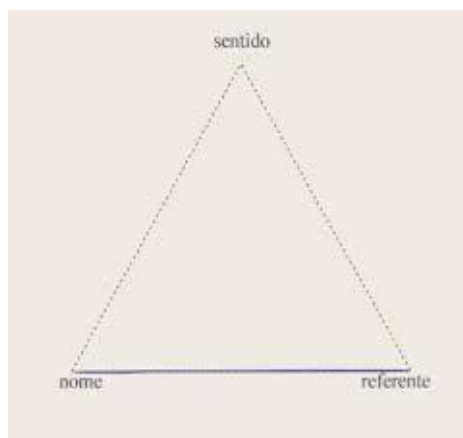


Fonte: Seabra (2006, p. 1955).

As linhas contíguas indicam as relações diretas, nome – sentido – referente, enquanto a linha pontilhada subentende uma relação indireta entre o nome e o referente que precisa, necessariamente, ser intermediada pelo sentido. Logo, a identificação do referente sempre passará pelo sentido do nome (SEABRA, 2006).

No entanto, no caso da relação referência e onomástica, especificamente, estudos mostram que a identificação, no que diz respeito tanto a nome de pessoas quanto a nomes de lugares, pode não passar pelo sentido, sendo remetido diretamente para o referente, conforme demonstra o diagrama em Seabra (2006, p. 1955).

Figura 04 – Referência e Onomástica



Fonte: Seabra (2006, p. 1955).

Desse modo, os nomes próprios, sejam eles topônimos ou antropônimos, são entidades que vão além da expressão linguística e envolvem os referentes o qual destacam. Seabra (2006) afirma que falar de referência em onomástica implica, portanto, falar de cultura, história e demais redes sociais.

A seguir, discutirei a natureza dos nomes próprios e em seguida focalizarei os antropônimos especificamente.

### 3.2 Nomes próprios

O ato da nomeação é uma das mais antigas e fundamentais preocupações linguística do homem. Lyons (1977) afirma que até onde se pode remontar da história da especulação linguística, é considerado que a principal função da linguagem era nomear as coisas.

Back (1989) destaca a presença de explicações onomásticas na bíblia:

Já no Gêneses (II, v.7) o autor sacro narra como e por que o primeiro homem recebeu o nome *Adão*: 'E o senhor Deus fez o homem do pó da terra e soprou-lhe nas narinas o fôlego da vida, e o homem passou a ser alma vivente'. Daí **Adão**, no hebraico **Adaham**, o homem da terra (Back, 1989 *apud* LINHARES, 2003, p. 23, grifos do autor).

Para Dick (1997), o ato intelectual de nomear, onomasticamente falando, é distinto do ato de criação de palavras, enquanto elementos do léxico em geral. Para se tornar um nome próprio, segundo a autora,

a palavra passa por um experimento seletivo e interpretativo, que pressupõe a articulação pelo nomeador (ou enunciador/emissor) de conceitos, valores, intenções, códigos e usos de modo a constituir, como diz Foucault (1995:153), quase “uma linguagem segunda a partir dessa linguagem primeira” (DICK, 1997, p. 101).

De acordo com Viaro (2014), o trânsito entre nomes próprios e nomes comuns sempre ocorreu. O autor ressalta que essa mudança de categoria acontece em uma via de mão dupla, uma vez que nomes comuns podem se tornar nomes próprios (Por exemplo: Sol, Brisa, Socorro, Dores, etc.) e nomes próprios podem se tornar comuns (Por exemplo: nomes de alguns animais).

Ainda sobre a questão da transição da palavra de um nível a outro, isto é, do sistema lexical para o sistema onomástico, Guérios (1973) acredita que a diferença entre nome comum e nome próprio é artificial na perspectiva do linguista, uma vez que, todos os nomes próprios, em sua origem, eram comuns. No entanto, apesar dessa aparente artificialidade, existe, segundo o autor, uma distinção real e concreta:

Todos os vocábulos ou signos possuem “alma”, i. é, sentido ou significado, e “corpo” ou significante, que é na linguagem falada, o som, e na linguagem gráfica a escrita. Ora, os nomes próprios não lembram hoje, no intercâmbio linguístico, os sentidos que despertavam outrora na sua origem, nem lembram outros, donde se conclui que são vocábulos desprovidos de “alma”, ou melhor, ficaram “petrificados”; apenas conservaram o “corpo” ou significante (GUÉRIOS, 1973, p. 15-16).

O estatuto linguístico do nome próprio é objeto de controvérsia na literatura sobre o tema. Uma das questões mais polêmicas, segundo Lyons (1977), é a de saber se os nomes próprios tem um sentido. O referido autor adota a perspectiva filosófica mais difundida e aceita, segundo a qual os nomes próprios podem ter referência, mas não sentido, e não podem ser usados predicativamente.

Muitos autores defendem que os nomes próprios poderiam ser classificados como dêiticos por apresentarem a capacidade de referência a algo ou alguém. Para Lyons (1977), esse traço referencial do nome próprio é uma de suas principais funções. A segunda função é a capacidade vocativa do nome, uma vez que eles são amplamente usados para atrair a atenção da pessoa chamada ou intimada.

Numa perspectiva semelhante, Ullmann (1964) apresenta alguns dos critérios mais utilizados para a definição de um nome próprio. São eles:

1) *Unicidade* – Este critério é utilizado por diversos autores e defende a individualidade dos nomes próprios. No entanto, Ullmann (1964) destaca que esta noção não leva em consideração que muitas pessoas diferentes e não relacionadas, e até mesmo lugares diferentes, podem ter o mesmo nome. O autor corrobora afirmando que se a proposta da unicidade for entendida no sentido de que a maior parte dos nomes próprios são utilizados na fala efetiva com referência a uma pessoa, lugar ou coisa específica, então tal critério coincide com o seguinte.

2) *Identificação* – O critério da identificação é consensual entre muitos filósofos linguistas que consideram os nomes próprios como marcas de identificação. Em oposição aos nomes comuns, cuja função é incluir espécimes em um conjunto genérico, os nomes próprios serviriam para identificar uma pessoa ou objeto, de modo singular entre as entidades semelhantes. Uma analogia frequentemente empregada para ilustrar tal ideia de função dos nomes próprios é a de um “rótulo” fixado a uma pessoa, coisa ou lugar para realizar a distinção entre os elementos similares.

3) *Designação contra conotação* – Este é outro famoso critério que coloca em destaque a função designativa dos nomes próprios, por oposição ao valor conotativo dos substantivos comuns.

4) *Som distintivo* – Conforme Ullmann (1964), este critério foi proposto por Sir Alan Garniner no tratado *The Theory of Proper Names*, em que o referido autor aceita a identificação como o propósito essencial dos nomes próprios, mas acrescenta a este o critério do som distintivo.

5) *Critérios gramaticais* – Aqui Ullmann (1964) afirma que a diferença semântica e funcional entre os nomes próprios e os substantivos comuns se reflete também em certas particularidades gramaticais. Tais aspectos peculiares variam de uma língua para outra, e, algumas vezes, até de um período para outro na mesma língua. Para citar um entre muitos exemplos, em Fijiano, os nomes de pessoas e os nomes de lugares são precedidos pelo prefixo *ko-*, e os substantivos comuns pelo prefixo *na-*: *ko vanua levu* <<Grande Ilha>>, nome da maior ilha do grupo Fiji – *na vanua levu* <<terra grande, ilha grande>>. Outro critério gramatical que com certa frequência é referido diz respeito ao fato de que a maioria dos nomes próprios não ter plural.

Ullmann (1964) conclui que dos cinco critérios apresentados, o segundo é o mais útil. Para ele “a diferença essencial entre os substantivos comuns e os nomes próprios reside na sua função: os primeiros são unidades significativas, os segundos simples marcas de identificação” (ULLMANN, 1964, p. 160).

Por outro lado, outros autores defendem que alguns nomes próprios, por exemplo, os topônimos e antropônimos de sociedades orientais e indígenas, além de designar um lugar ou indivíduo, podem também significar mediante a análise de sua estrutura.

Tomando como exemplo a toponímia, Isquierdo (1997) afirma que tal área pode:

Fornecer elementos para esclarecer muitos aspectos referentes à história política, econômica e sociocultural de uma região. Desta forma, o papel do signo toponímico ultrapassa o nível apenas da identificação, servindo, pois de referência para o entendimento de aspectos da realidade em que está inserido (ISQUERDO, 1997, 31-32).

Muitos signos onomásticos apresentam então um sentido que vai além da denotação e podem ser considerados como signos motivados, em oposição ao signo linguístico, caracterizado pela arbitrariedade, conforme a teoria Saussuriana (1970).

Ullmann (1964) afirma que muitos autores argumentam que, embora os nomes próprios não tenham significado isoladamente, eles conotarão muito se forem aplicados a um contexto específico. O autor admite que é perfeitamente correto dizer que os nomes próprios estão cheios de ricas conotações.

Nessa perspectiva, outro fato importante a ser mencionado, conforme retratado por Guérios (1973), entre outros autores, é o fato de o signo onomástico também ser caracterizado pelos conceitos de opacidade e transparência.

Um signo transparente pode ser identificado pela possibilidade de relacionar diretamente um nome a um elemento da língua, por exemplo, o topônimo Bahia que se refere a um lugar caracterizado geomorficamente como uma baía (Guérios, 1973).

A possibilidade expressa acima é considerada praticamente inexistente quando se trata de signos opacos. De acordo com Eckert (2016), isso acontece em virtude de o signo onomástico ter sido criado em uma época remota onde, provavelmente, se falava outra língua onde esse signo ocorre.

No plano onomástico as noções de causa, tendência, conduta social, etc. do emissor ou de um grupo são traços relevantes na construção de um nome, seja qual for o espaço ocupado ou o dialeto utilizado. Para a formação de nome próprio cria-se uma cadeia sintagmática em que um signo se enreda em tantos outros, de modo a constituir um discurso, um conjunto, ou ainda, um sistema de significações (DICK, 1997).

A seguir serão feitas algumas considerações acerca das principais questões e perspectivas do estudo dos nomes próprios de pessoas ou antropônimos.



### 3.2.1 Antroponímia

*Antroponímia* é uma expressão usada em língua portuguesa pela primeira vez pelo filólogo português Leite de Vasconcelos. A definição de antroponímia concebida por esse autor é a seguinte: “(...) estudo dos nomes individuais, com o dos sobrenomes e apelidos; (...)” (VASCONCELOS, 1931 *apud* CARVALHINHOS, 2007, p. 02).

De acordo com Dick (2000), bem como foi mencionado anteriormente, a antroponímia é um subsistema da Onomástica. Seu objeto de estudo abrange os nomes individuais, que distinguem os membros de uma comunidade, e o parentesco, que relaciona o indivíduo a um grupo familiar.

Esse aspecto parental, de acordo com Zamariano (2012), é importante socialmente e hoje é conhecido como sobrenome. Já os nomes ou prenomes individuais, geralmente são um ato de escolha dos pais ou familiares.

Dick (2000) faz a seguinte distinção entre os sobrenomes e os nome ou prenomes:

Transmitidos de geração a geração, o nome ou apelido de família carrega em si todas as marcas da descendência gentílica, não sendo por isso livre de escolha dos cidadãos. A imposição obrigatória do que se convencionou chamar atualmente, de sobrenome, é o seu traço distintivo, em oposição ao prenome, fruto de um ato volitivo dos pais (DICK, 2000, p. 218).

O termo ‘antropônimo’ tem origem grega e designa, de acordo com Câmara Jr. (1985), substantivos próprios com caráter individualizantes que, aplicados às pessoas, têm como finalidade distingui-las umas das outras dentro da sociedade.

Dessa perspectiva, conforme Linhares (2003), os nomes individuais servem tanto para identificação societária quanto institucional. Ele distingue um sujeito dos outros e o reconhece como um cidadão na sociedade como um todo, ou, simplesmente dentro do grupo familiar.

É válido ainda ressaltar que é por meio do nome individual que o Estado registra, recenseia, dá direitos e deveres ao cidadão, bem como pode localizá-lo, monitorá-lo, puni-lo etc. (LINHARES, 2003).

O estudo dos antropônimos, entre outras coisas, ajuda a revelar importantes aspectos tanto do ponto de vista linguístico como do ponto de vista psicológico e/ou social. Eckert (2016) afirma que essas são as duas principais perspectivas adotadas pelos estudiosos da antroponímia.

Da perspectiva linguística os antropônimos são:

Fósseis da língua, restos de leitos históricos submersos pelos contributos sucessivos das sedimentações lexicais, eles permitem reconstruir formas e tipos desaparecidos da fala corrente (DAUZAT, 1950 *apud* ECKERT, 2016, p. 52).

Em relação ao ponto de vista psicológico e/ou social os nomes próprios de pessoas podem registrar atitudes, crenças, profissões, regiões de origem, entre outros aspectos culturais e sociais de um povo. Dessa forma, como crê Dauzat, por meio do estudo dos nomes e sobrenomes é possível até alcançar a alma popular de épocas remotas: “o interesse psicológico e social dos nomes de pessoas é considerável. Para quem sabe interpretá-los, os nomes carregam em sua fisionomia o reflexo, a marca das civilizações passadas” (DAUZAT, 1950 *apud* ECKERT, 2016, p. 51).

Sobre a função significativa dos nomes próprios, Carvalhinhos (2007) relata que, em tempos remotos, o nome próprio tinha sua função semântica assegurada, isto é, o indivíduo designado por seu nome recebia também toda sua carga conotativa. A autora explica que pela natureza dinâmica da língua, a grande maioria dos nomes foram esvaziados de seus reais sentidos etimológicos restando apenas um invólucro, isto é, uma forma opaca que oculta o verdadeiro significado do nome.

As sociedades ocidentais apresentam, atualmente, o referido fenômeno do esvaziamento semântico, principalmente no que diz respeito aos nomes próprios de pessoas. No entanto, nestas mesmas sociedades houve um tempo em que os nomes não eram atribuídos simplesmente por tradição ou gosto pessoal, mas efetivamente por um motivo.

Guérios (1973) definiu algumas causas que provavelmente originaram diversos nomes bastante conhecidos hoje. São elas:

- Influências históricas, políticas e religiosas;
- Circunstâncias, lugar e tempo de nascimento;
- Particularidades físicas ou qualidades morais;
- Nomes relativos a profissões;
- Nomes curiosos ou excêntricos.

Os elementos *fato conservador*, que leva a perpetuação de nomes pela tradição familiar, e *influências da moda*, que são impostas principalmente pelos meios de

comunicação de massa, também são motivadores de nomeação frequentemente citados por diversos autores (CARVALHINHOS, 2007).

Existem ainda motivações linguísticas. Carvalhinhos (2007) destaca a fonética, a semântica e a morfologia. Nas palavras da pesquisadora:

O primeiro tipo refere-se às onomatopéias, o segundo refere-se à diversidade de sentidos, onde a decodificação depende do contexto: *raiz*, morfologicamente, é opaca; enquanto a *raiz do mal* é transparente, pois se trata de uma metáfora auto-explicativa. O terceiro e último tipo de motivação recobre palavras como automóvel, nas quais os formantes *auto* e *móvel* já significam, por si (CARVALHINHOS, 2007, p. 14, grifos da autora).

Ullmann (1964) acrescenta que há casos de palavras motivadas tanto morfologicamente como semanticamente, além de estes dois tipos de motivação terem em comum o fato de ambas serem “relativas”, uma vez que permitem analisar as palavras em seus elementos, mas não podem explicar esses mesmos elementos.

Dentre as motivações linguísticas supracitadas, a motivação semântica é especialmente interessante para a onomástica. É ela que está ligada ao fenômeno de esvaziamento semântico dos antropônimos discutido por Carvalhinhos (2007). A autora explica que a dessemantização ocorre, por exemplo, a partir de um sobrenome originado de uma alcunha<sup>9</sup>. No momento de criação o signo era transparente, no entanto ao ser passado de geração em geração, o sentido percebido originalmente foi perdido.

Dick (2001) afirma que os nomes próprios de pessoas são obscurecidos em seu conteúdo léxico-semântico em virtude da opacidade do próprio signo que os conforma, muitas vezes distanciados de seu foco original.

De modo geral, o que ocorre com os antropônimos aproxima-se do que constatou Basílio (1991 *apud* Dick 2001) com relação às formas lexicais regulares e estratificadas. Para a autora:

O problema básico é uma situação típica do léxico, ou seja, a situação em que temos formas construídas de vários elementos, na qual elas evoluem semanticamente como um todo, mas suas partes continuam morfologicamente inalteradas. Como consequência, passamos a ter formas cuja significação tem pouco ou nada a ver com o que se poderia esperar pelas características morfológicas de construção (BASÍLIO, 1991 *apud* DICK, 2001, p. 85).

---

<sup>9</sup> “designação acrescentada ao nome normal do indivíduo por outros, que neste observam certa particularidade ou certa qualidade física ou moral digna de nota, ordinariamente jocosa ou insultuosa, mas também séria” (VASCONCELOS, 1928 *apud* CARVALHINHOS, p.06).

Para Marcato (2009 *apud* Eckert 2016), existe uma grande complexidade na semântica dos nomes próprios. Logo, é preciso estudá-los levando em conta também uma perspectiva extralinguística, diacrônica ou sincrônica.

O próximo subitem discutirá a importante relação entre o léxico e a cultura para os estudos onomásticos.

### **3.3 A relação entre língua(gem) e cultura na Onomástica**

Questões referentes à relação entre linguagem e cultura despertam, há séculos, o interesse de linguistas, antropólogos, filósofos, entre outros estudiosos que se preocupam em desvendar essa relação. Muitas hipóteses e discussões a respeito desse tema surgiram ao longo dos anos, sem, no entanto, superá-lo. Antes de abordar a importância da relação linguagem e cultura no âmbito onomástico é válido esclarecer alguns conceitos envolvidos nesse debate.

De uma perspectiva ampla, a linguagem pode ser entendida como a habilidade natural de o indivíduo se comunicar através de um código. É, porém, impossível falar de linguagem sem estabelecer sua relação com a língua.

Para a Linguística, a língua é seu objeto de estudo e atenção. Ferdinand de Saussure apresenta, com a publicação do Curso de Linguística Geral, a concepção de língua que concedeu à Linguística o status de ciência. Em sua concepção, a língua é um sistema de signos linguísticos e pode ser considerada um fato social. Saussure estabelece língua e fala como partes da linguagem, sendo a primeira entendida como essencial e a segunda como secundária. Para o autor, a faculdade de construir uma língua seria natural ao homem, embora seja ela própria uma convenção (SAUSSURE, 1970).

Ao conceber a língua como um fato social, Saussure defende que a língua só pode existir, ser criada ou modificada dentro de grupos sociais e afirma que: “ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade” (SAUSSURE, 1970, p. 22).

Do ponto de vista antropológico, Carneiro da Cunha (1986) afirma que a questão da língua é elucidativa. Para a autora, a língua de um povo é um sistema simbólico que

organiza sua percepção do mundo, além de também ser um diferenciador por excelência.

Já o termo linguagem pode ser aplicado no que se refere a outros sistemas de comunicação além das línguas, como a “linguagem dos animais” ou o sistema de sinais de trânsito, por exemplo. Segundo Perini (2010, p. 2), a “linguagem é um conceito muito mais amplo do que língua: a linguagem inclui as línguas entre suas manifestações, mas não apenas as línguas.” Essa ideia demonstra uma concepção de linguagem oposta, por exemplo, à de Sapir (1929 apud Lyons 1981), autor que concebe a linguagem como uma instituição puramente humana.

Da mesma forma que o conceito de linguagem, o conceito de cultura se mostra também bastante amplo e ao longo dos séculos, tem apresentado múltiplas perspectivas. Geertz (1989) se refere à cultura como uma “teia de significados”.

Lyons (1981) destaca dois dos vários sentidos relacionados à palavra ‘cultura’. O primeiro sentido diz respeito à ‘cultura’ como sinônimo de civilização ou, de forma mais extrema, como uma oposição ao ‘barbarismo’, de forma que, nesta concepção clássica, a ‘cultura’ deve representar excelência em arte, literatura, além de maneiras e instituições sociais.

O segundo sentido de cultura apresentado por Lyons descreve o termo com um sentido mais antropológico, segundo o qual cultura deveria ser empregado sem nenhuma relação com progresso humano ou com civilização, e sem juízos de valor sobre a qualidade, seja estética ou intelectual, da arte, literatura, música, etc. “Nesse sentido do termo, que se espalhou da antropologia para as outras ciências sociais, cada sociedade tem sua própria cultura; e diferentes subgrupos dentro de uma sociedade podem ter a sua própria subcultura distintiva” (LYONS, 1981 p. 274).

Frawley (1992) define cultura da seguinte forma:

Culture is the set of general meaning that a people uses to make order of its experience, to explain its origins, and to predict the future. Insofar as languages is the principal means for transmitting information from one generation to next and the principal means of representing information (FRAWLEY, 1992, p. 45).<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> “cultura é um conjunto de significados gerais que um povo usa para categorizar suas experiências, falar de seu passado e fazer inferências sobre o futuro; assim, a língua seria o principal meio para transmitir essas informações de uma geração para a outra e representá-las” (FRAWLEY, 1992, p. 45. Tradução minha).

Entre os exemplos de estudiosos que se dedicaram a este tema podemos citar: o antropólogo Edward Tylor (1871 *apud* SILVA, 1999) que entende a linguagem como parte da cultura; o linguista norte-americano Benjamin Whorf (1936 *apud* SILVA, 1999) que, por sua vez, acredita ser a cultura um produto da linguagem; e Linton (1936 *apud* SILVA, 1999), estudioso que afirma que a linguagem é apreendida como *condição* da cultura e, dessa forma, se opõem aos argumentos de especialistas em antropologia física que sugerem o inverso.

Entre as muitas hipóteses sobre o tema, uma teve grande destaque e esteve no centro das discussões sobre linguagem, cultura e pensamento, a chamada hipótese Sapir-Whorf<sup>11</sup>. Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf formalizaram as ideias de que cultura e pensamento seriam dependentes da linguagem.

Para Lyons (1981), a hipótese defendida por esses autores combina determinismo linguístico, ou seja, a hipótese segundo a qual a linguagem que uma pessoa utiliza para se comunicar determina sua maneira de pensar, enxergar e se relacionar com o mundo, e relatividade linguística, segundo o que não há limites para a diversidade estrutural das línguas. Isto é, para os relativistas, cada língua é única e deve ser descrita como tal.

Ullmann (1964), reproduzindo os ensinamentos de Bronislaw Malinowski, antropólogo com diversos trabalhos sobre a língua e cultura dos habitantes da ilha Trobriand no sul do Pacífico, afirma que: “o estudo de qualquer língua, falada por um povo que vive em condições diferentes das nossas e possui uma cultura diferente, deve ser conduzido simultaneamente com o estudo da sua cultura e do seu meio ambiente” (ULLMANN, 1964, p. 106).

Sapir (1961, p. 21) afirma que “[...] em certo sentido, a trama de padrões culturais de uma civilização está indicada na língua em que essa civilização se expressa”, em uma perspectiva de língua como uma espécie de depósito cultural/social de um povo.

Ferrarezi Jr. (2013) destaca o fato de que a língua não deixa de ser uma construção humana e, portanto, faz parte de uma cultura. A língua ajuda a construir a cultura de modo que as relações entre língua, cultura e pensamento são inseparáveis.

---

<sup>11</sup> A hipótese em questão também é conhecida na literatura especializada como *Hipótese da Relatividade Linguística* ou *Princípio da Relatividade Linguística*.

Dessa forma, os estudos onomásticos não se abstêm de considerar a importância da relação estabelecida entre uma língua e sua cultura, pelo contrário, este é um tema frequente e amplamente defendido por vários pesquisadores.

Para Tavares e Isquierdo (2006),

o estudo de uma cultura, entendida como a somatória de valores de um grupo humano, deve considerar, prioritariamente, a questão da língua, pois ela configura-se como um instrumento revelador do pensamento e dos costumes daqueles que a utilizam [...] (TAVARES; ISQUERDO, 2006, p. 274).

De acordo com Borba (1984), por meio da língua é possível traduzir toda uma cultura, todo um universo particular com suas implicações psicológicas e filosóficas. O patrimônio lexical de uma língua é uma fonte inesgotável de saberes multisseculares de um povo.

Mais além, afirma Paz (1993 *apud* DICK, 1997, p. 98): “a linguagem não é só um fenômeno cultural como constitui, simultaneamente, o fundamento de toda sociedade e a expressão social mais perfeita do homem”. Dessa forma, através de análises cuidadosas podemos chegar a descobrir atitudes coletivas, ideologias dominantes, crenças, etc. de certa época e civilização.

Diante disso, Tavares e Isquierdo corroboram que é

[...] por meio da língua que cada grupo social nomeia o meio que o cerca em função de suas necessidades imediatas, o que denota a influência que o ambiente físico e social exerce sobre a linguagem e sobre a forma de uma comunidade lingüística ver o mundo (TAVARES; ISQUERDO, 2006, p. 274).

Ademais, é válido reiterar que a onomástica de modo geral apresenta ricas marcas que demonstram origens, refletem costumes e hábitos de um grupo, e definem, nas palavras de Dick (1997, p. 99), a “macrovisão de sua cultura”.

O próximo tópico apresentará considerações sobre os estudos onomásticos em línguas indígenas.

### 3.4 A Onomástica e as línguas indígenas

Ainda é considerado pequeno o número de estudos dedicados a aspectos da onomástica de línguas indígenas de modo geral. No Brasil, especificamente, a grande maioria das pesquisas sobre esse assunto se concentra na área da antropologia.

De acordo com Motta e Silva (2000), a onomástica entra na antropologia brasileira principalmente por meio da etnologia indígena, embora também ocorra em estudos de antropologia urbana e de populações rurais.

Na área da linguística, especificamente, o número de pesquisas relacionadas à onomástica indígena se reduz ainda mais, embora seja um interessante e necessário campo de investigação linguística/cultural.

No que diz respeito ao Português do Brasil, é inegável admitir a contribuição do léxico indígena para esta língua. Na constituição do Português Brasileiro inter cruzam-se elementos relacionados aos dois grandes troncos linguísticos, Tupi e Macro-jê, e de algumas famílias linguísticas, por exemplo, Karíb e Aruák.

Dick (1999b) afirma que os chamados indigenismos atingem aproximadamente dez mil ocorrências no léxico português. Essas ocorrências englobam tanto um conjunto de possibilidades virtuais de emprego, quanto de termos que empregam de fato o sistema onomástico.

De acordo com Rodrigues (1986), a língua indígena mais conhecida pelos brasileiros é o Tupinambá, que foi a língua predominante nos contatos entre portugueses e índios de norte a sul da Colônia, por volta dos séculos XVI e XVII. O uso de tal língua pela população luso-brasileira foi tão intenso que chegou a ser proibido pelo governo português.

No entanto, a grande convivência do Tupinambá com o Português resultou na incorporação de um considerável número de palavras ao Português do Brasil. Conforme Rodrigues (1986):

Numa amostra de pouco mais de mil nomes brasileiros populares de aves, um terço, cerca de 350 nomes, são oriundos do Tupinambá. Numa outra área da fauna, em que a interação entre portugueses e índios deve ter sido mais intensa, pois uns e outros eram grandes pescadores, a participação do vocabulário do Tupinambá é ainda maior: numa amostra de 550 nomes populares de peixes, quase a metade (225 ou 46%) veio da língua indígena. É notável a quantidade de lugares com nomes de origem Tupinambá, quase sem alterações de pronúncia, muitos deles dados pelos luso-brasileiros dos séculos passados a localidades onde nunca viveram índios Tupinambá (RODRIGUES, 1986, p. 21).



Rodrigues (1986) apresenta em um quadro alguns exemplos de palavras compostas da língua Tupinambá que se tornaram nomes geográficos comumente utilizados nos dias de hoje:

Quadro 06 – Amostra de nomes compostos<sup>12</sup> em Tupinambá que se tornaram nomes de lugares.

<b>Nomes Compostos</b>
ý-guaçu: rio grande (cf. Iguaçu, BA, MG, PR, RN)
ý-ting-a: rio branco, água branca (cf. Itinga, BA, MG, PA; Utinga, AL, BA, RN)
ý-úna: rio preto, água preta (cf. Iúna, ES; Una, BA, CE, PA, PE, RJ, SP)
ý-piráng-a: rio vermelho (cf. Ipiranga, ES, SP)
yby-péb-a: terra plana (cf. Ibipeba, BA)
yby-poráng-a: terra bonita (cf. Ibiporanga, BA, SP)
ybytyr-un-a: morro preto, serra negra (cf. Ibituruna, MG; Ibitiruna, SP)
ybyty-poráng-a: morro boniton (cf. Ibituporanga, RJ)
itá-ting-a: pedra branca (cf. Itatinga, SP)
itá-ún-a: pedra preta (cf. Itaúna, BA, MA, MG; Itaúnas, ES, MG, SE)
itá-péb-a: pedra chata, laje (cf. Itapeva, MG, SP)
itá-péb-uçu: laje grande (cf. Itapebuçu, CE)
itá-pé-miri: laje pequena (cf. Itapemirim, ES)
itá-pé-ting-a: laje branca (cf. Itapetinga, BA, MA, SP)
itá-pé-tining-a: laje seca (cf. Itapetininga, SP)
itá-ý: rio das pedras (cf. Itaí, BA, SP; Itaú, MG, PA, RN)
itá-ting-ý: rio das pedras brancas (cf. Itatingui, BA)
itá-péb-ý: rio das lajes (cf. Itapebi, BA; Itapevi, SP)
itá-pé-tíng-ý: rio das lajes brancas (cf. Itapetingui, BA)
jacaré-ý: rio dos jacarés (cf. Jacareí, PI, SP)
jundi'á'ý: rio dos bagres (cf. Jundiá, RN, SP)
jaguar-ý: rio das onças (cf. Jaguari, MG, SP)
jaguar-ý-úna: rio preto das onças (cf. Jaguariúna, SP)
jaguar-ý-pe: no rio das onças (cf. Jaguaripe, BA; Jaguaribe, CE)
tejú-ý-pe: no rio dos lagartos (cf. Tijuípe, BA)
tejú-guaçu: lagarto grande (cf. Tjuaçu, BA)

Fonte: Adaptado de Rodrigues (1986, p. 23).

Dick (1999b) afirma que muitos dos compostos acima apresentaram uma tendência neológica, na medida em que o núcleo significativo de tais lexias sofreu alterações e passou a incorporar outros sentidos cotidianamente. A autora exemplifica com o termo “*ita*” (pedra) que a partir do seiscentismo passou também a ser utilizado

<sup>12</sup> Conforme consta em Rodrigues (1986), os compostos foram primeiramente transcritos na ortografia jesuítica do século XVIII.

para designar metais até então desconhecido pelos nativos. As particularidades, por exemplo, do ouro, prata, ferro, aço, etc., foram estabelecidas por meio de adjetivos que transmitissem ideias próximas sobre a cor e aspecto do metal, tal como podemos observar em “*Itatinga*” (pedra branca) e “*Itaúna*” (pedra preta).

Dessa forma, o léxico onomástico além de projetar uma estrutura linguística particular, também projeta momentos culturais ou psicossociais vivenciados pelos grupos indígenas.

No entanto, Viaro (2014) alerta que os topônimos em línguas indígenas encontrados pelo Brasil precisam ser investigados com cautela, pois segundo o autor:

A existência de topônimos de origem tupi em algumas regiões do interior de São Paulo, onde há muitas cidades fundadas no final do século XIX e início do século XX pode, na verdade, não apontar para um substrato, mas apenas para um movimento nacionalista brasileiro pós-independência, de caráter romântico e indigenista, do século XIX [...]. Nos topônimos mais antigos, podem ter termos levados por bandeirantes (que se valiam, por vezes, da língua geral) para áreas onde havia línguas de outros troncos (sobretudo o macro-jê) (VIARO, 2014, p. 299).

Dessa forma, ainda segundo Viaro (2014), não se pode deduzir a antiga existência de um povo falante de determinada língua em uma área simplesmente pela ocorrência de um topônimo de tal língua, nessa mesma área.

Com relação aos antropônimos, Dick (1996) ao comparar a distribuição de nomes próprios de portugueses ou brasileiros com a dos grupos indígenas, afirma que é possível verificar que estes tendem a projetar por meio dos termos apelativos seu meio natural circundante. Já os não indígenas europeus ou os descendentes americanos, costumam usar as comemorações e nomes dedicatórios de forma marcante quando se trata de nomear.

De acordo com Carvalhinhos (2007), o sistema onomástico brasileiro se constituiu com forte influência portuguesa, mas também é verificada a contribuição de outros grupos, como os estratos indígenas e africanos. Nessa mesma linha, Dick (2001) afirma que o sistema onomástico que se construiu no Brasil constitui um modelo misto.

Chaves de Melo (1981) aponta com relação às diversas línguas indígenas, a incontestável predominância de antropônimos de origem Tupi no Brasil. Isso se explica devido ao fato de tal língua ter sido amplamente utilizada na costa brasileira até meados do século XVIII.

Chaves de Melo (1981) destaca os seguintes exemplos de antropônimos de origem Tupi: *Araripe, Araci, Baraúna, Bartira, Coema, Graciema, Guaraciaba, Guarani, Iara, Inaiá, Iracema, Iraci, Irani, Jandaia, Jandira, Jataí, Jupira, Jurema, Jucá, Moema, Oiticica, Piragibe, Paraguaçu, Pitanga, Sinimbu, Ubirajara*, entre outros.

Tal como mencionado com relação aos Topônimos, Linhares (2003) também destaca que alguns fatores, por exemplo, o ufanismo literário, tenha contribuído de modo particular para a ampliação e fixação de nomes, como os citados acima, no léxico antroponímico brasileiro.

Prosas e poesias nacionalistas de autores como José de Alencar, Gonçalves Dias, Santa Rita Durão e Basílio da Gama, possibilitaram que a antroponímia nativa tivesse relevo por meio de seus emblemáticos personagens.

Ademais, é fato que muitos grupos indígenas brasileiros se desestruturaram enquanto grupos sociais e linguísticos, chegando muitas vezes à extinção. No entanto, os topônimos e antropônimos de línguas indígenas ajudam a manter vivos até hoje conhecimentos culturais, por exemplo, práticas organizacionais e costumes de cada grupo.

O próximo capítulo desta dissertação trará informações a respeito do chamado sistema de nominação Timbira, com foco especial para a onomástica Parkatêjê.

## 4 ONOMÁSTICA TIMBIRA

Neste capítulo serão apresentados aspectos gerais acerca da onomástica dos povos Timbira. O sistema de nomação Timbira, no qual se insere o sistema de nomação Parkatêjê, será aqui descrito. Para isso, servirão como principais aportes teóricos: Coelho de Souza (2002), Nimuendajú (1946), Melatti (1978), Arnaud (1964), Ferreira (2003), Carneiro da Cunha (1986) etc.

### 4.1 Os Timbira

Conforme Rodrigues (1986), os índios do Brasil não constituem um único povo, pelo contrário, são muitos povos que apresentam semelhanças e diferenças entre si. Cada grupo apresenta usos e costumes próprios, habilidades tecnológicas, atitudes, crenças religiosas, organização social, línguas, entre outras particularidades que os distinguem.

Para o estudo das línguas do mundo convém seguir a classificação em famílias de acordo com o critério genético. Tal critério afirma o seguinte:

Uma família linguística é um grupo de línguas para os quais se formula a hipótese de que têm uma origem comum, no sentido de que todas as línguas da família são manifestações diversas, alteradas no correr do tempo, de uma só língua anterior (RODRIGUES, 1986, p. 29).

A família linguística Jê, constituinte maior do tronco linguístico Macro-Jê, engloba diversas línguas indígenas brasileiras. As línguas hoje reconhecidas como pertencentes à família Jê se subdividem ainda em grupos menores de línguas que partilham de características tipológicas, entre as quais estão: aspectos fonéticos-fonológicos; morfológicos; lexicais e sintáticos (RODRIGUES, 1986).

Entre os subgrupos acima mencionados está o complexo dialetal Timbira. Amado (2009, p. 26) relata que atualmente os povos Timbira ocupam territórios descontínuos em três estados: “sul do Maranhão – Krinkati, Gavião-Pykobjê, Canela-Ramkokamekrá e Canela-Apãniekrá –, norte do Tocantins – Krahô, a leste do rio Tocantins, e Apinajé, a oeste do mesmo rio – e sul do Pará – Gavião-Parkatejê”.

Os povos Timbira partilham inúmeras características. Entre elas é possível citar o corte de cabelo longo com um sulco em torno da cabeça à altura da franja; a produção de artefatos feitos com palha trançada (cestos, esteiras, faixas); a aldeia em forma de um grande círculo no qual as casas são dispostas lado a lado, com caminhos em direção ao

pátio central; a ornamentação corporal; além de ritos como a corrida de tora e as festas de iniciação masculina (*Pêmp*).

Nimuendajú (1946) relata que a relação de totalidade percebida entre os Timbira também é concebida pelos povos pertencentes a este grupo em questão. Conforme o autor:

The Timbira know that they are the several tribes of a major ethnic unit, which they define above all — apart from the greater or lesser linguistic homogeneity — by the presence of the hair furrow, earplugs, circular form of settlement, and log racing. Whenever I told them about some strange people they invariably questioned me as to the occurrence of these traits in order to determine whether I was speaking of congeners or aliens (NIMUENDAJÚ, 1946, p. 12)<sup>13</sup>.

Coelho de Souza (2002) afirma que os critérios anteriormente listados como diacríticos da identidade Timbira são “traços” que constituem mais que meros signos de uma identidade etnicamente definida, uma vez que remetem aos processos e relações responsáveis pela produção de coletivos humanos.

Apesar disso existe certa controvérsia quando se trata da classificação linguística das línguas pertencentes ao complexo dialetal Timbira. Questiona-se se tratam de línguas aparentadas, dialetos de uma única língua, o Timbira. O fato é que estudos têm mostrado semelhanças estruturais que permitem agrupar as línguas Timbira. Dessa forma, Nimuendajú (1946) considera que a unidade do grupo Timbira e sua classificação na família linguística Jê são tão evidentes que até hoje não foram postas em dúvida por ninguém que se ocupou seriamente do assunto. De acordo com Ferreira (em comunicação pessoal), as semelhanças são irrefutáveis e por esta razão não cabe a dúvida quanto ao parentesco genético.

O próximo subitem abordará o sistema de nomenclatura Timbira. Com bases em estudos sobre os grupos pertencentes ao complexo dialetal em questão, serão apresentadas as principais características desse sistema que exhibe uma variedade de categorias de relações de parentesco, relações onomásticas e relações cerimoniais.

---

<sup>13</sup> “Os Timbira sabem que eles são as muitas tribos de uma maior unidade étnica, que eles definem acima de tudo – independente da maior ou menor homogeneidade linguística – pela presença do corte de cabelo, furo da orelha, forma circular da aldeia e corrida de tora. Sempre que contei a eles sobre povos estranhos, eles invariavelmente me questionaram quanto à ocorrência dessas características, a fim de determinar se eu estava falando de congêneres ou estrangeiros” (NIMUENDAJÚ, 1946, p. 12. Tradução minha).

## 4.2 Sistema de nomação Timbira

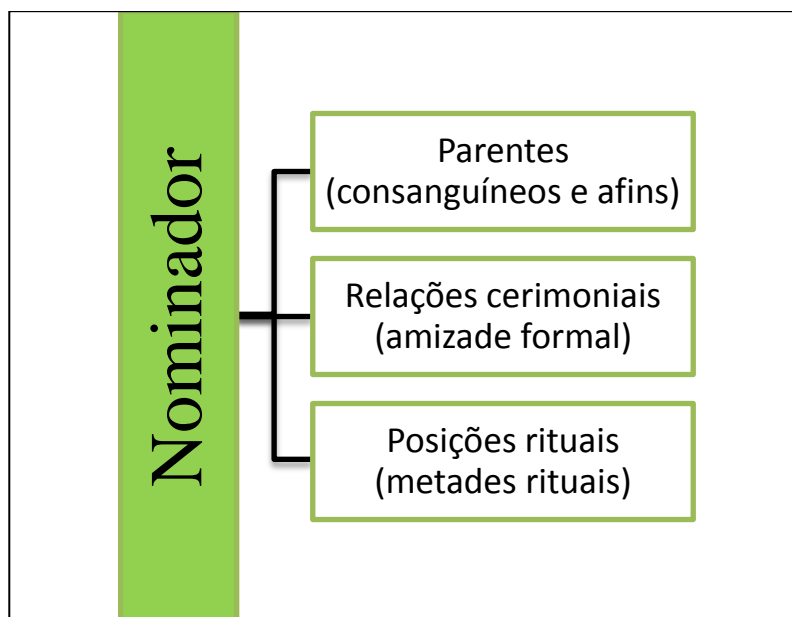
De acordo com Ladeira (2012), o universo Timbira é dividido em duas metades. Esse tipo de organização social é concebido como dualista, de modo que diferentes domínios são configurados em pares opostos e ao mesmo tempo complementares.

Todos os indivíduos Timbira pertencem a uma determinada metade, sendo que essa distribuição se dá somente por meio da nomação: “É a partir da nomação que os indivíduos conhecem os seus papéis cerimoniais, os lugares e funções que ocupam no pátio” (LADEIRA, 2012, p. 33).

Coelho de Souza (2002, p. 428) destaca outros tipos de relações estabelecidas a partir da nomação: “receber um nome – um nome timbira, por suposto, é adquirir, pelo menos virtualmente, ‘parentes’ timbira (isto é, humanos), além de relações cerimoniais (amizade formal) e posições (prerrogativas) rituais”.

A figura a seguir esquematiza os principais atributos transmitidos por meio da nomação:

Figura 05 – Atributos transmitidos pela nomação



Fonte: Elaboração própria.

Convém esclarecer do que tratam os dois tipos de parentesco citados na figura acima. Segundo Batalha (1995), os sistemas de parentesco em línguas humanas, de modo geral, são estabelecidos de acordo com dois princípios mentais básicos que existem universalmente. Estes princípios são o da *afinidade* e o da *consanguinidade* ou *filiação*.

O princípio da afinidade traduz as relações estabelecidas por grupos sociais distintos, por meio do casamento de um homem e uma mulher, sendo um de cada grupo. O casamento, nesse caso, não significa apenas a ligação entre duas pessoas de sexos diferentes, mas, sobretudo, a união dos grupos aos quais essas pessoas pertencem. Já o segundo princípio, o da consanguinidade, traduz uma relação consanguínea, no qual se agrupam pessoas que partilham o mesmo patrimônio genético, como pai, filho, avô, avó, etc.

Tanto as relações de consanguinidade, quanto as de afinidade, entre os Timbira, possuem terminologias de relacionamento que refletem um sistema de atitudes, “em outras palavras, o modo como o parente é chamado ou referido é parte do modo como Ego se 'comporta' para com ele, isto é, se relaciona com ele” (COELHO DE SOUZA, 2002, p. 421).

Dessa forma, vale ressaltar, que para os Timbira, o nome é entendido como um pré-requisito para a inserção de um novo indivíduo na aldeia, já que, por meio da nomeação existe a possibilidade de tal indivíduo adquirir parentes, mesmo que virtualmente.

O mesmo ocorre com muitos Jê, uma vez que o nome, para tais povos, é peça-chave para entrada ou saída de um indivíduo no universo do parentesco, como se explica a seguir:

chamar alguém pelo nome pessoal é uma maneira de fazer uma dentre duas coisas: quando esta pessoa é um desconhecido, trata-se do primeiro passo para inseri-la na rede de parentesco e relações cerimoniais; quando, pelo contrário, ela é um "parente" a quem se deveria dirigir pelo termo apropriado, trata-se de uma maneira de negar o relacionamento, fazendo dele ponto de partida para novas transformações (COELHO DE SOUZA, 2002, p. 433).

Em resumo, o nome próprio pode ser utilizado no sentido tanto de aproximação, afirmação e estabelecimento de laços, quanto de afastamento e negação. A nomeação Timbira e de alguns outros Jê está diretamente ligada ao sistema de parentesco, influenciando-o e modificando as relações convencionais.

Entre os Timbira, percebe-se também uma clara divisão entre as relações que permitem o uso dos nomes pessoais e as que requerem uma terminologia de parentesco específica. Por exemplo, as posições de “esposa” e “esposo”, entre tais povos contrariam as regras de evitação típicas das relações de afinidade, pois requerem o uso dos nomes pessoais como vocativo.

Coelho de Souza (2002) destaca no trecho a seguir o comportamento esperado para com os parentes afins:

o relacionamento entre sogro/a e genro/nora é, como foi dito, marcado por evitação: eles não podem tocar-se, conversar, nem encarar-se diretamente, e jamais se chamam ou se referem pelos nomes. Trata-se, juntamente com a amizade formal, do *locus* principal do ‘respeito/vergonha’ que marca as relações de afinidade e, de modo mais amplo e de forma atenuada, todo o campo do parentesco (COELHO DE SOUZA, 2002, p. 445).

O código de conduta entre os afins também exige posturas específicas. Para Coelho de Souza (2002, p. 446), “a etiqueta da afinidade combina regras de restrição interacional com obrigações de troca de comida, bens e serviços (rituais inclusive)”.

Além disso, os termos para “esposa” e “marido” podem ser utilizados de forma ampliada para designar cunhadas e cunhados, uma vez que as irmãs da esposa seriam todas esposas potenciais de seu marido e os irmãos do marido seriam maridos potenciais de sua esposa. Conforme Ladeira “[...] um homem aqui não tem cunhadas, pois são todas “esposas”, e uma mulher não tem cunhados, pois são todos “maridos” (1982 *apud* COELHO DE SOUZA, 2002, p. 438). É importante ressaltar, no entanto, que a classificação desses afins, no caso “cunhados” e “cunhadas”, como “esposas” e “maridos” não é obrigatória, ficando a critério dos envolvidos.

De acordo com Coelho de Souza (2002), os cônjuges também podem passar a se tratar pelos chamados tecnônimos, que são uma espécie de termos genéricos, dos quais o homem se utiliza para chamar sua esposa pelo nome de sua irmã, acrescido do sufixo *-mentsii*, que indica “mãe de”, enquanto a mulher chamará seu marido pelo nome de seu irmão, acrescido do sufixo *-mehum*, indicativo de “pai de”. Com o nascimento do primeiro filho do casal, haverá uma renomeação, e o nome do primogênito passará a servir de base para as expressões tecnonímicas.

Algo bastante característico entre os Timbira é o emparelhamento dos irmãos de sexo oposto para a “troca de nomes”. De acordo com as regras de nominação, “o irmão nomeará o filho de sua irmã e esta dará seu nome à filha de seu irmão” (COELHO DE SOUZA, 2002, p. 437). A esse respeito, Nimuendajú (*apud* COELHO DE SOUZA, 2002, p. 470) diz o seguinte “Names are transferred to boys through the matrilineal line, to girls through the patrilineal line. [...] The ideal arrangement is to have a maternal



uncle convey his names to his nephew while the paternal aunt transfers hers to her niece”.<sup>14</sup>

Percebe-se ainda que os nomes podem ser passados, além de tios para sobrinhos, de avôs para os netos, e, além de tias para sobrinhas, das avós para as netas. O nominador pode escolher e transmitir o nome à criança (COELHO DE SOUZA, 2002).

Coelho de Souza (2002) relata também que os nomes pessoais Timbira não são totalmente fixos. No caso das crianças, os nomes podem ser substituídos, por exemplo, em caso de morte do nominador. Já no caso de indivíduos adultos, a autora afirma que os mesmos podem abandonar seus nomes em virtude de razões sociais, por exemplo, conflitos com o nominador; ou biológicas, no caso de estarem doentes. No entanto, de modo geral, a tendência entre os Timbira é a conservação do nome recebido na infância, sendo os casos relatados circunstâncias especiais.

Sobre o momento ideal para a nomeação, Nimuendajú (1946) afirma que o primeiro nome Timbira não é dado a uma criança imediatamente. Segundo o autor, é comum ver crianças com cerca de um ano de idade ainda sem nomes. Todavia, esta não é uma informação exata, uma vez que vários outros autores registram que bebês Timbira recebem seus nomes ainda nos primeiros dias.

Melatti (1978), em notas sobre a transmissão de nomes pessoais entre os Krahó, afirma haver duas formas de se dar os nomes próprios entre o grupo em questão. Existe uma maneira para os indivíduos que já nascem dentro do grupo e outra para os estranhos que são incluídos no grupo tribal, seja os que entram somente depois de crescidos ou os que só os visitam por certo tempo.

O autor supracitado relata só conhecer a primeira forma de nomeação por meio de informações um tanto quanto fragmentadas. O nome seria dado apenas dentro de casa, depois que o recém-nascido tomasse o seu primeiro banho. O nominador deve ir à casa da criança logo após o seu nascimento para doar seu nome.

Melatti (1978, p. 105) acrescenta o seguinte com relação a metade ritual a qual o nome transmitido pertence: “Se o nome doado for *Wakmēye*, um líder desta metade dá seu grito característico, na praça, de manhã, depois do sol nascer; se o nome for *Katamyē*, um dos líderes desta metade faz o mesmo, mas antes do sol sair”.

---

<sup>14</sup> “Nomes são transferidos para os meninos através da linha matrilinear, e para as meninas através da linha patrilinear. [...] O arranjo ideal é um tio materno transmitir seus nomes ao sobrinho, enquanto uma tia paterna transmite seu nome para a sobrinha,” (NIMUENDAJÚ *apud* COELHO DE SOUZA, 2002, p. 470. Tradução minha)

Já no que diz respeito à segunda forma de nomeação entre os Krahó, Melatti (1978) afirma ter presenciado dois casos: o dele próprio, quando recebeu um nome Krahó, e quando viu um colega de excursão receber também um nome. Conforme o relato do autor, em seu próprio caso, a pessoa que ia transmitir-lhe seu nome pertencia à metade *Katamye*, e o tomou pela mão esquerda, enquanto um líder da metade *Wakmẽye*, pela mão direita. E dessa forma andaram, indo e vindo, cerca de três vezes, entre duas filas de homens que estavam do sentido norte-sul. Ao mesmo tempo o líder pronunciava o nome que estava sendo transmitido. Semelhantemente ocorreu com o colega de excursão citado, que teve-lhe o nome doado por um cantador da aldeia que pertencia a metade *Wakmẽye*. Do mesmo modo o nominador tomou o nominado por uma das mãos, enquanto a outra era segurada por um líder da metade *Katamye*. Nesse caso, as filas de homens estavam no sentido leste-oeste.

Segundo Garbelini (2009) as metades rituais *Wakmẽye* e *Katamye* são metades sazonais entre os Krahó. A primeira está associada ao dia, ao sol e à estação seca, enquanto a segunda está associada à noite, à lua e à estação chuvosa. “Uma série de atos de caráter ritual e simbólico distinguem os membros das duas metades” (GARBELINI, 2009, p. 202).

Como é possível constatar no relato de Melatti (1938), bem como é reafirmado por Garbelini (2009), o pertencimento a uma das metades rituais em questão se dá por meio da nomeação. “Isso significa que o conjunto de nomes pessoais existentes entre os Krahó divide-se entre as metades *Wakmẽye* e *Katamye*” (GARBELINI, 2009, p. 203).

Existem ainda outras duas metades rituais entre os Krahó que estão diretamente relacionadas aos nomes pessoais. São elas: *Khoirumpekete* e *Karãrumpekete*. Nesse caso, somente pessoas do sexo masculino podem pertencer a uma dessas metades, conforme o nome pessoal que carreguem. Essas metades estão subdivididas em grupos cerimoniais masculinos (GARBELINI, 2009, p. 204).

Ademais, Coelho de Souza (2002) afirma que as onomásticas Jê, das quais fazem parte os Timbira, apresentam diferenças e constantes. Entre as constantes é possível citar a importância das funções classificatórias, enquanto base para a constituição de categorias e grupos sociais. A autora também observa que apesar de todos os estudos até hoje realizados sobre as onomásticas Jê, ainda existem lacunas consideráveis sobre o tema. Daí a importância e justificativa para empreender-se em escrever a presente Dissertação sobre os Parkatêjê.

Na seção seguinte, discorre-se, especificamente, sobre o sistema de nomeação Parkatêjê. Um sistema intrincado e elaborado, tal como é comum aos povos Timbira, e que exerce bastante influência no que diz respeito ao uso da terminologia de parentesco dessa língua.

#### 4.2.1 Nomeação Parkatêjê

O sistema de nomeação em Parkatêjê encontra-se diretamente ligado às relações de parentesco, bem como ocorre com a maior parte dos povos Timbira.

A nomeação para esse povo exerce um papel fundamental quando se trata das escolhas relativas ao uso dos termos de parentesco da língua. Pode-se dizer que as relações estabelecidas por meio da nomeação vão muito além de ‘nominador/nominado’, pois basicamente ocorre uma transformação nas relações tidas como convencionais ou ocidentalmente esperadas por assim dizer.

Dessa forma, como relatado anteriormente a respeito das características dos sistemas de nomeação Timbira, sabe-se que, entre os povos deste complexo dialetal, ao receber um nome, o nominado recebe também potencialmente, todos os relacionamentos de seu nominador, ou seja, inclui receber seus parentes consanguíneos ou por afinidade, posições rituais (metades rituais) bem como suas relações cerimoniais de amizade formal, os quais, conseqüentemente, serão designados pelo nominado pelos mesmos termos de relacionamento utilizados por seu nominador (COELHO DE SOUZA, 2002). A nomeação Parkatêjê, segue esse padrão.

Segundo Arnaud (1964), a transmissão de nomes pessoais em Parkatêjê,

verifica-se do irmão da mãe (tio) para filho da irmã (sobrinho) = (keti – itua) e da irmã do pai (tia) para filha do irmão (sobrinha) = (katuí – itua), preferencialmente, e também do pai do pai e da mãe, e mãe da mãe e do pai, aos quais são aplicados os mesmos designativos (keti, katuí) (ARNAUD, 1964, p. 4).

Essa descrição de Arnaud (1964) acorda com o padrão descrito por Coelho de Souza (2002) para os Timbira, e também foi confirmada durante o trabalho de campo realizado na Comunidade Indígena Parkatêjê, conforme Lopes (2014).

Existe ainda em Parkatêjê um termo específico para indicar o parentesco estabelecido pelo ato da nomeação. ‘*Patantuwa*’ é o termo que geralmente ocorre

acompanhando os termos de parentesco, tendo como tradução mais próxima ‘afilhado(a)’ ou ‘batizado(a)’. Como exemplos da indicação da nomeação podemos citar: *apiê patantuwa* ‘afilhado do marido’, *kêti patantuwa* ‘afilhado do avô’, *inxê patantuwa* ‘afilhada da mãe’ etc (LOPES, 2015).

Como consta na descrição de Coelho de Souza sobre os povos Timbira, observa-se que, em Parkatêjê, a nomeação não é algo estabelecido definitivamente. Há registro de casos em que existe a possibilidade de mudança de nome do nominado em virtudes de desavenças familiares com o nominador.

Arnaud (1964, p. 5) também relata que pode haver mudança no nome de um indivíduo quando este tem seu primeiro filho e a partir de então passa a ser denominado ‘pai de fulano ou de fulana’, tal como mencionado na descrição de Coelho de Souza (2002) para os povos Timbira.

O fato acima mencionado ocorreu com o chefe *Krôhôkrenhum*, o qual se chamava *Topramre* e recebeu, posteriormente, o nome *Krôhôkrenhum*, que significa ‘pai da *Krôhôkre*’. Porém, como relatado em Lopes (2015), ao confirmar esta informação com o próprio chefe *Krôhôkrenhum*, obtive um fato diferencial para com a descrição acima, pois o chefe Parkatêjê afirmou ter recebido o nome *Krôhôkrenhum* de uma tia, muito antes do nascimento de sua primeira filha, e não a partir desse evento. Nas palavras do líder Parkatêjê, isso ocorreu como uma forma de “segurar o nome” que daria à sua filha quando esta nascesse, ou seja, garantir que a criança receberia o nome *Krôhôkre*.

Nas oportunidades em que estive na Comunidade Indígena Parkatêjê para realizar trabalhos de campo presenciei o ato da transmissão de nome algumas vezes. No entanto, só tive contato direto com a nomeação de indivíduos que não pertenciam ao grupo desde o nascimento. Em minha segunda visita à Comunidade, eu própria recebi um nome doado por *Pojarêtetî*, primeira esposa<sup>15</sup> do chefe *Krôhôkrenhum*. O nome a mim concedido foi *Purhêre*, cujo significado aproximado é ‘trabalhadora da roça’. Também presenciei a nomeação de outras colegas de pesquisa nessa e em outras ocasiões. No entanto, não verifiquei nenhum tipo de ritual específico para esse tipo de

---

<sup>15</sup> De modo geral os Parkatêjê praticam a monogamia. O chefe *Krôhôkrenhum* possuía duas esposas por razões especiais. A primeira esposa ao se encontrar impossibilitada de engravidar, por motivos de saúde sob risco de morte, decidiu que não faria uso nem de anticoncepcionais, nem da laqueadura – mecanismos inexistentes em sua cultura -. Diante dessa situação, a solução encontrada pela primeira esposa foi dar uma nova esposa ao seu companheiro. A escolha dessa nova esposa não foi aleatória, uma vez que a escolhida foi uma sobrinha nominada pela primeira esposa. Ou seja, a moça já era uma esposa em potencial de *Krôhôkrenhum* conforme as regras de nomeação.

transmissão onomástica, talvez dadas às circunstâncias de mudanças culturais presentes na comunidade no momento.

No caso de indivíduos nascidos no seio da Comunidade, não tive a oportunidade de presenciar o ato da nomeação. Os relatos escutados não mencionam nenhum tipo de cerimônia especial, porém o nome da criança pode ser escolhido antes mesmo de seu nascimento.

No ato da nomeação, tanto de indivíduos nascidos na comunidade quanto de visitantes, o nominador escolhe uma característica, positiva ou negativa, de seu próprio comportamento com a qual chamará seu nominado. Nas palavras de *Krôhôkrenhum* em trabalho de Araújo e Ferreira (2001): “Toda invenção que uma pessoa inventa a gente já sabe que vai botar nome no afilhado”.

Dessa forma, como explica Carneiro da Cunha (1986), o nome recebido por uma criança não tem nenhuma relação com atributos pessoais dessa criança, e não pretende designá-la enquanto indivíduo. Segundo a autora, o nome dado a uma criança “é, antes, um título, um operador que a insere e classifica na vida cerimonial, na verdade ‘um personagem’, que a associa, em especial a uma das duas metades [...] (CARNEIRO DA CUNHA, 1986, p. 23).

Além disso, o fato do nominador dar suas características particulares para o nome de seus nominados pode ser interpretado como uma maneira do primeiro se “eternizar”, uma vez que terá suas características lembradas nas gerações futuras por meios dos nomes próprios transmitidos.

Como parte da herança que a nomeação fornece, o indivíduo, ao receber um nome Parkatêjê, é automaticamente credenciado à mesma metade ritual do seu nominador, que pode ser *hàk* “gavião” ou *pàn* “arara”, além de também receber a categoria à qual pertencerá na Festa do Tep, que poder ser peixe, lontra ou arraia. Conforme Ferreira (2003), pertencer a uma das referidas categorias implica usar um determinado tipo de pintura corporal nas festas tradicionais.

A amizade formal que também é transmitida pela nomeação exige um comportamento baseado em regras de evitação, bem como ocorre com parentes afins. Ferreira (2003) explica o seguinte:

Amigos formais não podem conversar, não podem sequer olhar-se diretamente nos olhos. Se um vem por um caminho e o outro o avista, ao longe, deve desviar-se do caminho tão logo seja possível. Podem até estar num mesmo ambiente, se assim for inevitável, mas todo e qualquer contato,

mesmo que somente visual, fica proibido, sob pena de morte por desrespeito a essa regra (FERREIRA, 2003, p. 31).

Os termos utilizados para designar os amigos formais são: *krixwya* e *hàpynire*. O primeiro é um termo utilizado pelas mulheres para se referirem aos amigos formais do sexo masculino, enquanto o segundo é um termo utilizado pelos homens para se referirem as amigas formais.

Na cultura Parkatêjê os amigos formais são bens muito preciosos. Quanto mais amigos formais uma pessoa tiver, mais afortunada ela será, uma vez que é dever dos amigos formais zelarem pelo bem uns dos outros.

Carneiro da Cunha (1986) resume a amizade formal entre os índios Krahó como uma relação de evitação e solidariedade entre duas pessoas. Essa mesma concepção se aplica à amizade formal Parkatêjê, bem como a de outros grupos Timbira.

Apesar da grande riqueza apresentada pela onomástica tradicional Parkatêjê é comum verificar a presença de nomes não indígenas na comunidade.

Boa parte da primeira geração Parkatêjê tem e utiliza cotidianamente os nomes não indígenas recebidos na fase dos primeiros contatos com a sociedade envolvente. Segundo relatos, a maioria dos nomes foi recebida quando os índios foram batizados no catolicismo por Frei Gil Gomes Leitão, um dominicano vinculado à Prelazia de Marabá, que se aproximou na época em que os Parkatêjê enfrentavam sérias dificuldades e precisaram recorrer aos brancos, conforme abordado no capítulo introdutório desta dissertação.

Ao questionar os indígenas mais velhos sobre o porquê da adoção dos nomes não indígenas no dia a dia, obtive algumas respostas: muitos disseram não saber ao certo e alegaram que os nomes *Kupê* ficaram como espécies de apelidos; outra resposta verificada diz respeito ao fato de os nomes indígenas não serem facilmente compreendidos pelos não índios, tal fato favoreceu para que os indígenas, na fase de intenso contato, abandonassem o uso de seus nomes tradicionais.

O chefe *Krôhokrenhum* explica essa situação dizendo que muitos índios acabaram deixando seus nomes na língua “parados”. Apesar de também ter sido batizado com um nome ocidental, o líder Parkatêjê é um dos poucos índios da primeira geração que continuou a utilizar o nome tradicional diariamente: “Eu sempre quis o nome que Jê deixou mesmo”, afirma *Krôhokrenhum* em referência ao fato de seguir a tradição de seu povo.

Por outro lado, com o movimento de resgate e valorização cultural entre os índios, após a fase de quase extinção do grupo, os nomes tradicionais voltaram a ser amplamente utilizados pelas gerações seguintes. Dessa forma, os nomes indígenas também serviram, e tem servido, como forma de valorizar e fortalecer a identidade e cultura Parkatêjê.

Outro fato interessante é que os Parkatêjê adotaram registrar em seus documentos oficiais sobrenomes à semelhança do que ocorre com os não índios. Para isso, cada indígena Parkatêjê utiliza o nome de sua mãe e de seu pai como sobrenomes, de modo à conservar os nomes familiares. Em nível de exemplificação tem-se o nome completo de *Jōjap̀ỳre Amrokẁỳiti Kukakrykre*, os quais *Amrokẁỳiti* e *Kukakrykre* correspondem ao nome da mãe e do pai de *Jōjap̀ỳre*, respectivamente.

Atualmente, a tradição onomástica tenta se manter de acordo com os costumes, apesar das enormes mudanças ocorridas na comunidade. Para os mais jovens, que não falam mais a língua tradicional, a alternativa acaba sendo recorrer aos mais velhos para ajudar na tarefa de nominar. Ou então, de acordo com relatos coletados, os mais novos começaram a repetir os nomes dos mais velhos por não saberem criar novos nomes.

O chefe *Krôhôkrenhum*, ao falar sobre esse assunto, afirmou que, no passado, os nomes não podiam ser repetidos e um sinônimo deveria ser buscado para o caso de duas pessoas quererem nominar seus afilhados com a mesma característica pessoal. A exemplo disso têm-se os nomes: *Pakênre* e *Pamapri*. Ambos se referem a pessoas que costumam “andar devagar”. Dessa forma, os nomes eram sempre originais e indicavam uma pessoa única na comunidade.

O fato de as gerações mais jovens, em virtude da situação sociolinguística da comunidade, enfrentarem certas dificuldades para seguir a tradição onomástica e realizar a nomeação de forma independente, alerta para o risco que esse importante aspecto linguístico e cultural enfrenta. Esta é, portanto, uma razão a mais que justifica o trabalho em questão.

Conquanto, é válido refletir, como afirma Carneiro da Cunha (1986, p. 101), que a “cultura não é algo dado, posto, algo dilapidável também, mas algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados; e é preciso perceber a dinâmica, a produção cultural”.

Crocker (1958), já escrevia a respeito de mudanças culturais completas e tendências para mudanças entre os índios Canela de sua época, o que corrobora a ideia da percepção cultural em constante adaptação e readaptação.

O próximo capítulo desta dissertação centrar-se-á em aspectos morfossintáticos e semânticos dos antropônimos tradicionais da língua Parkatêjê.



## 5 ASPECTOS MORFOSSINTÁTICOS E SEMÂNTICOS DOS NOMES PRÓPRIOS EM PARKATÊJÊ

Conforme já visto no capítulo anterior, o universo cultural dos Parkatêjê, como grupo Timbira, é rico e único. O sistema de nominação, com suas peculiaridades, codifica linguisticamente determinados valores e princípios desse povo.

No presente capítulo serão analisados da perspectiva da morfossintaxe funcional e da semântica, alguns aspectos observados nos nomes próprios da língua Parkatêjê coletados para fins da presente pesquisa.

No entanto, antes de apresentar as análises morfossintática e semântica dos dados, foco deste capítulo, cabe acrescentar algumas informações etnográficas relevantes sobre a questão do gênero dos antropônimos em Parkatêjê.

### 5.1 Nomes masculinos, femininos ou para ambos os sexos

No que diz respeito à indicação de gênero nos antropônimos em Parkatêjê, observa-se que os nomes próprios da referida língua podem ser divididos em: exclusivamente masculinos, exclusivamente femininos, ou, para ambos os sexos.

Foi observado, tanto durante os trabalhos de campo, quanto durante a análise dos dados, que o significado do nome próprio é dependente do contexto situacional vivenciado pelo padrinho ou madrinha e que o/a motivaram a criar determinado antropônimo. A compreensão desse contexto é de fundamental importância para que a interpretação semântica do nome próprio ocorra. Dessa forma, a semântica do nome e o contexto da comunidade são essenciais para o estabelecimento do gênero do antropônimo. Além disso, também é possível identificar morfemas que caracterizam apenas um dos sexos.

Atividades ou características que, no contexto cultural Parkatêjê, são restritas a um sexo, ou a outro geram antropônimos exclusivamente masculinos, ou exclusivamente femininos. Por exemplo, as atividades que envolvem cuidar da terra, roça, dentre outras, são relacionadas ao sexo feminino pelos indígenas. Logo os nomes que remetem a tais atividades são exclusivamente femininos, tais como:

- 1) Purprãmre ‘que gosta da roça’
- 2) Purkôre ‘planta na chuva’
- 3) Purhêre ‘trabalhadora da roça’

Já as atividades ou características próprias do sexo masculino geram antropônimos restritos a este sexo. Por exemplo, atividades que envolvem caçar são sempre relacionadas ao sexo masculino. Nomes com referência a essas atividades são exclusivamente masculino, tais como os a seguir:

- 4) Hàkti ‘caçador’
- 5) Krôxũmti ‘matador de porco’
- 6) Ropkatêre ‘caçador de onça’
- 7) Ropkukuti ‘caçador’

Atividades que não tenham restrições culturais entre os sexos podem ser utilizadas em nomes para ambos os sexos, conforme os exemplos a seguir:

- 8) Pamaprĩ ‘anda devagar’
- 9) Kôkupati ‘tem medo de água’
- 10) Kãmtaihoprãmre ‘que gosta de escrever’
- 11) Awÿinõre ‘que não pedi’

Também foi observado no corpus de pesquisa a recorrência de um morfema exclusivo para indicar o sexo feminino. O morfema ‘Kwÿi’ acompanha vários nomes femininos e tem como tradução aproximada “moça” ou “mulher”. A seguir têm-se alguns exemplos:

- 12) Takwÿi ‘moça da chuva’
- 13) Kukênkwÿire ‘moça cotia’
- 14) Atÿrkwÿi ‘moça molhada’
- 15) Amkrokwÿire ‘moça sol’

Diante disso, fica mais uma vez evidente o quanto as questões nominativas estão diretamente relacionadas aos inúmeros e diversos aspectos culturais da comunidade, de modo a ser impossível a realização de um estudo onomástico dissociado de tais questões.

A seguir, serão apresentados aspectos morfossintáticos observados na constituição dos nomes próprios pessoais em Parkatêjê.

## 5.2 Aspectos morfossintáticos

Na análise dos antropônimos em Parkatêjê foi possível observar nomes que apresentam em sua constituição elementos pertencentes a diferentes classes de palavras da língua. Desse modo, farei uma breve apresentação das oito classes de palavras descritas em Parkatêjê antes de apresentar a análise dos dados.

### 5.2.1 Algumas informações sobre as classes de palavras existentes na Língua Parkatêjê

#### 1) Nomes

Segundo Ferreira (2003, p. 46-47), os nomes em Parkatêjê podem ser identificados a partir da presença das seguintes características morfológicas ou sintáticas:

- A categoria de posse nos nomes depende de sua natureza semântica, de modo que distinguem-se nomes possuíveis de nomes não-possuíveis. Os nomes possuíveis ainda podem ser divididos em nomes alienavelmente possuídos e inalienavelmente possuídos. No grupo de nomes não-possuíveis estão os elementos relacionados a nomes de pessoas, a nomes de plantas e fenômenos da natureza em geral. Os alienavelmente possuídos englobam, em sua maioria, objetos da cultura material. Já os inalienavelmente possuídos referem-se a partes do corpo, partes de um todo e aos termos de parentesco;
- Os sufixos derivacionais de tamanho -re e -ti, diminutivo e aumentativo, respectivamente, podem ocorrer com os nomes;
- O formativo *mẽ*, que indica plural, pode ocorrer em nomes cujo referente seja [+ humano];
- Os nomes não são flexionados para gênero. No entanto, o gênero em alguns nomes, dependendo da circunstância, pode ser indicado lexicalmente por termos genéricos que indicam homem/macho ou mulher/fêmea;
- Os nomes são marcados pela categoria de caso;
- Raízes nominais podem ser derivadas a partir de itens de outras classes de palavras;

- Raízes verbais podem ser nominalizadas por meio do acréscimo do formativo -katê;
- Os nomes ocorrem em posição de núcleo de uma locução nominal, ocorrendo como sujeitos, objetos de verbos e de posposições;
- Os nomes podem ocorrer como predicado de orações não verbais;
- Os nomes possuíveis ocorrem como núcleo em locuções genitivas ou possessivas;
- Os nomes podem ser modificados por descritivos, quantificadores, demonstrativos e outros nomes.

A classe dos nomes, de acordo com Ferreira (2003, p. 47-48), em sua maioria, exprime conceitos referentes a elementos e fenômenos naturais; animais e plantas; nomes de pessoas; manufaturas e objetos da cultura material; relações pessoais.

## **2) Verbos**

Conforme Ferreira (2003), prototipicamente, os verbos em Parkatêjê ocorrem como núcleos de predicados e estão associados às categorias de tempo, aspecto e modo. Tais categorias não são marcadas na raiz verbal, mas sim codificadas por partículas que podem ocupar determinadas posições em relação ao constituinte verbal. Partículas pós-verbais de modo geral indicam negação e ênfase.

Os sufixos de tamanho também ocorrem ligados a verbos e podem indicar diferentes propriedades do sujeito ou objeto dependendo do tipo de verbo ao qual se agregam, de forma a funcionarem, por exemplo, como atenuativos, ou ainda indicar ênfase na ação verbal (FERREIRA, 2003).

De acordo com Ferreira (2003, p. 85), os verbos em Parkatêjê podem ser divididos em duas grandes classes, conforme suas propriedades semânticas e morfossintáticas. São elas: “os ativos e os estativos ou descritivos ou ainda não-ativos”.

## **3) Advérbios**

Em Parkatêjê, termos de diferentes classes podem funcionar como advérbios. Diante disso, figuram como advérbios palavras que indicam expressões dêiticas, entre outras noções. No entanto, Ferreira (2003) justifica o uso do rótulo ‘advérbios’ com base nas propriedades distribucionais do termo em questão, o qual, segundo a autora, se

caracteriza por sua mobilidade dentro de sentenças e por sua função de modificador de verbos.

Muitos advérbios em Parkatêjê são derivados de nomes, bem como descritivos, numerais e demonstrativos locativos também podem funcionar como modificadores verbais em formas adverbiais. Dentre as subclasses de advérbios em Parkatêjê estão: os locativos e os temporais (FERREIRA, 2003, p.144).

#### **4) Pronomes**

Conforme Ferreira (2003, p. 60), em Parkatêjê existem duas séries de pronomes pessoais, são elas: pronomes livres e pronomes dependentes. Os elementos pronominais recebem marcas de caso e marcação de número. As duas referidas séries de pronomes distinguem a 1ª e a 2ª pessoa, além de três números (singular, dual e plural). De acordo com a autora existem duas formas para a 1ª pessoa do plural, conforme o ouvinte seja incluído ou não, isto é, 1ª pessoa do plural inclusiva ou 1ª pessoa do plural exclusiva, respectivamente.

Além dos pronomes pessoais livres e dependentes existem ainda, em Parkatêjê, os pronomes reflexivo e recíproco, demonstrativos, indefinidos e interrogativos. Entretanto, no corpus de antropônimos analisados só foi verificada a ocorrência dos pronomes reflexivo e recíproco que serão retomados conforme sua presença nos dados.

#### **5) Partículas**

A classe de palavras denominada por Ferreira (2003, p. 116) de partículas engloba elementos da língua Parkatêjê que não constituem uma classe internamente coerente, de modo que foram assim definidos por exclusão de outras categorias internamente coerentes. Sendo assim, a classe das partículas abriga formas que não se encaixam em qualquer outra classe de palavras.

De acordo com Ferreira (2003, p. 116) “as partículas constituem uma classe fechada de elementos não-flexionáveis, cuja a função é operacionalizar significados aspectuais, temporais e modais”.

As partículas em Parkatêjê são consideradas elementos dependentes, pois não ocorrem de forma isolada, à exceção da partícula de aspecto iterativo ‘*apiri*’, que indica uma ação que se repete (FERREIRA, 2003, p. 123).

Os tipos de partículas descritos por Ferreira (2003) são: partículas de tempo, partículas de aspecto, partículas de intensidade, partículas de modo e partículas evidenciais.

## **6) Posposições**

De acordo com Ferreira (2003, p. 138), “as posposições em Parkatêjê constituem uma classe fechada de elementos, que ocorrem, de modo geral, precedido de seu objeto, o qual pode ser um elemento pronominal ou um nominal”.

Conforme Ferreira (2003, p.138), a função primordial das posposições é relacionar seu objeto com o verbo ou com outro elemento da construção sintática, de modo a marcar noções semânticas espaços-temporais, locais e não-locais.

Em Parkatêjê, é comum que as posposições ocorram com nomes, de modo a imprimir-lhes funções espaço-temporais, tais como: indicação de tempo; indicações locativas (FERREIRA, 2003).

## **7) Conjunções**

Segundo Ferreira (2003, p. 146), em Parkatêjê, há um pequeno número de conjunções. Conforme a autora, não há ainda em Parkatêjê um estudo aprofundado a respeito das conjunções, uma vez que ainda não foi realizada uma investigação sobre a sintaxe das orações dependentes, o que deverá ser apresentado em breve.

## **8) Interjeições**

Assim como as conjunções, as interjeições são descritas em pequeno número, sendo necessário, segundo Ferreira (2003, p. 147), mais estudos a cerca dessa classe de palavras.

Em síntese, das oito classes de palavras descritas por Ferreira (2003) para a língua Parkatêjê, cinco foram observadas na construção de antropônimos da língua, são elas: nomes, pronomes, verbos, partículas e posposições.

Na próxima subseção será discutida a diferença entre nomes compostos e sintagmas conforme a literatura pertinente, a fim de embasar a análise dos antropônimos neste estudo.

### 5.2.2 Nomes compostos e sintagmas

Nem sempre é tão simples esclarecer a diferença entre nomes compostos e sintagmas. A própria literatura sobre o tema expõe essa dificuldade. Dessa forma, nesta subseção apresentarei alguns conceitos básicos a respeito das categorias de análise em questão, tentando demonstrar os pontos de divergências e convergências entre elas.

De acordo com Gonçalves (2011), de modo geral, entende-se a composição como um processo de formação de palavras que combina palavras ou radicais para formar um item morfológicamente complexo.

Segundo Booij (2007), a composição consiste basicamente na combinação de lexemas em palavras maiores, isto é, nos casos mais simples, a composição consiste na combinação de duas palavras, em que uma modifica o significado da outra, de modo que tais compostos apresentam uma estrutura binária. No entanto, a composição também se dá recursivamente, podendo formar compostos mais longos.

Conforme o autor supramencionado, a composição é em muitas línguas um processo frequente de formação de novos itens lexicais. Essa produtividade se dá em grande parte devido à versatilidade do processo de composição:

When a new compound is formed, we already know the meaning of its constituents, and the only task we face is to find out about the semantic relation between the two parts. The general semantic pattern of a compound of the form XY is that it denotes a Y that has something to do with X, or vice versa, depending on the language (BOOIJ, 2007, p. 75)<sup>16</sup>.

No entanto, Booij (2007) ressalta que a natureza exata da relação semântica entre os constituintes de um nome composto é uma questão de interpretação dos usuários da linguagem, visto que em muitos casos os falantes de determinada língua precisam recorrer, além dos significados dos constituintes do composto, ao conhecimento de mundo e ao contexto em que o composto é utilizado. Um exemplo dessa natureza contextual dos compostos é o composto do inglês *'butt call'*, cunhado para denotar chamadas feitas no telefone celular quando alguém acidentalmente pressiona o botão e realiza uma chamada sem a intenção.

---

<sup>16</sup> “Quando um novo composto é formado, nós já sabemos o significado dos seus componentes, e a única tarefa que encaramos é de descobrir a relação semântica entre as duas partes. O padrão semântico geral de um composto da forma XY é que denota um Y que tem alguma relação com o X, ou vice-versa, dependendo da língua” (BOOIJ, 2007, p. 75. Tradução minha).

Muitos autores relatam o fato de que, em geral, nas línguas germânicas, o núcleo de um composto é o elemento mais à direita, enquanto os modificadores ocupariam a posição mais à esquerda do núcleo. Um exemplo dado por Diniz (2010) é ‘*sales department*’ (departamento de vendas), em que ‘*department*’ é o núcleo e ‘*sales*’ é um modificador nominal.

Todavia, segundo Booij (2007), o núcleo à direita não é uma característica universal dos compostos, uma vez que há línguas com compostos com núcleo à esquerda, conforme o exemplo a seguir da língua Maori, falada na Nova Zelândia:

Ex: roro hiko

brain electricity

“computer”

(BOOIJ, 2007, p. 78)

Da mesma forma, Warren (1978 *apud* DINIZ, 2010) também aponta exceções à regra de ordenação dos constituintes dos compostos, tal como as observadas em estruturas de nomes próprios que podem ter influências de outros idiomas e apresentar o núcleo precedendo o modificador.

No que diz respeito à noção de sintagma, Kenedy (2013) afirma o seguinte:

A noção de sintagma é derivada da noção matemática de *conjunto*. Um conjunto é tipicamente uma coleção de unidades que formam um todo, uma unidade complexa. Da mesma forma, um sintagma é tipicamente um conjunto de elementos, uma unidade complexa (KENEDY, 2013, p. 181, grifos do autor).

Conforme Kenedy (2013), um sintagma se comporta como uma unidade mesmo que seja constituído por diversos elementos, visto que a unidade sintática pode ser manipulada como uma peça única.

O autor ainda ressalta que um sintagma também pode ser constituído por apenas uma palavra, ou até mesmo por nenhum elemento foneticamente realizado na frase. Isso é possível justamente por meio da noção de sintagma derivada do conceito de conjunto, em que é possível haver o conjunto unitário e o conjunto vazio.



Apesar das definições apresentadas pelos autores supracitados ainda é delicada a tarefa de distinguir os nomes compostos de sintagmas. Para Booij (2007), há duas razões pelas quais nem sempre é fácil tal distinção. São elas:

First, phrases can have the same function as words, that of labels for name-worthy categories. Second, phrases and compounds look quite similar because compound patterns often derive historically from phrasal word combinations (BOOIJ, 2007, p. 82).<sup>17</sup>

Tomando como base a distinção entre compostos nominais e sintagmas nominais, especificamente, Levi (1978 *apud* DINIZ, 2010) afirma que muitos autores recorrem a três critérios para diferenciar os compostos nominais dos sintagmas nominais. Tais critérios são: a acentuação (ênfase no modificador), o aspecto permanente e a especialização semântica.

O primeiro critério consiste na acentuação. Usualmente em muitas línguas o acento em nomes compostos recai no modificador, isto é, no elemento à esquerda. Enquanto que o acento no constituinte à direita é característico de expressões sintagmáticas (BOOIJ, 2007).

No entanto, a acentuação, apesar de ser um critério muito apontado pelos linguistas ainda carece de provas mais consistentes, uma vez que há compostos que obedecem a esse preceito e outros não. Existem compostos em que o acento recai no modificador, há outras construções consideradas compostos nominais em que o acento recai no núcleo, bem como há sintagmas nominais que recebem acentuação no núcleo. Logo, a ênfase ou não no modificador não pode ser usada de forma isolada para distinguir compostos de sintagmas, uma vez que pode variar (DINIZ, 2010).

O segundo critério aponta que os compostos teriam um aspecto mais permanente do que os sintagmas, isto é, a associação entre o modificador e o núcleo dos compostos seria mais permanente ou habitual. No entanto, este critério também é falho, visto que há compostos em que a relação entre os termos não é permanente e há não compostos que apresentam caráter permanente (DINIZ, 2010).

O terceiro critério citado é a especialização semântica que defende que os verdadeiros compostos se tornam, pelo menos em parte, lexicalizados. Ou seja, o seu

---

<sup>17</sup> “Primeiro, os sintagmas podem ter a mesma função das palavras, de rótulos para categorias dignas de nome. Segundo, sintagmas e compostos são bastante parecidos porque os padrões dos compostos frequentemente derivam historicamente de combinações de palavras sintagmáticas” (BOOIJ, 2007, p. 82. Tradução minha)

significado semântico seria determinado num todo e não por meio da recuperação de estruturas suprimidas ou nominalizadas. Dessa forma, como diversos compostos são recursivos, muitos autores acreditam que eles sejam lexicalizados e que por isso não há uma relação sintática entre os elementos, mas sim uma interpretação semântica. Outro fator que corrobora a ideia de que um composto é uma unidade lexical indissolúvel é o de que ele remete a apenas um referente, de modo que duas ou mais palavras formam uma unidade referencial (DINIZ, 2010).

De acordo com Diniz (2010), outro fator de diferença entre compostos e sintagmas é a distribuição de adjetivos. Segundo a autora, os adjetivos nunca interrompem um composto, mas sim, são sempre colocados antes do composto, conforme o exemplo: *urgent papal appeal* ‘apelo urgente papal’ X *\*papal urgent appeal*.

Diniz (2010) também relata que alguns linguistas observam uma diferença no comportamento sintático entre compostos e sintagmas nominais, no que diz respeito à modificação das estruturas. Um adjetivo que precede um composto pode modificar tanto o núcleo quanto todo o composto, porém nunca apenas o primeiro elemento. Já nos sintagmas nominais seria possível modificar apenas o primeiro elemento constituinte, como é possível observar no exemplo: *a new friend’s car* ‘carro do novo amigo’. No entanto, ao ser utilizado este teste para diferenciar uma estrutura da outra, não apenas os não compostos são excluídos, mas também alguns compostos, o que faz com que este critério também não seja tão válido (DINIZ, 2010).

Dessa forma, tal como observa Diniz (2010), é possível perceber que os critérios de conceituação de compostos e sintagmas são complexos e a diferenciação entre eles é bastante variada e até mesmo “escorregadia”, uma vez que encontramos inúmeras exceções na literatura sobre o tema que dificultam as análises.

A seguir serão apresentadas as diferentes formas de constituição dos nomes próprios pessoais em Parkatêjê.

### 5.2.3 Constituição morfossintática dos antropônimos em Parkatêjê

Conforme relatado na subseção anterior, não é tão simples estabelecer a diferença entre nomes compostos e sintagmas, principalmente quando se trata da análise de uma língua indígena. As observações dos antropônimos em Parkatêjê realizadas neste estudo parecem apontar que estes sejam nomes compostos.

De acordo com critério da especialização semântica, é possível observar que o significado dos antropônimos não se reduz a simples soma dos itens lexicais constituintes, de modo a apresentarem um significado que vai além do presente em suas partes internas. O mesmo é descrito por Ferreira (2003) para os compostos da língua Parkatêjê de modo geral.

Tal como relatado por Booij (2007) a respeito dos compostos, a interpretação dos antropônimos em Parkatêjê muitas vezes necessita de informações contextuais e dos conhecimentos de mundo dos falantes. Uma hipótese que ainda precisa ser mais bem investigada seria a de que os antropônimos podem estar passando por um processo de lexicalização, ou já terem sido lexicalizados.

No que diz respeito à análise do padrão acentual dos antropônimos em comparação com outros compostos e expressões sintagmáticas da língua Parkatêjê, não foi possível realizar os testes desejáveis até a finalização deste estudo.

De acordo com as observações realizadas, grande parte dos antropônimos da língua Parkatêjê é formado a partir da junção de sequências de raízes simples. Tais raízes podem pertencer à mesma ou a diferentes classes de palavras.

Diante disso, considero os antropônimos em Parkatêjê como nomes compostos e apresento, a seguir, dados que ilustram algumas possibilidades de constituição dos nomes próprios pessoais. As primeiras apresentam antropônimos com núcleos nominais.

#### 5.2.3.1 Antropônimos com núcleo nominal

Segundo Araújo e Ferreira (2001), há nomes compostos, em Parkatêjê, que à semelhança de um sintagma nominal, podem ter sua constituição interna formada a partir de um nome; ou tal como sintagmas nominais mais complexos, incluir em sua estrutura uma partícula, seja no início ou entre os nomes constituintes.

A primeira forma que pode ser observada entre os antropônimos consiste em bases nominais simples, acrescidas dos sufixos derivacionais -re e -ti.

#### **Nome + Sufixo**

16) Kuwêre ‘faz arco’ lit. ‘arco’

Kuwê re

Arco Dim

17) Hõmjĩre ‘espinho’  
 Hõmjĩ re  
 Espinho Dim

18) Pårhyti ‘que é ruim para os outros’ lit. ‘pimenta’  
 Pårhy ti  
 Pimenta Intens

19) Håkti ‘Caçador’ lit. ‘gavião’  
 Håk ti  
 Gavião Aum

Os dados de 16 a 19 exemplificam antropônimos constituídos por bases nominais simples acrescidas dos sufixos derivacionais de tamanho. Os dados 18 e 19 apresentam também em suas glosas traduções que indicam um processo de construção metafórica que será discutido com mais detalhes posteriormente neste trabalho.

Também foi encontrado um antropônimo formado apenas por uma base pronominal acrescida do sufixo ‘-re’, de forma a apresentar comportamento semelhante a um nominal:

20) Amjĩre ‘ciumento’ lit. ‘voltado para si mesmo’  
 Amjĩ re  
 Reflex Dim

De acordo com Ferreira (2003, p. 64), “o reflexivo indica que a ação expressa pelo verbo refere-se ao sujeito, o qual também é entendido como sendo o objeto da sentença”. O interessante é que no dado 20 não há um verbo, de forma que o pronome reflexivo serve como base e dá a ideia de ‘voltado para si mesmo’. Os colaboradores de pesquisa traduzem *Amjĩre* como ‘ciumento’, no sentido de ‘alguém que quer tudo para si/egoísta’.

Para os compostos da língua formados por (nome + nome), Ferreira (2003, p. 58) demonstra o seguinte padrão:

Nome + Nome = que ocorre como uma locução genitiva

Parkre ‘canao’ lit. ‘pau com buraco’

Par ‘pau’ + kre ‘buraco’

A ordem verificada no exemplo acima (modificado + modificador) é a ordem esperada em compostos do tipo (nome + nome) da língua Parkatêjê de modo geral, no entanto, entre os antropônimos é possível também observar a estrutura (modificador + modificado), conforme demonstram os próximos dados. Tal idiosincrasia é uma

característica comum entre nomes compostos, uma vez que em termos sintagmáticos a ordem é algo bem mais rígida.

### Nome + Nome

- 21) Takwỳi ‘moça que gosta de andar na chuva’ lit. ‘moça da chuva’  
 Ta kwỳi  
 Chuva moça
- 22) Awarkwỳi ‘moça que gosta de comer inajá’ lit. ‘moça do inajá’  
 Awar kwỳi  
 Inajá moça
- 23) Krorhire ‘gosta de pintar bolinha’ lit. ‘talo de pintar bola’  
 Kror hire  
 Bola talo de pintar
- 24) Pěmpkwỳi ‘moça da festa do Pěmp’ lit. ‘moça do Pěmp’  
 Pěmp kwỳi  
 Pěmp moça
- 25) Prítikwỳi ‘moça que gosta de pequi’ lit. ‘moça do pequi’  
 Príti kwỳi  
 Pequi moça

Os sufixos derivacionais de tamanho -re e -ti, diminutivo e aumentativo, respectivamente, ocorrem amplamente nos antropônimos. O sufixo -re indica o tamanho pequeno ou tudo que é magro/frágil/fino, por exemplo, mulher, velho, criança, etc. Já o sufixo -ti, por sua vez, refere-se ao tamanho grande ou tudo o que é gordo/grande/forte, como homem, jovem, etc. Os sufixos de tamanho em questão por vezes são utilizados nos nomes próprios ou nos termos de parentesco também para indicar a aparência física do nominado.

- 26) Kukênkwỳire ‘moça que cava igual cotia’ lit. ‘moça cotia’  
 Kukên kwỳi re  
 Cotia moça Dim
- 27) Amkrokwỳire ‘moça que gosta do sol’ lit. ‘moça do sol’  
 Amkro kwỳi re  
 Sol moça Dim

A ordem (modificado + modificador), mais comum entre os compostos (nome + nome) em Parkatêjê, conforme mencionado anteriormente, também é observada entre os antropônimos:

- 28) Purhêre ‘que limpa o roçado/trabalhadora da roça’ lit. ‘galho da roça’  
 Pur hê re  
 Roça galho Dim
- 29) Airompoki ‘que fica no centro da mata’ lit. ‘centro da mata’  
 Airom pok ti  
 Mata centro Aum
- 30) Kôkaprôti ‘o sangue correu no rio’ lit. ‘sangue na água’  
 Kô kaprô ti  
 Água sangue Aum
- 31) Pryjôkware ‘pessoa que fica no meio do caminho’ lit. ‘pessoa no caminho’  
 Pry jôkwa re  
 Caminho pessoa Dim
- 32) Jôkwakaprôre ‘sangue saindo do corpo da pessoa’ lit. ‘sangue da pessoa’  
 Jôkwa kaprô re  
 pessoa sangue Dim
- 33) Hôrâkratare ‘capinadora’  
 Hôrâ krata re  
 Capim novo madeira/tronco Dim
- 34) Parhire ‘machucado fez aparecer o osso do pé’ lit. ‘osso do pé’  
 Par hi re  
 Pé osso Dim

É possível observar, conforme os dados 35 e 36, antropônimos formados por uma reduplicação da base nominal.

- 35) Kaikaiti ‘fazedor de cesto’ lit. ‘cesto, cesto’  
 Kai kai ti  
 Cesto cesto Aum
- 36) Kwÿikwÿire ‘moça que realiza dança tradicional’ lit. ‘moça, moça’  
 kwÿi kwÿi re  
 moça moça Dim

Em 36, cabe esclarecer que a base ‘kwÿi’, além de indicar tudo o que é feminino também dá nome a um papel assumido somente por mulheres nas festas tradicionais do povo Parkatêjê. Durante tais festas na aldeia, em que o povo se reúne ao redor do cantor, este sempre é acompanhado por uma moça, que dança de frente para ele, com a

cabeça baixa. Esta moça é a ‘*kw̃yi*’ da festa. Este papel social, ao que tudo indica, é somente realizado por uma moça de idade entre 13 a 18 anos.

### Nome + partícula

Há antropônimos que apresentam em sua constituição partículas de diferentes tipos e em diferentes posições, conforme pode ser observado a seguir:

37) Krĩnarêti ‘muda sempre de aldeia’ lit. ‘sem aldeia’

Krĩ	narê	ti
Aldeia	Neg	Intens

38) Jakwainõre ‘calado’ lit. ‘sem boca’

Jakwa	inõ	re
Boca	Neg	Dim

Nos dados 37 e 38 é possível observar exemplos de antropônimos com partículas de modo, mais especificamente, de negação. Conforme ocorre nos dados acima a negação em Parkatêjê pode ocorrer com formas variadas.

39) Atõkàre ‘o mais velho dos irmãos’ lit. ‘irmão mais velho’

Atõ	kà	re
Irmão	mais velho	Dim

Em 39 há a ocorrência de uma partícula com valor cronológico. O morfema ‘*kà*’ sempre indica ‘o mais velho’ quando combinado a termos de parentesco, tal como ocorre no dado em questão.

Outra ocorrência verificada e analisada neste estudo como partícula é a do chamado sufixo derivacional agentivo ‘*katê*’. Segundo Ferreira (2003), o referido sufixo derivacional combina-se a nomes indicando o agente da noção que o verbo expressa, ou o que se pode inferir do nome ao qual se agrega, conforme pode ser observado nos exemplos abaixo:

40) Ropkatêre ‘caçador de onça’

Rop	katê	re
Onça	Agent	Dim

41) Katêjõkware ‘chama na cara pra conversar’

Katê	jõkwa	re
Agent	pessoa	Dim

No dado 41 ‘*katê*’ aparece deslocado de sua posição prototípica, ocorrendo no início do antropônimo, o que parece indicar que, em tal circunstância, ‘*katê*’ não ocorre como um nominalizador, mas como um nome por si, sendo necessário verificar mais adequadamente tal ocorrência.

### Nome + posposição

Há ocorrências de posposições em alguns antropônimos em Parkatêjê.

42) Amkronã ‘sol/dia’ lit. ‘de dia’

Amkro nã  
Dia Loc

43) Nākruwati ‘flecha nele’

Nã kruwa ti  
Loc flecha Aum

44) Kāmkruwati ‘foi flechado’ lit. ‘flecha nele’

Kām kruwa ti  
Loc Flecha Aum

Nos dados 43 e 44 é importante destacar a ocorrência da 3ª pessoa Ø. Estes são os únicos dados entre os antropônimos deste estudo em que há a marcação de pessoa.

### Outras possibilidades observadas com núcleo nominal

45) Ntokakôtyiti ‘água não sai do olho’ (não chora)

Nto ka kô tyi ti  
Olho pele água duro Aum

46) Ntokàhòkurômre ‘aquele que pinta o olho de azul’<sup>18</sup>

Nto kà hò kurôm re  
Olho pele pêlo azul Dim

Conforme demonstram os dados acima os antropônimos também podem ser formados de forma recursiva, apresentando várias bases nominais.

#### 5.2.3.2 Antropônimos com núcleo verbal

A seguir serão descritos os antropônimos que apresentam estruturas com núcleo verbal. Os nomes próprios com núcleos verbais também apresentam uma variedade de

<sup>18</sup> A tinta azul a qual o nome se refere é feita com a casca do ovo do pássaro azulão.



estruturas com diferentes graus de complexidade, além de ocorrerem com diferentes tipos de verbos, conforme demonstram os dados.

A primeira possibilidade é a de antropônimos formados por um único constituinte verbal, acrescido dos sufixos -ti ou -re.

### **Verbo + sufixo**

47) Nākôti ‘aquele que sua muito’ lit. ‘suar’

Nākô ti  
Suar Intens  
(verbo descritivo)

48) Kurēkti ‘matador’

kurēk ti  
furar Intens  
(verbo ativo)

49) Awỳre ‘que pede muito’ lit. ‘pedir’

Awỳ re  
Pedir Intens  
(verbo transitivo)

50) Aihure ‘aquela que cai muito’ lit. ‘cair’

Aihu re  
Cair Intens  
(verbo intransitivo)

Nos dados 47 e 48 é possível observar o sufixo -ti no papel de partícula de intensidade. Ferreira (2003) afirma haver em Parkatêjê duas formas relacionadas à expressão de intensidade. São elas: -nĩre e -ti.

Sobre as diferentes funções do sufixo -ti, Araújo (1989, p. 92) explica o seguinte: “Substantivos e verbos estativos têm em comum o combinar-se com o sufixo de tamanho, embora este tenha função derivacional junto às bases nominais e enfática ou de acordo junto às verbo-estativas adjetivas”.

Já nos dados 49 e 50, é possível observar o sufixo -re que também pode ocorrer como intensificador quando ligado à verbos, além de indicar a aparência física dos nominados.

Os dados 47 a 50 também demonstram que os antropônimos com base simples podem ser constituídos a partir de diferentes tipos de verbos, tais como verbos descritivos, ativos ou transitivos e intransitivos.

**Nome + Verbo Transitivo**

51) Akrôjarêre ‘brocador de roça’ (trabalhador da roça)

Akrô jarê re  
Cipó cortar a raiz Dim

52) Tuxêre ‘que amarra a barriga’ lit. ‘barriga amarrada’

Tu xê re  
Barriga amarrar Dim

53) Kiakakwĩre ‘que quebra o forno de berarubu’

Kia kakwĩn re  
Forno de quebrar Dim  
kuputi<sup>19</sup>

54) Jakànràti ‘boa de tirar palmito’ lit. ‘palmito tirar’

Jakàn krà ti  
Palmito tirar Aum

**Nome + Verbo descritivo**

Ferreira (2003) afirma que os compostos em Parkatêjê que apresentam a estrutura (nome + verbo descritivo), de modo geral, ocorrem à semelhança de uma locução nominal. Nos dados a seguir é possível observar a ocorrência da estrutura (nome + verbo descritivo) nos antropônimos.

55) Purprãmre ‘que gosta da roça’ lit. ‘gosta de roça’

Pur prãm re  
Roça gostar Dim

56) Kôkupati ‘tem medo de água’ lit. ‘água ter medo’

Kô kupati  
Água ter medo

57) Hôkprãmre ‘gosta de pintar’ lit. ‘pintura gostar’

Hôk prãm re  
Pintura gostar Dim

---

<sup>19</sup> Um bolo de massa que pode ser recheado com vários tipos de carne de caça, tais como carne de jabuti, veado, anta etc. A massa de mandioca já recheada é embrulhada em folhas de bananeira e assada em uma espécie de forno de pedras que posteriormente é enterrado com areia e palha. Em minha primeira viagem ao campo eu e outras companheiras de trabalho tivemos a oportunidade de aprender com a esposa mais velha do chefe a preparar um kuputi de poraquê. O kuputi é um alimento muito típico dos Parkatêjê.

- 58) Têkikupati ‘tem medo de jogar flecha’ lit. flecha ter medo’  
 Têki kupati  
 Flecha ter medo
- 59) Pypyxôntapti ‘gosta de comer banana madura’ lit. ‘banana madura’  
 Pypyxôn tap ti  
 Banana maduro Aum
- 60) Akrôtÿi ‘tira cipó forte’ lit. ‘cipó forte’  
 Akrô tÿi  
 cipó ser forte
- 61) Purkore ‘planta na chuva’ lit. ‘molhado na roça’  
 Pur ko re  
 Roça molhado Dim
- 62) Krekràti ‘mulher que não tem filho’ lit. ‘buraco seco’  
 Kre krà ti  
 Buraco seco Aum
- 63) Ntokurÿk ‘ligeiro olha’ lit. ‘olho rápido’  
 nto kurÿk  
 olho rápido
- 64) Xajihôtôre ‘planta maniva até o fim’ lit. ‘maniva fim’  
 Xa jihôtô re  
 Maniva<sup>20</sup> fim Dim
- 65) Kreixàre ‘sempre com dor de barriga’ lit. ‘dor no intestino’  
 Krei xà re  
 Intestino dor Dim
- 66) Piekawêre ‘que anda junto do marido’ lit. ‘junto/grudado no marido’  
 Piê kawê re  
 Marido junto/grudado Dim
- 67) Atÿrkwÿi ‘moça que gosta de andar na chuva’ lit. ‘moça molhada’  
 Atÿr kwÿi  
 Molhado moça
- 68) Hikôkratati ‘não dorme direito/o tempo todo acordado’

---

<sup>20</sup> Sinônimo de mandioca.

Hikô        krata        ti  
 Noite toda duro/forte Aum

69) Aikrekratati ‘que faz casa grande’ lit. ‘casa de madeira’

Aikre    krata        ti  
 Casa    madeira Aum

70) Rõjõkratatare ‘pé de palmito’

Rõjõ    krata        re  
 Palmito madeira/pé Dim

Diante dos dados é possível notar que a raiz ‘*krata*’ pode aparecer com diferentes papéis e significados. É recorrente a presença dessa raiz em nomes relacionados a árvores de grande porte, de modo a indicar ‘madeira/tronco/pé’, conforme pode ser verificado nos dados 69 e 70. Por outro lado, ‘*krata*’ também ocorre em alguns casos como um modificador, à semelhança de um verbo descritivo, referindo-se a aspectos como “forte/duro”, de modo a realizar uma associação com as características de uma madeira ou tronco de árvore. No antropônimo 68, a presença da raiz ‘*krata*’ dá a ideia de “alguém que resiste ao sono”, ou seja, que aguenta ficar a noite toda acordado. Esse sentido encontrado no dado 68 pode ter uma associação metafórica.

#### **Verbo Transitivo + Verbo Descritivo**

71) Kãmtaihoprãmre ‘que gosta de escrever’

Kãmtaiho    prãm        re  
 Escrever    gostar Dim

#### **Verbo Descritivo + Verbo Descritivo**

72) Amrĩkupati ‘Não existe medo/corajoso’

Amrĩ        kupati  
 Neg.Exist    ter medo

#### **Pronome + Verbo ativo**

73) Amjijahêti ‘se espanta sozinho’ lit. ‘corre de si mesmo’

Amji        jahê        ti  
 Reflex    correr Aum

#### **Pronome + Verbo Transitivo**

74) Aipẽnjarẽn ‘Gosta de contar história de outra pessoa’

Aipẽn        jarẽn  
 Rec        falar

**Pronome + Verbo Descritivo**

- 75) Amjipeire ‘gosta de andar limpo/ajeitado’  
 Amji pei re  
 Reflex ser bonito Dim

**Nome + Partícula + Verbo ativo**

- 76) Piêkôtpra ‘anda atrás de/com homem’  
 Piê kôt pra  
 Marido Com andar

**Verbo Transitivo + Partícula**

- 77) Awÿinõre ‘que não pede’  
 Awÿi nõ re  
 Pedir Neg Dim

**Outras possibilidades observadas com núcleo verbal**

Nos dados a seguir podemos observar antropônimos com estrutura interna complexa:

- 78) Amjitoawrekjakyêre ‘atolou a perna na lama’  
 Amji to awrek jakyê re  
 Reflex atolar perna Dim
- 79) Jipàkratare ‘subidor de pé de bacaba’  
 Ji pàr krata re  
 Sobe pé tronco Dim
- 80) Jÿpàntokrÿiti ‘come devagar que nem arara e papagaio’  
 Jÿ pàn to krÿiti  
 Sentado arara fazer papagaio
- 81) Purtotuturre ‘faz como a rolinha/ limpa a roça’  
 Pur to tutu re  
 Roça fazer rolinha Dim

A seguir será discutido acerca de nomes próprios que apresentam a partícula ‘Jõ’.

#### 5.2.4 Partícula ‘*Jō*’: algumas considerações

Diante dos antropônimos da língua Parkatêjê é possível constatar facilmente uma significativa ocorrência de nomes iniciados pela partícula ‘*Jō*’. Na literatura Parkatêjê ainda há controvérsias a respeito deste elemento linguístico, o que talvez possa ser explicado, considerando-se a possível existência de homonímia em relação a essa forma.

Araújo (1989) considera o formativo ‘*Jō*’ como uma partícula de posse. Ferreira (2003) aborda este mesmo formativo ao tratar da estrutura de posse em nomes alienavelmente possuídos em que para esta autora o ‘*J*’ ocorre como um elemento relacional mais o nome genérico ‘*ō*’ de posse do tipo ‘coisa’. Um exemplo dessa análise encontrado em Ferreira (2003, p. 50) é o seguinte:

I j   ō   rop ‘meu cachorro’  
1 Rel Pos cachorro

Na análise dos nomes próprios as perspectivas apresentadas acima contemplam apenas partes das ocorrências do formativo ‘*Jō*’ verificadas nos dados. Na explicação dos antropônimos Parkatêjê os colaboradores de pesquisa traduzem a partícula ‘*Jō*’ de diferentes formas. Uma possibilidade bastante recorrente é a tradução de ‘*Jō*’ como “comida”, tal como se verifica nos exemplos abaixo:

82) *Jōtwým* ‘come comida gorda’ lit. ‘comida com gordura’

*Jō*    *twým*  
Comida   gordura

83) *Jōkumti* ‘come comida quente’ lit. ‘comida com fumaça’

*Jō*    *kum*    *ti*  
Comida   Fumaça   Aum

84) *Jōtàmre* ‘come comida crua’

*Jō*    *tàm*    *re*  
Comida   cru   Dim

85) *Jōjapýre* ‘carrega comida na guerra e corre’

*Jō*    *japý*    *re*  
Comida   *japý*    Dim

86) *Jōpiti* ‘come toda a comida’

*Jō*    *pi*    *ti*

Comida pi Aum

87) Jōkàntàtàre ‘junta a casca da comida’

Jō kà ntàtà re  
Comida casca ntàtà Dim

88) Jōjapêre ‘tem ciúme da comida’

Jō japê re  
Comida japê Dim

89) Jōtũmre ‘não come e a comida estraga’ lit. ‘comida velha’

Jō tũmre  
Comida velho

90) Jōkwỳrkutom ‘aquele que faz bolo de mandioca’

Jō kwỳr kutom  
Comida mandioca bolo

91) Jōhire ‘gosta de roer osso da comida’ lit. ‘osso da comida’

Jō hi re  
Comida osso Dim

92) Jōkakure ‘mole pra chorar’ lit. ‘comida podre’

Jō kaku re  
Comida podre Dim

93) Jōmpeiti ‘aquele que come muito’

Jō mpei ti  
Comida bom Intens

94) Jōpêptyti ‘aquele que esconde a comida para comer sozinho’

Jō pêpty ti  
Comida proteger Aum

95) Jōrêre ‘mal criado’ lit. ‘joga comida’

Jō rê re  
Comida jogar Dim

96) Jōpaipaire ‘Vomita comida’

Jō paipai re  
Comida vomitar Dim

Em outros casos ‘Jō’ pode ser analisado em termos de posse, tal como é possível observar nos dados abaixo:

97) Jōkrowapeire ‘faz tora bonita’

Jō krowa pei re  
Pos tora bonito Dim

98) Jōkuhyre ‘fica abanando o fogo para não apagar’

Jō kuhy re  
Pos fogo Dim

99) Jōkopti ‘que arranha’

Jō kop ti  
Pos unha Aum

100) Jōhijihôtore ‘pega com a ponta dos dedos’

Jō hi jihôto re  
Pos dedo ponta Dim

101) Jōxàrti ‘joga flecha’

Os dados acima apresentam a partícula ‘*Jō*’ em função de posse, todavia, nos casos em que o possuidor está ausente, o esperado segundo os padrões morfossintáticos da língua seria a utilização do relacional ‘h-’. Tal fato parece corroborar a ideia de ‘*Jō*’ como uma partícula que ocorre de maneira diferenciada com relação aos nomes próprios em Parkatêjê.

Conforme demonstram os dados os antropônimos que apresentam a partícula ‘*Jō*’ podem ocorrer com diferentes tipos de núcleo. Ainda não está claro qual seria o condicionamento para o uso de ‘*Jō*’ em alguns dos nomes próprios aqui analisados. Ao que parece esta é uma partícula homófona na língua Parkatêjê que ocorre exclusivamente com os nomes próprios no contexto demonstrado pelos dados, uma vez que não há outras ocorrências de ‘*Jō*’ com nomes não-possuíveis.

Diante dos dados e dos padrões morfossintáticos apresentados é possível afirmar que, de modo geral, os nomes próprios são formados pelos mesmos padrões dos nomes comuns da língua Parkatêjê. No entanto, nos antropônimos foram observados uma grande variedade de possibilidades de constituição, com casos que por vezes até contrariam o esperado. Tal fato pode ser explicado a partir da própria natureza dos nomes próprios que pode sofrer influências pragmáticas, estéticas, entre outras. Desse modo, torna-se complexa a tarefa de traçar os limites morfossintáticos de formação dos nomes próprios.



O próximo subitem versará a respeito de alguns aspectos observados nos nomes próprios, a partir da perspectiva da semântica.

### 5.3 Questões semânticas

Como retratado nas considerações teóricas deste trabalho, o ramo de estudo denominado Onomástica se constitui como uma área interdisciplinar que envolve diferentes campos do conhecimento humano para analisar seu objeto de estudo: os nomes próprios.

Uma disciplina que recebe especial atenção dos estudos onomásticos é a semântica, definida de modo geral por Ullmann (1964, p. 07) como o “estudo do significado das palavras”. Desse modo, o presente trabalho não poderia deixar de tecer considerações acerca dos fenômenos semânticos observados nos antropônimos da língua Parkatêjê.

Além disso, é importante destacar que dentre as diversas abordagens semânticas existentes na literatura sobre o tema atualmente, a Semântica Cultural (SC) e a Semântica Cognitiva (SCog) fornecem especiais contribuições para o tipo de reflexões a serem feitas aqui.

De acordo com Ferrarezi Jr. (2013), a Semântica Cultural poder ser definida da seguinte forma:

Uma vertente da Semântica que estuda a *relação entre os sentidos* atribuídos às palavras ou demais expressões de uma língua e a *cultura* em que essa mesma língua está inserida. De forma mais simplificada, podemos dizer que a SC estuda a formação e a atribuição dos sentidos na relação entre uma língua e a cultura em que essa mesma língua é utilizada (FERRAREZI JR, 2013, p. 71).

Já a Semântica Cognitiva é considerada, de acordo com Lenz (2013):

[...] uma área que não se configura exatamente como uma teoria única, mas como uma conjunção de várias abordagens que compartilham os mesmos princípios básicos, com o objetivo geral de investigar o sistema integrado global de estruturação conceitual da linguagem (LENZ, 2013, p. 35).

A Semântica Cognitiva considera muito mais que o conhecimento linguístico conforme as teorias clássicas, uma vez que inclui em suas análises diferentes nuances do conhecimento de mundo, experiências, percepções, culturas, etc. (LENZ, 2013).

Dessa forma, diante da importância da relação entre língua e cultura para a Onomástica, conforme abordado anteriormente nesta dissertação, serão feitas aqui algumas considerações sob a perspectiva semântica dos antropônimos da língua Parkatêjê, tendo em vista demonstrar como os valores e os conhecimentos culturais desse povo estão intrincados e são codificados em sua língua.

### 5.3.1 O conteúdo dos nomes próprios em Parkatêjê

Conforme mencionado anteriormente na subseção a respeito do sistema de nomação Parkatêjê, de modo geral, no que diz respeito ao conteúdo significativo dos nomes de pessoa, é possível verificar que estes se referem a características pessoais do nominador, sejam elas consideradas negativas ou positivas.

Araújo e Ferreira (2001) afirmam que do ponto de vista do conteúdo os nomes próprios em Parkatêjê podem ser denotativos ou figurativos. Partindo desta perspectiva, compreendo como nomes denotativos aqueles cujo principal sistema de significação é a denotação, enquanto entre os nomes chamados pelas autoras em questão de figurativos estão, de modo geral, os que constituem metáforas ou metonímias.

Diante disso, nas próximas subseções serão apresentados exemplos conforme os tipos de antropônimos vistos da perspectiva da semântica cultural e cognitiva.

### 5.3.2 Nomes próprios denotativos

De acordo com Trask (2004, p. 72), a denotação é “o significado central de uma forma linguística, encarado como o conjunto das coisas a que essa forma poderia fazer referência”.

Ilari (2004) explica de forma simplificada o conceito de denotação como o efeito de sentido pelo qual as palavras falam “neutramente” do mundo, ou seja, sem intervenções subjetivas. Nessa mesma perspectiva, Luft (2002) afirma que a denotação refere-se à significação básica das palavras, dissociadas de abstrações individuais.

Diante disso, têm-se a seguir alguns exemplos de nomes próprios considerados denotativos em Parkatêjê:

- 102)      Krapyxitire ‘Um filho’  
            Kra pyxiti re  
            Filho um Dim

A nominadora só tinha um filho.

- 103) Kamtaihopramre ‘gosta de escrever’  
 Kamtaiho prãm re  
 Escrever gostar Dim

A nominadora gosta de escrever.

- 104) Kôkupati ‘tem medo da água’  
 Kô kupati  
 Água ter medo

O nominador tem medo da água.

- 105) Têkikupati ‘tem medo de jogar flecha’  
 Têki kupati  
 Flecha ter medo

O nominador tem medo de jogar flecha.

- 106) Awÿinõre ‘não pedir’  
 Awÿi nõ re  
 Pedir Neg Dim

O nominador não costuma pedir nada a ninguém.

Nos exemplos de 102 a 106, observa-se que os nomes pessoais têm significados transparentes, isto é, não apresentam sentido figurado.

A seguir será realizada uma breve revisão a respeito da metáfora e metonímia, bem como serão apresentados dados em Parkatêjê que ilustram os referidos fenômenos.

### 5.3.3 Nomes próprios figurativos em Parkatêjê: metafóricos e metonímicos

Dentre os nomes próprios considerados figurativos em Parkatêjê estão os que se constituem como expressões com valor metafórico ou metonímico. Antes de apresentar os dados que ilustraram os fenômenos semânticos aqui em questão é pertinente apresentar uma breve revisão acerca desses conceitos.

O estudo da metáfora e da metonímia é uma preocupação antiga de linguistas, filósofos, entre outros estudiosos. Ferrarezi Jr. (1997) afirma que uma revisão bibliográfica que se propusesse completa sobre o tema teria a sua frente uma tarefa

secular. Dessa forma, em virtude do escopo deste trabalho, os conceitos apresentados foram escolhidos conforme a pertinência para a discussão aqui proposta, não sendo o objetivo do presente estudo aprofundar a questão da metáfora, por si.

Com relação à metáfora, Ullmann (1964) afirma que sua importância suprema como uma força criadora na língua sempre foi reconhecida pelos estudiosos através dos séculos. De acordo com o autor,

a metáfora está tão intimamente ligada com a própria tessitura da fala humana que a encontramos já sob diversos aspectos: como um factor primordial da motivação, como um artifício expressivo, como uma fuga para as emoções intensas, como um meio de preencher lacunas no vocabulário, e em diversos outros papéis (ULLMANN, 1964, p. 442).

De modo geral, segundo Ullman (1964), a estrutura básica da metáfora apresenta dois termos essenciais: a coisa da qual falamos e aquilo com o que estamos a compará-la.

A definição apresentada por Trask (2004, p. 190) afirma ser a metáfora “o uso não literal de uma forma linguística, utilizado como recurso para chamar a atenção para uma semelhança percebida”, neste caso, entre uma entidade e outra.

Autores como Lakoff e Johnson (1980) apresentam uma concepção um pouco diferente das apresentadas anteriormente sobre as metáforas. Para esses autores, a metáfora não deve ser entendida apenas como uma figura de retórica responsável pelos ornamentos da linguagem. Lakoff e Johnson (1980) propõem um novo ponto de vista, segundo o qual a metáfora deve ser compreendida como algo presente em nosso cotidiano, que permeia nossos pensamentos e ações, sem, todavia, se limitar apenas ao ambiente linguístico. A ideia básica da teoria de Lakoff e Johnson (1980) sobre a metáfora é que ela nos permite interpretar conceitos abstratos em termos de conceitos que nos são familiares e de experiências cognitivas cotidianas. Segundo os autores, nosso sistema conceitual é metafórico por natureza, uma vez que está imbricado com o modo como pensamos e agimos.

Ferrarezi Jr. (2012) afirma que a metáfora apresenta uma propriedade estruturante em relação à organização cultural do mundo, ou seja, de como o mundo é visto e interpretado pelos falantes de uma determinada língua. Tal fato corrobora para demonstrar a influência da metáfora para a compreensão do mundo e cultura.

De acordo com Ferrarezi Jr. (2010), quando uma metáfora de nomeação exerce uma função clara de registro cultural, esta pode ser denominada *metáfora funcional*. Tal

perspectiva parece ser bastante interessante para a análise de alguns antropônimos em Parkatêjê construídos de forma metafórica.

Conforme Ferrarezi Jr. (2010), uma metáfora funcional pode ser definida como:

uma construção figurativa na qual a palavra metaforicamente construída apresenta uma clara função de depósito cultural, uma função de registro de algum tipo de conhecimento resultante das experiências vivenciais dessa mesma comunidade que atribuiu esse nome metafórico a um referente (FERRAREZI JR., 2010, p. 198).

A metáfora pode ser considerada um tipo de construção linguística que possibilita a atribuição de um sentido construído dentro de um paradigma cultural de outra palavra que, em seu sentido costumeiro, empregado por uma comunidade de falantes, pertence a um outro paradigma cultural. Por exemplo, quando alguém chama um homem de “touro” está transferindo sentidos de um paradigma cultural para outro, no caso, paradigma “animais” para paradigma “pessoas”, com vistas a evidenciar sua força física (FERRAREZI JR., 2012).

Dessa forma, segundo Ferrarezi Jr. (2012), uma construção metafórica só pode ser definida como tal, dentro de uma determinada cultura, visto que, em cada cultura, haverá classificações semânticas naturais diferentes. Além disso, o autor destaca que a metáfora, na maioria das línguas, não se constitui necessariamente como uma construção lexicalmente complexa, nem obrigatoriamente multivocabular ou com algum tratamento estético de tipo poético. Ao contrário disso, grande parte das metáforas presentes em uma língua se concretizam em palavras de uso diário, como por exemplo, nomes de coisas do dia-a-dia, nomes próprios de pessoa ou nomes na forma de alcunha.

A utilização do conceito de “metáfora funcional”, especificamente, conforme Ferrarezi Jr. (2012), se dá em razão de uma construção com função muito mais específica de formação e perpetuação de uma cultura. Ou seja, tais construções carregam importantes conhecimentos histórico-culturais que precisam ser preservados.

Um exemplo de nome encontrado no Brasil que pode ser considerado uma metáfora funcional, de acordo com Ferrarezi Jr. (2012), é a forma “trava-ventre” utilizada por muitos caboclos, em algumas regiões brasileiras, para chamar a árvore da goiabeira. O autor explica que a forma “trava-ventre” é uma construção complexa, fruto de uma experiência extralinguística do falante interiorano que, muitas vezes, distante do

“remédio de farmácia”, registra uma informação que não é inerente à forma usual de representação linguística do referente.

Dessa forma, tanto a metáfora “comum” quanto, em especial, a metáfora funcional são formas de registro de informações de ordem cultural e envolvem processos de categorização do mundo. No entanto, a segunda vai além e permite o registro de informações mais amplas, complexas e históricas que são resultado de conhecimentos de uma comunidade específica e com finalidade de perpetuação de saberes (FERRAREZI JR., 2012).

Em Parkatêjê, dentre os antropônimos coletados para fins de análise no presente estudo, foram encontrados nomes construídos a partir de interessantes metáforas que carregam em si informações relevantes acerca da concepção de mundo desse povo. Tais nomes metaforicamente construídos carregam saberes que podem ser perdidos até as próximas gerações, de modo a se tornarem nomes opacos em virtude do acelerado estado de obsolescência da língua e cultura Parkatêjê.

A seguir, são apresentados alguns exemplos de antropônimos em Parkatêjê metaforicamente construídos:

107) Ropkukuti ‘caçador’ lit. ‘comedor de onça’ ou ‘maribondo’

O nominador do antropônimo ropkukuti atribui ao seu nominado sua característica de ‘bom caçador’, uma vez que esse nome pessoal é constituído por um nome (*rop* ‘onça’) e por um verbo de ação (*kuku* ‘comer’), cujo sentido literal seria ‘comedor de onça’. Considerando-se que, para comer onças, é preciso enfrentá-las e caçá-las, entende-se por aplicação do significado do signo linguístico que se trata de “bom caçador”. Todavia, para além dessa interpretação, temos dois fenômenos semânticos sobrepostos nesse caso. Um deles é a polissemia, uma vez que ‘ropkukuti’ também é a designação de um tipo de maribondo que, de acordo com os colaboradores da pesquisa, é um inseto caracterizado pelos índios como sendo “caçador como uma onça”.

Ao termos o nome ‘ropkukuti’ designando o maribondo, em comparação a sua habilidade de caçar que se assemelha à de uma onça, e, por conseguinte, o antropônimo ‘Ropkukuti’ indicando aquele que é caçador. Dessa forma, a metáfora ocorre tanto no nome próprio, quanto quando se trata do nome do maribondo.

108) Rahônti ‘devolve, dá o troco na mesma hora’ lit. ‘maribondo’

Da mesma forma, *'Rahônti'* é o nome doado por um nominador que costuma revidar/vingar ofensas ou agressões diante de determinadas circunstâncias. Tal nome também pertence originalmente à outra espécie de maribondo conhecido entre os Parkatêjê pela referida característica. A metáfora se dá justamente pela associação do nome com a característica principal do maribondo em questão.

109) Hâkti 'Caçador' lit. 'gavião'

*'Hâkti'* também é um dos possíveis nomes doados por um nominador considerado um bom caçador. *'Hâk'* literalmente significa 'gavião' em Parkatêjê, de modo que o significado construído para o nome *'Hâkti'* se dá a partir de uma das principais características do animal gavião.

110) Krÿiti 'come devagar' lit. 'papagaio'

O dado acima indica a característica do nominador "comer devagar" a partir de uma metáfora relacionada à forma de comer típica dos papagaios.

111) Pârhyti 'ruim para os outros' lit. 'pimenta'

*'Pârhyti'* é um nome doado por uma nominadora cuja uma das características pessoais é o fato de "ser ruim para as outras pessoas". Nas palavras dos indígenas tal pessoa é "ruim como uma pimenta".

Um esquema bastante funcional utilizado por Ferrarezi Jr. (1997, p. 180) para a análise de nomes em *Moré* construídos por processos metafóricos ou metonímicos e que parece se adequar também à análise de antropônimos em Parkatêjê como os acima é o seguinte:

Se {{X}} relaciona-se à {Y} logo {{nome de X}} igual {nome de Y}

Dessa forma, em função da relação entre determinadas entidades no mundo, um nome X pode ser o mesmo ou quase o mesmo nome utilizado por Y.

112) Kwÿkjê 'Parteira que puxa a companheira' lit. 'puxar a placenta'

Kwÿ                    kjê  
companheira/ puxar

## placenta

‘*Kwỳkjê*’ é um nome doado por uma nominadora que na hora em que realizou o parto de uma criança puxou a placenta para fazê-la sair. Neste caso, o nome dado para ‘placenta’ é o mesmo cujo significado é ‘companheiro/companheira’, de forma que, para os indígenas Parkatêjê, a placenta é “a companheira da criança”. Carneiro da Cunha (1986) também afirma que esta mesma concepção de ‘placenta’ como “companheira da criança” é observada entre os índios Krahó. Além disso, ‘*kwỳ*’ parecer ser um termo polissêmico em Parkatêjê, uma vez que em outros contextos pode significar ‘povo’ ou ‘parente’.

- 113) Krekràti ‘mulher que não tem filho’ lit. ‘buraco seco’  
 Kre krà ti  
 Buraco seco Aum

O dado acima é um antropônimo doado por uma nominadora que não gera filhos. A associação feita com um “buraco seco” lembra a concepção ocidental que também considera mulheres que não podem engravidar como “mulheres secas”.

- 114) Kurēkti ‘matador’ lit. ‘furar’  
 Kurēk ti  
 furar Intens

Em ‘*kurēkti*’ é possível observar que o antropônimo em seu sentido literal expressa a ideia de algo como ‘furador’ em relação a um nominador cuja característica é ser “matador”, ou seja, “aquele que fura para matar”.

- 115) Jōkakure ‘mole pra chorar’ lit. ‘comida podre’  
 Jō kaku re  
 Comida podre Dim

O antropônimo ‘*Jōkakure*’ apresenta como sentido literal ‘comida podre’, contudo, tais itens lexicais são utilizados para expressar metaforicamente a ideia de alguém “mole pra chorar/chorona”, isto é, mole como a comida estragada que se desfaz.

No que diz respeito à metonímia, de modo geral, esse processo semântico é tradicionalmente definido na literatura sobre o tema como um deslocamento do



significado, no qual uma palavra usualmente utilizada para designar uma entidade passa a designar outra.

Os estudos clássicos, de modo geral, não dão a mesma importância dedicada à metáfora, à metonímia. Ullmann (1964, p. 454) afirma ser a metonímia intrinsecamente menos interessante que a metáfora, uma vez que, segundo o autor, aquela “[...] não descobre relações novas e surge apenas entre palavras já relacionadas entre si”.

Atualmente, a metonímia tem ganhado mais espaço nos estudos da linguagem, principalmente em função das contribuições dadas pela Linguística Cognitiva. Lakoff e Johnson (1980) afirmam que, enquanto a metáfora é uma maneira de conceber uma coisa em termos de outra, com a função primária do entendimento/compreensão, a metonímia possui uma função referencial, isto é, ela nos permite utilizar uma entidade para representar outra.

Para Lakoff e Johnson (1980) tanto a metáfora quanto a metonímia são processos cognitivos que se diferenciam pelo número de domínios de cada um, uma vez que a metáfora teria a presença de dois domínios distintos, enquanto a metonímia teria apenas um domínio.

Diante disso, a perspectiva de Lakoff e Johnson (1980) contempla a noção tradicional da metonímia no sentido de que as relações como parte/todo, matéria/objeto, causa/efeito, dentre outros, são relações que ocorrem em um mesmo domínio.

A seguir, são apresentados alguns exemplos de antropônimos em Parkatêjê constituídos por metonímia:

- 116) Kreixàre ‘sempre com dor de barriga’  
 Krei xà re  
 Intestino dor Dim

O nominador do antropônimo acima costuma sentir dores de barriga constantes. Como é possível observar no dado em questão, há uma espécie de relação parte/todo ao se utilizar na constituição do nome o termo genérico de ‘intestino’ para indicar a ‘dor de barriga’.

- 117) Purkore ‘planta na chuva’ lit. ‘roça molhada’  
 Pur ko re  
 Roça molhado Dim

O antropônimo acima foi doado por uma nominadora que costumava plantar na roça enquanto estava chovendo. Nesse caso, é possível observar que a atividade ‘plantar’ é substituída pelo lugar onde se planta, isto é, a ‘roça’.

Diante dos exemplos destacados nessa subseção é possível perceber como o meio ambiente, os conhecimentos culturais e as experiências dos falantes favorecem a articulação de construções metafóricas e metonímicas nos antropônimos da língua Parkatêjê. É importante ressaltar que aqui foram expostos apenas alguns exemplos dos fenômenos em relevo, de modo que os dados não são exaustivos.

Na seção seguinte será explanado acerca de outro fenômeno semântico observado durante a análise dos dados: o tabu linguístico.

#### **5.4 Tabu linguístico: análise de um antropônimo Parkatêjê**

Diante dos antropônimos da língua Parkatêjê coletados para a realização desse trabalho um se destacou pelo fato de apresentar uma mudança linguística decorrente de uma espécie de tabu linguístico.

De acordo com Viaro (2014), o tabu linguístico é um fenômeno ainda pouco estudado, mas que chamou a atenção dos linguistas principalmente em meados do século XX.

Conforme Ullmann (1964), os tabus da linguagem podem ser divididos em três grupos mais ou menos distintos. São eles:

- a. Tabu de medo: tabus impostos sobre nomes relacionados a seres sobrenaturais, principalmente em função do pavor causado por tais entidades.
- b. Tabu de delicadeza: é um tipo de tabu criado a partir da tendência humana de em geral evitar referências diretas a assuntos desagradáveis, como por exemplo, doenças, morte, defeitos físicos, nomes relacionados a ações criminosas, etc.
- c. Tabu de decência: as três maiores esferas afetadas por esse tipo de tabu são o sexo, certas partes e funções do corpo, e os juramentos.

O antropônimo Parkatêjê que será aqui analisado pode ser enquadrado dentre os chamados tabu de decência retratados na letra ‘c’.

Diante disso, cabe neste momento apresentar e contextualizar a respeito do antropônimo em questão. Primeiramente, durante a coleta de dados em campo, o colaborador indígena forneceu o seguinte antropônimo:

118) Totore ‘que só come a bunda do animal’

Segundo o indígena que relatou o dado acima, tal nome foi doado por uma nominadora que gostava de comer a parte traseira dos animais. No entanto, ao tentar entender junto ao colaborador de pesquisa um pouco mais sobre a constituição do antropônimo em questão, fui informada que na realidade o nome deveria ser o seguinte:

Tokrere ‘que só come a bunda do animal’

Tokre re

Bunda Dim

Nesse caso, segundo o indígena, para não se dizer ‘*tokre*’, literalmente ‘bunda’, o nome passou a ser ‘*Totore*’, de modo a evitar algum tipo de constrangimento para a pessoa que recebeu tal nome.

Como é possível observar, a base ‘*tokre*’ sofreu uma modificação em sua estrutura, de modo que a sílaba inicial se reduplicou. Viaro (2014) relata que, geralmente, sofrem modificações dessa natureza por tabuísmos palavras relacionadas a excreções fisiológicas, atos sexuais, ou as partes do corpo envolvidas nessas ações, tal como parece ser o caso ocorrido no antropônimo aqui apresentado.

Muito embora a relação de um povo indígena com questões fisiológicas e corporais seja bastante distinta das perspectivas e modos de se conceber tais aspectos em outras culturas, é possível que alguém que tenha recebido o nome de uma parte do corpo como ‘bunda’ se torne alvo de piadas ou brincadeiras jocosas, muito comuns no cotidiano de inúmeras comunidades humanas. Daí o “tabu”.

Sobre algumas das consequências provocadas por um tabu linguístico, Viaro (2014) afirma que:

[...] o tabu pode causar uma ruptura drástica na história de uma palavra, dificultando sobremaneira a pesquisa etimológica. Essas mudanças dependem apenas de um acordo interno, raramente documentado, no seio da comunidade de falantes. Uma vez esquecido o nome original ao longo de algumas gerações, é possível imaginar a dificuldade com que o etimólogo se depara quando surpreendido pelos resultados desse fenômeno (VIARO, 2014, p. 294).

A mesma dificuldade relatada acima para os etimólogos também é enfrentada por semanticistas e linguistas, de modo geral, que estudam acerca do tabu linguístico, uma vez que tal fenômeno torna muitas vezes impossível a reconstrução ou simplesmente o conhecimento do étimo de uma palavra.

Desse modo, é possível notar através dos fenômenos semânticos aqui retratados a riqueza do universo cultural e linguístico Parkatêjê.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação de mestrado tratou acerca de aspectos linguísticos e culturais do sistema onomástico do povo Parkatêjê. O objetivo principal deste estudo foi descrever e documentar o sistema onomástico Parkatêjê, observando os comportamentos morfossintáticos e semânticos apresentados pelos nomes próprios pessoais da língua.

Este trabalho foi composto por quatro capítulos, além da introdução e desta conclusão. Após as informações introdutórias, o capítulo sobre o povo Parkatêjê contextualizou o povo e a língua alvos desde estudo, de modo a fornecer importantes informações históricas, linguísticas, sociolinguísticas e culturais.

Em seguida, foram apresentadas considerações de caráter teórico sobre o campo de estudo da onomástica. Este capítulo teve como foco o estudo dos antropônimos e discutiu acerca da natureza dos nomes próprios, a importância da relação língua/cultura para as pesquisas em onomástica e algumas considerações sobre estudos onomásticos em língua indígenas.

Posteriormente, foi desenvolvido um capítulo específico para tratar a respeito das características do sistema de nominação de línguas Timbira, com foco para a nominação Parkatêjê. Este capítulo ressaltou, principalmente, aspectos antropológicos da onomástica Timbira com base em Coelho de Souza (2002), Nimuendajú (1978), Arnaud (1965), Ferreira (2003), Carneiro da Cunha (1986), Crocker (1958), entre outros.

O último capítulo tratou da análise específica dos antropônimos da língua Parkatêjê, a partir da observação de aspectos morfossintáticos e semânticos. Para isso, primeiramente foi realizada uma breve apresentação das classes de palavras existentes em Parkatêjê e descritas por Ferreira (2003), além de uma discussão a respeito de compostos e sintagmas, com base, principalmente, em Booij (2007), Diniz (2010), Kenedy (2013), entre outros. De posse dos referidos fundamentos, foram apresentadas as possibilidades de constituição morfossintática dos antropônimos em Parkatêjê.

Os nomes próprios de pessoa da língua Parkatêjê foram analisados, da perspectiva da morfossintaxe, como nomes compostos formados a partir da junção de raízes simples pertencentes à mesma ou a diferentes classes de palavras. As classes de palavras observadas na formação dos antropônimos foram: nomes, verbos, pronomes (recíproco e reflexivo), partículas e posições.

De modo geral, observou-se que os nomes próprios seguem os mesmos padrões morfossintáticos que os nomes comuns da língua Parkatêjê. Todavia, em virtude das diversas possibilidades de constituição dos antropônimos, alguns casos verificados contrariam o esperado. A hipótese para explicar tais casos se refere à própria natureza dos nomes próprios, que conforme relatado no capítulo teórico sobre os estudos onomásticos, pode sofrer influências externas ao sistema linguístico, tais como razões estéticas ou pragmáticas.

No que diz respeito aos aspectos semânticos dos nomes próprios Parkatêjê, com base na observação dos dados e em pressupostos da Linguística Cognitiva e da Linguística Cultural, os antropônimos foram classificados, em concordância com Araújo e Ferreira (2001), como denotativos ou figurativos. Entre os antropônimos considerados denotativos estão aqueles cujo sistema de significação principal é a denotação, enquanto entre os antropônimos figurativos estão, de modo geral, aqueles considerados metafóricos ou metonímicos. O conteúdo significativo dos nomes pessoais se refere a características pessoais do nominador. Outro fenômeno semântico observado dentre o corpus de pesquisa e discutido neste estudo foi o tabu linguístico, em que o caso analisado foi classificado, com base na literatura sobre o tema, como um tabu de decência.

Reafirma-se que o sistema onomástico Parkatêjê, com toda sua riqueza linguístico-cultural, codifica valores e princípios norteadores e identificadores dos modos de vida e do conhecimento tradicional deste povo, bem como propriedades relacionadas à organização social e visão de mundo dos falantes Parkatêjê.

Investigações de caráter linguístico/cultural, tal como a que se propôs esta dissertação, a respeito de línguas como o Parkatêjê, cujo risco de desaparecimento parece inevitável e próximo, são de fundamental importância para a preservação, resgate e revitalização de aspectos que, com a convivência nada amigável com a língua majoritária, vão se tornando obsoletos e desconhecidos para os membros mais jovens da comunidade, uma vez que estes já não falam mais a língua tradicional.

Registra-se nessas considerações finais, com muito pesar, que, durante a realização do presente estudo, o povo Parkatêjê perdeu o seu líder, o chefe *Krôhókrenhũm*. Este homem de inteligência marcante e de trato exemplarmente diplomata foi um dos maiores conhecedores dos saberes linguístico-culturais tradicionais de seu povo, além de grande incentivador da preservação e do resgate/manutenção da língua e cultura Parkatêjê. *Krôhókrenhũm* foi o principal

colaborador de pesquisa da presente dissertação. A perda do chefe Parkatêjê corrobora o risco iminente que corre a língua Parkatêjê, uma vez que há cada vez menos falantes nativos.

Outrossim, nunca é demasiado dizer que a documentação de saberes e tradições culturais – como os que compõem o núcleo da presente Dissertação – fortalece a questão identitária de uma população minoritária.

Espera-se que o presente estudo contribua para uma maior compreensão do sistema onomástico Parkatêjê e seus aspectos morfossintáticos e semânticos, tanto da perspectiva puramente linguística, quanto mais ampla de cunho sociológico-cultural.

Por fim, com este trabalho anseia-se estimular a realização de mais estudos descritivos de cunho linguístico a respeito de sistemas onomásticos de línguas indígenas brasileiras, com ênfase também na abordagem semântica. Essa iniciativa pode salvaguardar uma parte muito relevante do patrimônio imaterial contido em saberes e na memória de um povo.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Leopoldina Maria Souza de. **Semântica Gerativa da Língua Gavião-Jê**. 1977. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1977.

\_\_\_\_\_. **Aspectos da língua gavião-jê**. 1989. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

\_\_\_\_\_. **Parkatêjê x Português: caminhos de resistência**. IX Congresso Internacional “Brazilian Studies Association. New Orleans, Luisiana, Estados Unidos, 2008.

ARAÚJO, Leopoldina; FERREIRA, Marília. **Nomes de pessoa em Parkatêjê**. Uberlândia: UFU, 2001. 10p. Disponível em: <<http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/folheto48/FO-CX-48-3078-2003.PDF>>. Acesso em: 17 ago. de 2016.

AMADO, Rosane de Sá. Marcas da oralidade Timbira na produção de textos escritos em Português. In: BRAGGIO, Silvia Lucia Bigonjal; FILHO, Sinval Martins de Sousa (Orgs.). **Línguas e Culturas Macro-Jê**. Goiânia. Gráfica e Editora Vieira: 2009, p. 25-41.

ARNAUD, Expedito. A terminologia de parentesco dos índios Gaviões de Oeste (Parkateyê): Tocantins, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, 20, 1964, p. 1-35.

BATALHA, Luís. **Breve análise sobre o parentesco como forma de organização social**. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas: Lisboa, 1995.

BELTRÃO, Jane Felipe. **Lauda antropológico: Reserva Indígena Mãe Maria, em Bom Jesus do Tocantins, PA, a propósito da BR-222**. Marabá : Procuradoria da República, nov. 1998.

BIDERMAN, Maria Teresa C. **As ciências do léxico**. Petrópolis: In OLIVEIRA, A. M.P. P. & ISQUERDOV, A. N. (ORGS.) **As Ciências do Léxico – Lexicologia, Lexicografia, Terminologia**. Campo Grande,MS: Ed. UFMS, 2001. p.13-22.

BOOIJ, Geert. **The Grammar of Words: na introduction to linguistic morphology**. United States: Oxford University Press. 2007.

BORBA, Francisco da Silva. **Introdução aos estudos lingüísticos**. São Paulo: Cultrix, 1984.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de Linguística e Gramática**. Petrópolis: Vozes, 1985.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Antropologia do Brasil**. SP: Brasiliense, 1986.



CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. As origens dos nomes de pessoas. **Revista Domínios da Linguagem**, Ano 1, nº 1, p. 1-18. 2007. Disponível em: <[www.seer.ufu.br](http://www.seer.ufu.br)>. Acesso em: 29 de mar. de 2016.

CHAVES DE MELO, Gladstone. **A língua do Brasil**. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.

COELHO DE SOUZA, Marcela. **O traço e o círculo**: o conceito de parentesco entre os Jê e seus antropólogos. 2002. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

CROCKER, William. Os índios Canelas de hoje: nota prévia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, 02, 1958, p. 1-9.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A Projeção Léxico-Cultural na Onomástica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 40, p. 161-173, 1996.

\_\_\_\_\_. **Os Nomes como Marcadores Ideológicos**. 1997.

\_\_\_\_\_. Métodos e Questões Terminológicas na onomástica. Estudo de Caso: O Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. In: **Investigações Lingüísticas e Teoria Literária**. Recife, UFPE: v. 9, p.119-148, 1999a.

\_\_\_\_\_. **Contribuição do Léxico Indígena e Africano ao Português do Brasil**. In: Congresso Internacional de Lusitanistas. Rio de Janeiro, 1999b.

\_\_\_\_\_. A Investigação Linguística na Onomástica Brasileira. In: **Estudos de Gramática Portuguesa III**. Frankfurt am Main, v. III, 2000.

\_\_\_\_\_. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (Orgs.). **As ciências do léxico: lexicológica, lexicografia, terminologia**. 2. ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2001, p. 79-90.

DINIZ, Paula Santos. **A categorização semântica dos compostos nominais técnicos em língua inglesa e os resultados tradutórios em português**. Dissertação de mestrado. PUC - Rio, 2010. 194f.

DUBOIS, Jean. et al. **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1973.

ECKERT, Kleber. Os sobrenomes dos alunos do IFRS campus Bento Gonçalves: um estudo onomástico. **Revista Domínios da linguagem**. Uberlândia. V. 10, n. 1, p. 46-66, 2016. Disponível em <[www.seer.ufu.br](http://www.seer.ufu.br)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

FERRAZ, Iara. **Os Parkatêjê das matas do Tocantins**: a epopeia de um líder Timbira. 1984. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

FERRAREZI JR., Celso. **Nas águas dos Itenês: um estudo semântico com a língua Moré**. 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Semântica de Contextos e Cenários: de la langue à la vie**. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. Metáfora e função de registro: a visão de mundo do falante e sua interferência nas línguas naturais. **Revista Linha D'água**. n. 25, p. 67-82, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37368>> Acesso em: 29 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Semântica Cultural. In: FERRAREZI JR. Celso; BASSO, Renato (Org.). **Semântica, Semânticas: Uma Introdução**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 71-87.

FERREIRA, Marília de Nazaré de Oliveira. **Estudo morfossintático da língua parkatêjê**. 2003. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

\_\_\_\_\_. Análise de uma narrativa tradicional oral do povo Parkatêjê: *Pyt me Kaxêr*. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 191-205, jul./dez., 2010.

FRAWLEY, William. **Linguistics Semantics**. New Jersey: Laurence Erlbaum Associates, 1992.

GARBELINI, Juscéia Aparecida Veiga. Para além da ágora, interações no pátio – estudos linguageiros sobre os discursos de ritos Krahô. In: BRAGGIO, Sílvia Lucia Bigonjal; FILHO, Sinval Martins de Sousa (Orgs.). **Línguas e Culturas Macro-Jê**. Goiânia. Gráfica e Editora Vieira: 2009, p. 197-211.

GEERTZ, Clifford James. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GONÇALVES, Carlos Alexandre Victorio. Composição e derivação: polos prototípicos de um continuum? pequeno estudo de caso. **Revista Domínios da linguagem**. Uberlândia. V. 5, n. 2, p. 62-89, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/13644/8155>> Acesso em: 09 nov. 2016.

GUÉRIOS, R. F. M. **Dicionário Etimológico de Nomes e Sobrenomes**. 2ª ed. São Paulo: Ave Maria, 1973.

ILARI, Rodolfo. **Introdução à semântica: brincando com a gramática**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

ISQUERDO, Aparecida Negri. A Toponímia como signo de representação de uma realidade. **Fronteiras – Revista de História (UFMS)**, Campo Grande-MS: v. 1, n. 2, p. 27- 46, 1997.

JÕPAIPARE, Toprãmre Krôhókrenhũm. **Me ikwỳ tekjê ri**: isto pertence ao meu povo. 1. ed. Marabá, PA: Gknoronha, 2011.

KENEDY, Eduardo. **Curso básico de linguística gerativa**. Contexto: São Paulo. Sintaxe e computações sintáticas, 2013.

LADEIRA, Maria Elisa. **Timbira, nossas coisas e saberes**. São Paulo, Centro de Trabalho Indigenista, 2012.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors We Live By**. Chicago and London: The University of Chicago. 1980.

LENZ, Paula. Semântica Cognitiva. In: FERRAREZI JR. Celso; BASSO, Renato (Org.). **Semântica, Semânticas: Uma Introdução**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 31-55.

LINHARES, Antônio Jairo Pereira. **Tendências da Antroponímia Brasileira recente: um estudo da cidade de Belém**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

LOPES, Tereza Tayná Coutinho. **Aspectos morfológicos de termos de parentesco em Parkatêjê**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

LOPES, Tereza Tayná Coutinho; FERREIRA, Marília de Nazaré Oliveira. Terminologia de Parentesco em Parkatêjê. **Revista Espaço Ameríndio**. V. 9, nº 1, p. 10-34, 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/49409>> Acesso em: 23 de mai. de 2016.

LUFT, Celso Pedro. **Moderna gramática brasileira**. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Globo, 2002.

LYONS, Jhon. **Semântica**. Tradução de Wanda Ramos. V. 1 e 2, Lisboa: Editorial Presença, 1977.

\_\_\_\_\_. **Lingua(gem) e linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MELATTI, Júlio César. **Ritos de uma tribo Timbira**. São Paulo: Ática, 1978.

MOORE, Denny; GALUCIO, Ana Vilacy; GABAS JR., Nílson. O desafio de documentar e preservar as línguas Amazônicas. **Revista Scientific American (Brasil)**, nº. 3, 2008. Disponível em: <<http://www.etnolingua.org/media:set2008>>. Acesso em: 23 de jan. de 2014.

MOTTA, Flávia M.; SILVA, A. L.. **Fórum de Pesquisa em Onomástica** (com Aracy L. da Silva) -Resumo/web 2000 (resumo - XXII Reunião Brasileira de Antropologia).

NEVES, Cinthia de Lima. **Análise acústica das vogais orais da língua parkatêjê**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

\_\_\_\_\_. **Alternância de códigos em narrativas orais do povo Parkatêjê: aspectos linguísticos do contato com o português**. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2012, 96f.

NEVES, Cinthia de Lima; PICANÇO, Gessiane; FERREIRA-SILVA, Marília. Análise acústica das vogais orais da língua parkatêjê. In: CABRAL, Suely Arruda et al. **Línguas e culturas Tupí; Línguas e culturas Macro-Jê**. Campinas: Curt Nimuendajú; Brasília: LALI/UnB, 2011.

NIMUENDAJÚ, Curt. *The eastern Timbira*. **American Archaeology and Ethnology**, v. 41, 1946.

PERINI, Mário A. Sobre língua, linguagem e linguística: uma entrevista com Mário Perini. **Revel**, v. 8, n.14, 2010.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Loyola, 1986.

SAPIR, Edward. **Linguística como ciência**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1970.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e onomástica. In: **Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)**. Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo\\_442.pdf](http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2015.

SEKI, Lucy. Apresentação. In.: **A língua dos índios Yawanawá do Acre**. DE Paula, A.S. Maceió. EDDUFAL: 2007, p. 17.

SILVA, Marcio. Linguagem e parentesco. **Revista de Antropologia**. [online]. v. 42, n. 1-2, p. 133-161, 1999. Disponível em: <[www.scielo.br](http://www.scielo.br)>. Acesso em: 18 abr. 2016.

SILVA, Maria de Nazaré Moraes da. **A tradição oral no ensino de línguas indígenas: uma proposta para o povo parkatêjê**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Pará, 2014.

TAVARES, Marineide Cassuci; ISQUERDO, Aparecida Negri. A Questão da Estrutura Morfológica dos Topônimos: Um Estudo na Toponímia Sul-Mato-Grossense. **Revista Signum: estudos da linguagem**, nº 9/2, p. 273-288. 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/3956/3160>> Acesso em: 13 de jun. 2016.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. São Paulo: Contexto, 2004.

ULLMANN, Stephen. **Semântica**: uma introdução à ciência do significado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

VIARO, Mário Eduardo. **Etimologia**. São Paulo: Contexto, 2014.

VIEIRA, Luciana Renata dos Santos. **O vocabulário de duas atividades tradicionais do povo parkatêjê**: uma abordagem etnolinguística. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

ZAMARIANO, Márcia. Reflexões sobre a questão do nome próprio na toponímia. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê América Central e Caribe: múltiplos olhares**. Nº 45, 2012, p. 351-372.

# **ANEXOS**

## ANEXO A – Lista de nomes próprios Parkatêjê

### A

Aihure ‘aquele que cai muito’  
 Aikapàti ‘anda sozinho’  
 Aikrekratati ‘que faz casa grande’  
 Aipēnjarēn ‘Gosta de contar história de outra pessoa’  
 Airompukti ‘que fica no centro da mata’  
 Akrôjarêre ‘brocador de roça’ (trabalhador da roça)  
 Akrôtÿi ‘tira cipó forte’  
 Amjĩre ‘ciumento’  
 Amjjjahêti ‘se espanta sozinho’  
 Amjipeire ‘gosta de andar limpo/ajeitado’  
 Amjitoawrekjakyêre ‘atolou a perna na lama’  
 Amkrokwyire ‘moça que gosta do sol’  
 Amkronã ‘sol/dia’  
 Amrĩkapati ‘corajoso’  
 Atôkàre ‘o mais velho dos irmãos’  
 Atÿrkwÿi ‘moça que gosta de andar na chuva’  
 Awarkwÿi ‘moça que gosta de comer injá’  
 Awÿinôre ‘que não pede’  
 Awÿre ‘que pede muito’

### H

Hàkti ‘Caçador’ lit. ‘gavião’  
 Hamxàkàre ‘faz as coisas correndo’  
 Hikôkratati ‘não dorme direito/o tempo todo acordado’  
 Hikôkomaiter ‘anda sozinho no escuro’  
 Hôkprãmre ‘gosta de pintar’  
 Hômjĩre ‘espinho’  
 Hôrãkratare ‘capinadora’

### J

Jakànràti ‘boa de tirar palmito’

Jakwainõre ‘calado’  
 Jipàrkratare ‘subidor de pé de bacaba’  
 Jōtwým ‘come comida gorda’  
 Jōkwakaprôre ‘sangue saindo do corpo da pessoa’  
 Jōkumti ‘come comida quente’  
 Jōtàmre ‘come comida crua’  
 Jōjapÿre ‘carrega comida na guerra e corre’  
 Jōpiti ‘come toda a comida’  
 Jōkàntàtàre ‘junta a casca da comida’  
 Jōjapêre ‘tem ciúme da comida’  
 Jōtũmre ‘não come e a comida estraga’  
 Jōkwÿrkutom ‘aquele que faz bolo de mandioca’  
 Jōhire ‘gosta de roer osso da comida’  
 Jōkakure ‘mole pra chorar’  
 Jōmpeiti ‘aquele que come muito’  
 Jōpêptyti ‘aquele que esconde a comida para comer sozinho’  
 Jōrêre ‘mal criado’  
 Jōpaipaire ‘Vomita comida’  
 Jōkrowapeire ‘faz tora bonita’  
 Jōkuhyre ‘fica abanando o fogo para não apagar’  
 Jōkopti ‘que arranha’  
 Jōhijihôtore ‘pega com a ponta dos dedos’  
 Jōxàrti ‘joga flecha’  
 Jÿpàntokrÿiti ‘come devagar que nem arara e papagaio’  
 Jumãre ‘preguiçoso’

## **K**

Kaikaiti ‘fazedor de cesto’  
 Kãmkruwati ‘foi flechado’  
 Kãmtaihoprãmre ‘que gosta de escrever’  
 Katêjōkware ‘chama na cara pra conversar’  
 Kiakakwĩnre ‘que quebra o forno de berarubu’  
 Kôkaprôti ‘o sangue correu no rio’  
 Kôkupati ‘tem medo de água’



Kômaiter ‘gosta de andar sozinho no escuro’  
 Krapyxitire ‘Um filho’  
 Krâkakreti ‘gosta de coçar a cabeça’  
 Krekràti ‘mulher que não tem filho’  
 Kreixàre ‘sempre com dor de barriga’  
 Krînarêti ‘muda sempre de aldeia’  
 Krôhokrenhũm ‘pai da Krôhokre’  
 Krorhire ‘gosta de pintar bolinha’  
 Krôxũmti ‘matador de porco’  
 Krÿiti ‘come devagar’  
 Kukênkwÿire ‘moça que cava igual cotia’  
 Kumxànànêre ‘gosta de fumar’  
 Kurêkti ‘matador’  
 Kuwêre ‘faz arco’  
 Kwÿkjê ‘Parteira que puxa a companheira’  
 Kwÿikwÿire ‘moça que realiza dança tradicional’

## **M**

Mpotauproti ‘ligeiro’  
 Mpontoakreti ‘pessoa curiosa/que fica olhando’

## **N**

Nâkôti ‘aquele que sua muito’  
 Nâkruwati ‘flecha nele’  
 Ntokâhokurômre ‘aquele que pinta o olho de azul’  
 Ntokakôtÿiti ‘água não sai do olho’ (não chora)  
 Ntokurÿk ‘ligeiro olha’

## **P**

Pamaprĩ ‘anda devagar’  
 Pârhyti ‘que é ruim para os outros’  
 Parhire ‘machucado fez aparecer o osso do pé’  
 Pâtàre ‘anda devagar’  
 Paxàmre ‘briga e não fala mais’

Pẽmpkwỳi ‘moça da festa do Pẽmp’  
 Piêkôtp̄ra ‘anda atrás de/com homem’  
 Piekawêre ‘que anda junto do marido’  
 Pr̄tikwỳi ‘moça que gosta de pequi’  
 Prôtewôti ‘têm duas esposas’  
 Purhêre ‘que limpa o roçado/trabalhadora da roça’  
 Purprãmre ‘que gosta da roça’  
 Purkore ‘planta na chuva’  
 Purtotuture ‘faz como a rolinha/ limpa a roça’  
 Pryjôkware ‘pessoa que fica no meio do caminho’  
 Pypyxôntapti ‘gosta de comer banana madura’

## **R**

Rahônti ‘devolve, dá o troco na mesma hora’ ‘maribondo’  
 Rôjôkratare ‘pé de palmito’  
 Ropkatêre ‘caçador de onça’  
 Ropkukuti ‘caçador’ ‘maribondo’

## **T**

Takwỳi ‘moça que gosta de andar na chuva’  
 Têkikupati ‘tem medo de jogar flecha’  
 Totore ‘que só come a bunda do animal’  
 Tuxêre ‘que amarra a barriga’

## **X**

Xajihôtôre ‘planta maniva até o fim’  
 Xỳnkрати ‘anda mesmo doente’

**ANEXO B – CADERNO DE IMAGENS**

Figura 06: Jogo de flechas no acampamento Parkatêjê

Figura 07: Chefe *Krôhôkrenhũm* no acampamento Parkatêjê

Figura 08: *Pojarêtetí* ensinando a fazer *Kuputi*



Figura 09: *Kuputi* de Poraquê sendo preparado



Figura10: Coleta de dados com *Nākôti*



Fonte: Arquivo da autora (2013; 2015)